



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 136

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 18 de junho de 2020

Presidente: *Deputado Dionísio Faria e Maia (substituído no decorrer da sessão pela Deputada Ana Luís)*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

A sessão iniciou-se com a apresentação de diversos votos:

- [Voto de Congratulação pelos 500 Anos da Fundação da Santa Casa da Misericórdia da Horta](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a leitura do voto pelo Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação: Ano 2020 - Ano Internacional dos Enfermeiros](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*), usou de seguida da palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*).

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- [Voto de Protesto contra a política de distribuição de dividendos implementada pelo Governo Regional na EDA e o escandaloso favorecimento do Grupo Bensaúde](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usaram da palavra os Srs. Deputados António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), António Vasco Viveiros (*PSD*) e Carlos Silva (*PS*).

Para um protesto usou da palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*).

O voto em apreço foi rejeitado por maioria.

- [Voto de Protesto contra a imposição política, por parte do Governo da República e do Presidente da República, dos voos da TAP entre o território continental e os Açores no auge da pandemia da doença COVID-19, colocando assim em risco a população açoriana](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Sobre o mesmo, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), José San-Bento (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*) e António Lima (*BE*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento do radialista Miguel Decq Mota](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*), usaram da palavra a Sra. Deputada Maria João Carreira (*PSD*) e os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade por parte da câmara.

- [Voto de Pesar pelo falecimento Fernando Augusto Pacheco Costa](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), a quem coube a leitura do voto, e José San-Bento (*PS*), seguindo-se a aprovação por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento de João Herminio Tomé](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto foi feita pela Sra. Deputada Marta Matos (*PS*), usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados João Paulo Corvelo (*PCP*) e Marco Costa (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento do Eng.º José Bettencourt Gaspar](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Novamente apresentado pelo Sra. Deputada Marta Matos (*PS*), usou posteriormente da palavra o Sr. Deputado Marco Costa (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento de Pedro Carvalho, ex-Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado José Contente (*PS*), usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento do Eng.º Carlos Alberto da Costa Fraga](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado José San-Bento (*PS*), seguiu-se a votação, a qual registou novamente a aprovação por unanimidade.

Encerrada a apresentação de votos, proferiu uma [declaração política](#) o Sr. Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*).

No debate participaram os/as Srs./as Deputados/as José San-Bento (*PS*), Mónica Seidi (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*Independente*) e ainda o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Da Agenda da Reunião foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- [Projeto de Resolução n.º 152/XI – “Criação de um Núcleo Museológico na Praia da Vitória”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

No debate participaram os/as Srs./as Deputados/as Maria Isabel Quinto (*PS*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Graça Silveira (*Independente*), César Toste (*PSD*), Renata Correia Botelho (*PS*), João Paulo Corvelo (*PCP*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

O diploma mencionado foi rejeitado por maioria, aquando da sua votação por parte da câmara.

Proferiram declarações de voto os/a Srs./a Deputados/a Alonso Miguel (*CDS-PP*), Maria Isabel Quinto (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

- [Projeto de Resolução n.º 168/XI – “Construção de um refeitório escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM;

Apresentado o diploma pelo Sr. Paulo Estêvão (*PPM*), usaram da palavra os/as Srs./as. Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*), Maria João Carreiro (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Iasalde Nunes (*PS*), Graça Silveira (*Independente*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

O Projeto de Resolução foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Iasalde Nunes (*PS*).

- [Projeto de Resolução n.º 170/XI – “Valor da contratualização das refeições escolares na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Deputada Independente;

Após a intervenção da Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Paulo Mendes (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Sónia Nicolau (*PS*), Maria João Carreiro (*PSD*), Paulo Estêvão

(PPM), João Paulo Corvelo (PCP) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses).

Usou da palavra para defesa da honra a Sra. Deputada Graça Silveira (Independente) e de seguida o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 10 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 09 minutos.

Vou dar a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para proceder à chamada.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Manuel José da Silva Ramos

Mário José Diniz Tomé

Marta Cristina Moniz do Couto

Marta Ávila Matos

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Elisa Lima de Sousa

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria João Soares Carreiro

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal Lima

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio de Sousa Mendes

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputada Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Presidente: Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum, declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Conforme foi decidido em Conferência de Líderes a manhã de hoje está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos, pelo que vamos passar à apresentação dos votos, com a apresentação, por parte do Grupo

Parlamentar do Partido Social Democrata, de um Voto de Congratulação pelos 500 anos da Fundação da Santa Casa de Misericórdia da Horta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

500 Anos da Fundação da Santa Casa da Misericórdia da Horta

No passado mês de fevereiro a Santa Casa da Misericórdia da Horta deu início às Comemorações dos 500 anos da sua fundação.

Embora não se consiga precisar a data da sua constituição, diz-nos Marcelino Lima nos Anais do Município da Horta que “terá sido nos primeiros anos de 1500 e que consta por tradição que foi entre 1520 e 1522”.

Para assinalar estes cinco séculos de existência e de dedicação à causa pública e social, a Instituição elaborou um vasto programa, religioso e social, com diversas iniciativas, que decorrerá até 2022.

Na comemoração destes 500 anos, desta que é uma das Instituições mais importantes para o Faial em termos sociais e também económicos, cumpre-nos homenagear e reconhecer o papel dos seus fundadores, bem como de todos os que a têm mantido viva ao longo de cinco séculos com grande dedicação e capacidade de perseverança e ao serviço dos mais desprotegidos.

Ao longo desta longa vida, a Misericórdia da Horta passou por várias transformações da sua organização, bem como dos serviços prestados às populações, muitos dos quais por força de lei, como foi o caso do então criado Hospital da Horta, cujo último e emblemático edifício com a denominação de Walter Bensaúde ainda hoje se destaca na malha urbana da cidade da Horta e é a sede ao Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores.

A Instituição tem ao seu serviço cerca de 200 colaboradores, incluindo os da sua Escola Profissional, e conta com 17 voluntários.

A Santa Casa da Misericórdia da Horta atualmente dá apoio diário em toda a ilha do Faial a centenas de pessoas através das suas sete valências, nomeadamente: Lar de Idosos, Centro de Dia, Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais, Apoio Domiciliário, Unidade de Cuidados Continuados e ATL-Atividades de Tempos Livres.

Com o seu espírito dinâmico e inovador, esta Instituição também deu e dá o seu contributo na vertente formativa sendo proprietária da Escola Profissional da Horta, onde são lecionados cursos profissionais de dupla certificação, bem como de qualificação de ativos.

A Santa Casa da Misericórdia da Horta é também proprietária da igreja de S. Francisco, que se encontra há largos anos fechada e em estado de degradação. A recuperação deste importante património é um objetivo da Instituição e que inevitavelmente necessitará de um apoio efetivo do Governo Regional dos Açores.

Outra antiga pretensão desta centenária Instituição e uma absoluta e urgente necessidade é a construção de novas instalações para o Centro de Atividades Ocupacionais e para o Lar Residencial que atualmente tem a sua capacidade esgotada e funciona em instalações provisórias, num pré-fabricado, desde a altura do sismo de 1998.

Outra necessidade prende-se com a falta de capacidade da Estrutura Residencial de Idosos que tem uma longa lista de espera.

Para dar resposta a pessoas sem-abrigo ou a casos que não obedecem aos critérios do lar, com idade inferior a 65 anos, a Misericórdia da Horta arrancará provavelmente ainda este ano com a construção de um Centro de Acolhimento Temporário.

A Santa Casa da Misericórdia da Horta é membro da União das Misericórdias Portuguesas, da União Regional das Misericórdias dos Açores, da União

Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social e da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (REAPN).

Como afirmou a Senhora Provedora na apresentação do referido programa comemorativo, “a Misericórdia da Horta, assim como todas as Misericórdias, têm tido uma enorme capacidade de resistência no cumprimento da sua missão, porque as vicissitudes têm sido muitas, mas têm sabido ultrapassá-las porque a missão que desempenham é realmente muito nobre”.

Estas Instituições, na atualidade, continuam a ser um pilar essencial no apoio às comunidades nas suas mais diversas necessidades, mas confrontam-se com muitas dificuldades e, sobretudo, novos desafios para os quais se exige respostas adequadas e audazes por parte do Governo Regional.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 500 anos de vida da Santa Casa da Misericórdia da Horta, do qual deve ser dado conhecimento formal aos seus Órgãos Sociais.

Horta, Sala das Sessões, 18 de junho de 2020

Os Deputados Regionais, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros, Bruno Belo, Luís Garcia e Carlos Ferreira

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também por iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vai ser apresentado um Voto de Congratulação – Ano 2020, Ano Internacional dos Enfermeiros.

Tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputado César Toste (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Haja saúde a todos! Bom dia!

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ano 2020 - Ano Internacional dos Enfermeiros

No início de 2019 a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que 2020 seria o Ano Internacional dos Enfermeiros.

A comemoração deste ano internacional deve-se aos 200 anos do aniversário do nascimento de Florence Nightingale, a fundadora da enfermagem moderna e a primeira mulher a receber a Ordem de Mérito, a emissão do primeiro relatório sobre o estado da Enfermagem no mundo, o culminar da campanha Nursing Now, a valorização da enfermagem como a maior força mundial da saúde, a escassez de enfermeiros no mundo e o contributo dos enfermeiros para uma melhor saúde, economias mais fortes e maior igualdade de género.

A OMS chama a atenção do mundo para a espinha dorsal de todos os sistemas de saúde que é enfermagem. De acordo com dados da mesma organização, o mundo precisa de 18 milhões de trabalhadores da saúde para alcançar e sustentar a cobertura universal de saúde até 2030, sendo que, aproximadamente metade desse número, são enfermeiros e parteiras.

A Enfermagem merece esse reconhecimento.

Na linha da frente dos cuidados de saúde, esta classe profissional é um orgulho para mim como enfermeiro de profissão e para a nossa Região.

No mundo, em Portugal, nos Açores os enfermeiros estão na linha da frente, são eles que representam os doentes e os defendem continuamente. Desempenham um papel crítico na promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados em todos os ambientes.

Os Enfermeiros açorianos, com todo o profissionalismo, espírito de missão, coragem e sacrifício pessoal, são um exemplo para a sociedade açoriana.

Neste tempo em que elevamos ao máximo o valor da saúde, os quase dois mil enfermeiros açorianos nunca, em tempo algum, abandonaram as populações. Mesmo quando o coração batia a medo os olhos emanavam esperança.

Os enfermeiros açorianos espalhados pelas nove ilhas são verdadeiros heróis elevando a saúde açoriana. No nascimento e na morte estão lá 24 sobre 24 horas. No contato diário com os doentes, fazem experiência do trauma que o sofrimento provoca na vida duma pessoa. São homens e mulheres que optaram por dizer «sim» a uma vocação específica: ser bons samaritanos que se ocupam da vida e das feridas do próximo.

Os enfermeiros açorianos são gente que cuida de gente, mas também precisam ser cuidados.

São uma profissão de desgaste rápido e alto risco, longe da valorização justa pelo trabalho que fazem.

Este é o ano de todos os Enfermeiros. Talvez nos passaria ao lado o valor dos enfermeiros caso não estivéssemos a passar por um dos maiores desafios da saúde pública mundial.

Esta pandemia, que assola o mundo inteiro, veio colocar a descoberto toda a entrega dos Enfermeiros.

Neste tempo de pandemia, deram exemplo de heroísmo e sacrifício e alguns deram a vida.

Nos Açores podemos dar palmas aos nossos enfermeiros, mas mais que palmas precisamos interiorizar as palavras do Presidente da Secção dos Açores da Ordem dos Enfermeiros:

“Não tarda e estaremos a sair desta anormalidade em que se tornou o nosso dia-a-dia e regressaremos ao normal que éramos. Quero, no entanto, acreditar que o povo Açoriano é um povo de memória e que os Enfermeiros que hoje foram “heróis” serão apoiados amanhã, junto de quem dita as leis, e que por uma vez se faça justiça a estes profissionais. [...] Ontem intitularam-nos “bestas”, hoje chamam-nos “heróis”, amanhã não podemos ser “esquecidos”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação aos enfermeiros açorianos no âmbito do Ano Internacional dos Enfermeiros.

Que do presente voto se dê conhecimento à Secção dos Açores da Ordem dos Enfermeiros.

Disse.

Os Deputados: Luís Maurício, Mónica Seidi, João Bruto da Costa, Bruno Belo, António Vasco Viveiros e César Toste

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Naturalmente que o Partido Socialista e o seu Grupo Parlamentar se associam a este Voto de Congratulação pelo Ano Internacional dos Enfermeiros, porque na verdade são um grupo profissional que reconhecemos serem parceiros fundamentais e imprescindíveis ao normal funcionamento de qualquer sistema de saúde, ou de serviço de saúde, e para o qual não podemos dispensar todos os cuidados que são prestados 24 horas sobre 24 horas, como o disse o Sr. Deputado que acabou de intervir, no contacto direto com os nossos doentes.

A carreira de enfermagem teve uma evolução que todos conhecem naturalmente, pelas sucessivas alterações e reconhecimento da sua mais-valia nos sistemas de saúde. Indiscutivelmente que acompanhou a valorização profissional e os seus enfermeiros têm cada vez mais evoluído na sua formação, têm cada vez mais se diferenciado nas diversas áreas dos cuidados que vêm enriquecer a prestação de cuidados a nível das nossas Unidades de Saúde de Ilha e dos nossos hospitais.

Temos um conjunto vasto de enfermeiros como aqui também foi referido, enfermeiros que têm várias especialidades, não esquecendo efetivamente o passado porque no passado havia essencialmente muitos enfermeiros, ou mais, particularmente senhoras enfermeiras que eram enfermeiras parteiras. Toda a gente sabe o que foram, o contributo que deram na sua área específica, e que agora com a evolução das próprias carreiras se foram adaptando e se foram modificando.

Eu gostaria de relembrar aqui que no anuário estatístico da Região Autónoma dos Açores, na edição de 2018 e referindo-se a 2017, nós temos um rácio de enfermeiros por 1000 habitantes de 8.5, o que quer dizer que somos a Região do país que melhor rácio temos na cobertura de enfermeiros. Isso é, de facto, um trabalho que o Partido Socialista e os seus governos têm vindo a promover e a incentivar o ingresso dos enfermeiros nos serviços de saúde pelo reconhecimento...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: ... que nós todos temos por serem fundamentais e imprescindíveis, como disse anteriormente, à prestação de cuidados de qualidade e humanizados no nosso Serviço Regional de Saúde.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: São, na verdade, os primeiros que mais contactam e mais próximos que estão dos doentes, mas não nos possamos esquecer que são sempre complementares aos restantes profissionais de saúde que, no dia a dia,

trabalham nas unidades de saúde de ilha e nos hospitais, e se complementam nas suas equipas e na sua complementaridade.

Não esqueçamos os enfermeiros que hoje são aqueles que optaram pela especialidade comunitária, aqueles que foram pela opção da especialidade médico-cirúrgica, pela especialidade materno-infantil, enfim, uma peleia de diferenciações que muito contribuem para os indicadores de saúde que nós temos na Região.

Também gostaria de relembrar só aqui num inquérito que foi feito à satisfação dos utentes dos cuidados de saúde primários, em 2016 (é verdade que foi em 2016!), mas que apanhou uma peleia grande da Região e de opinadores, em que os cuidados de enfermagem foram considerados bons e excelentes em 91.6% dos açorianos, o que quer dizer bem, aquilo que representa a carreira de enfermagem para o nosso Serviço Regional de Saúde.

Com certeza que nos associamos, com muito gosto, a este Ano Internacional dos Enfermeiros, cujo reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde é de facto muito justo e todos nós aplaudimos.

Muito obrigado.

Deputadas Maria Graça Silva e Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos de seguida a um Voto de Protesto, iniciativa da Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico, contra a política de distribuição de dividendos, implementada pelo Governo Regional na EDA, e o escandaloso favorecimento do Grupo Bensaúde.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Contra a política de distribuição de dividendos implementada pelo Governo Regional na EDA e o escandaloso favorecimento do Grupo Bensaúde

A EDA distribuiu, nos últimos anos, uma parte muito substancial dos lucros alcançados pelos seus acionistas privados. Tendo em conta que os acionistas possuem 49,9% do capital social - com particular destaque para o Grupo Bensaúde, que controla 39,7% do capital social da EDA -, praticamente metade dos dividendos pagos pela empresa acabam nas mãos dos acionistas privados. Para se ter uma ideia da ordem de grandeza dos números envolvidos, tenha-se em conta que os dividendos distribuídos, entre os anos 2006 e 2019, somam a astronómica quantia de 115,5 milhões de euros.

Tenha-se em conta que estes lucros só foram possíveis na medida em que a legislação nacional que regula o setor elétrico assegura, através dos mecanismos da convergência tarifária, que os consumidores da Região Autónoma dos Açores pagam preços de energia elétrica semelhantes aos que são pagos pelos consumidores no território continental do país. Ao abrigo deste dispositivo legal, a EDA recebeu através da ERSE, entre 2006 e 2019, cerca de 871 milhões de euros provenientes do esforço dos consumidores residentes no território nacional. Sem as verbas provenientes da convergência tarifária, que são pagas pelos consumidores de energia elétrica residentes no território nacional, a EDA teria somado cerca de 645 milhões de euros de prejuízo no

período anteriormente referido. Ou então teria de incrementar, para evitar esses prejuízos, o tarifário pago pelos açorianos em cerca de 50%.

O que é chocante, em toda esta situação, é verificar que uma parte muito significativa das verbas provenientes da solidariedade dos consumidores nacionais de energia elétrica - que têm como único objetivo legal permitir que os consumidores de energia elétrica residentes nas regiões autónomas paguem tarifários idênticos aos cobrados aos consumidores residentes no território continental do país - não se dirige ao fim pretendido e que é, pelo contrário, direcionado para os cofres de poderosos grupos privados.

Por que razão o dinheiro pago, ao abrigo da convergência tarifária, pelos consumidores de eletricidade residentes em Santarém, em Faro ou em Bragança acaba, no final do tortuoso caminho percorrido pelo dinheiro transferido pela ERSE, nas tesourarias do Grupo Bensaude e da EDP? Que lógica, legalidade ou ética tem tudo isto? Como é que se explica aos consumidores nacionais, que viram as suas faturas elétricas incrementadas ao longo do ano, alegadamente para ajudar os consumidores deste lado do oceano, que cerca de 8 milhões de euros foram, só em 2020, utilizados para pagar dividendos milionários aos acionistas privados da EDA?

Mas o que é surpreendente - e absolutamente inaceitável - é que as propostas de distribuição da quase totalidade dos lucros obtidos pela EDA em dividendos têm vindo a ser realizadas, ano após ano, pelos representantes da Região Autónoma dos Açores nas reuniões de acionistas da EDA. Veja-se, a este respeito, que a proposta de distribuição de dividendos do Conselho de Administração da EDA se fica, em norma, pelos 3,5 milhões de euros.

Ou seja, é o Governo Regional que, nos últimos anos, tem forçado a transformação da quase totalidade dos lucros em dividendos a distribuir pelos acionistas da empresa. É certo que consegue, desta forma, transferir quase metade dos lucros da empresa para o Orçamento Regional, na medida em que a

Região possui 50,1% do capital social da EDA, mas não é menos verdade que essa decisão implica que uma verba praticamente semelhante seja transferida para os acionistas privados.

A “fome de dinheiro” que o Governo Regional evidencia no âmbito da “rapina anual” que promove no âmbito da captura aos lucros da empresa tem, como inevitável consequência, o favorecimento objetivo, e quantitativamente simétrico, dos acionistas privados.

A privatização parcial da EDA revelou-se, como ficou demonstrado ao longo dos últimos 15 anos, absolutamente ruinosa para a Região Autónoma dos Açores e, claro está, um negócio fabuloso para o Grupo Bensaude.

Tenha-se em conta o seguinte neste âmbito. O consórcio liderado pelo Grupo Bensaude, S.A. – adquiriu o lote das primeiras 4.718.100 ações com que entrou no Grupo EDA (33,92% do capital social, que depois, logo em 2006, expandiu para os atuais 39,7%) por 32,7 milhões de euros (6,90 € por título).

O negócio foi desenhado a régua e esquadro para favorecer o Grupo Bensaude. Por que razão não se favoreceu a aquisição por parte dos açorianos das ações da empresa em detrimento da aquisição realizada por um grupo económico privado que atua em regime de monopólio em grande parte da economia açoriana? Não se fez isso, na medida em que o propósito evidente foi favorecer o Grupo Bensaude num “negócio da China”.

Veja-se a distribuição dos dividendos ocorrida no período que antecedeu a privatização parcial da EDA. Em 2002 os lucros alcançaram os 3,2 milhões de euros e não foram distribuídos dividendos. Em 2003, 2004 e 2005 os lucros foram, respetivamente, de 7,3 milhões de euros, 7,9 milhões de euros e 10,2 milhões de euros. Não foram distribuídos dividendos nesses anos. Mas no ano em que o Grupo Bensaude adquiriu a sua posição acionista (2006), a história já foi diferente. A partir daí iniciaram-se a distribuição de dividendos, que já somam, só para o Grupo Bensaude, mais de 46 milhões de euros.

Tenha-se em conta outro dado que prova o fabuloso negócio que os governos socialistas construíram para o Grupo Bensaude. Considere-se aqui o valor contabilístico da EDA. Em 2019, o total dos Capitais Próprios da EDA foi calculado em 204 milhões de euros. Quanto é que valem, em termos contabilísticos, os 39,7% do capital social detido pelos Bensaude? A resposta é fácil: 80 milhões de euros.

A tudo isto, dividendos de 46 milhões de euros e um valor contabilístico de 80 milhões de euros é preciso juntar os fabulosos lucros que resultam da venda de combustível que o Grupo Bensaude faz à EDA. Desde o tempo em que os holandeses compraram Manhattan aos índios por 24 dólares, que não se via um negócio tão lucrativo na história do capitalismo mundial.

O Presidente do Governo Regional disse ontem que o Grupo Bensaude recebe aquilo a que tem direito e que também tem encargos. No que diz respeito aos encargos é falso. O Grupo Bensaude não tem qualquer encargo com a dívida da EDA. No que diz respeito a receber apenas aquilo a que tem direito é também falso. Os acionistas, incluindo os Bensaude, receberam o dobro da quantia dos lucros a que tinham direito. O que diz o número 1 do Artigo 294.º do Código das Sociedades Comerciais é que “não pode deixar de ser distribuída aos acionistas metade do lucro do exercício”. Ora o Governo Regional decidiu distribuir a quase totalidade dos lucros, uma situação que favoreceu enormemente o Grupo Bensaude (representou um encaixe adicional de cerca de 3 milhões de euros).

A selvagem descapitalização da EDA levou mesmo o segundo maior acionista privado da empresa, a EDP, que possui 10% do capital social da empresa, a manifestar, numa declaração de voto a propósito da distribuição dos dividendos referentes ao ano 2019, a sua discordância em relação a esta situação. A EDP referiu, na reunião de acionistas da EDA realizada em maio do ano 2020, que “este conjugar de fatores, maior investimento, custos operacionais com pouca margem de redução e uma crise mais acentuada, obrigam a EDA a ser mais

contida na gestão do seu endividamento e, por isso mesmo, mais contida na distribuição de resultados”. Tudo isto para permitir, no entender da EDP, que a EDA possa “manter a resiliência das suas contas e enfrentar os desafios que irá ter pela frente”.

Ou seja, a EDP está preocupada com a enorme quantidade de dinheiro que está, todos os anos, a ser retirada da empresa. Considera que isso pode levar à morte “da galinha dos ovos de ouro” que a EDA representa hoje para os seus acionistas. É por isso que, quase duas décadas e 115,5 milhões de euros depois, a EDP pede para se abrandar o saque anual realizado à EDA e ao dinheiro que para ela foi transferido pela ERSE. Este é o tipo de gestão que ditou a falência da outra grande empresa do sector público empresarial da regional: a SATA.

A distribuição de dividendos tão substanciais está a criar graves desequilíbrios financeiros na EDA, a incrementar o seu progressivo endividamento e a gerar outro tipo de consequências. A mais grave é a redução do ritmo de penetração das energias renováveis nos Açores. A evaporação dos lucros da empresa fez diminuir os investimentos necessários para incrementar a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis. **Assim, o último Relatório e Contas do Grupo EDA, referente ao ano 2019, informa que, em 2019, a produção de eletricidade da EDA apenas “incluiu 38,3% de renováveis/recursos endógenos”.** Ou seja, foi até inferior à registada em 2018.

Este valor está muito afastado das projeções do Governo Regional realizou para esta área e muito abaixo das enorme potencial que os Açores possuem a nível da produção de energia a partir de fontes renováveis. O atraso acumulado nesta área resulta, em parte, da política de distribuição de dividendos adotada pelo Governo Regional. Mas não é o único fator a ter em conta. Os poderosos interesses resultantes da venda de combustível à EDA por parte do seu segundo maior acionista não encorajam grandes avanços no âmbito do aumento da produção de energia a partir de fontes de energias renováveis e a consequente

diminuição da atual dependência da empresa em relação aos combustíveis fósseis.

O combate à crise originada pela COVID-19 nos Açores terá, obrigatoriamente, de contar com uma EDA com capacidade para realizar investimentos públicos consideráveis, sem que isso seja feito, única e exclusivamente, com base no progressivo endividamento da empresa.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PPM propõe a apresentação do seguinte Voto de Protesto:

O Parlamento dos Açores condena, veementemente, a política de distribuição de dividendos da EDA, promovida e proposta pelo Governo Regional, que descapitaliza gravemente a empresa, agrava o seu endividamento, impede um investimento mais substancial nas energias renováveis e na melhoria do serviço prestado à população e favorece escandalosamente os acionistas privados da empresa (que possuem 49,9% do capital social).

Horta, Sala das Sessões, 18 de junho de 2020

O Deputado Regional, Paulo Estêvão

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O senhor sabe que o Governo não pode falar!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda acompanhará este voto dizendo que o problema de fundo sobre esta matéria foi, de facto, o erro estratégico, o erro para a Região, da privatização da EDA e esse erro é o erro que o Partido Socialista não assume.

É certo que os acionistas têm direito a receber os dividendos, mas o erro está em se ter vendido uma parte substancial de uma empresa pública estratégica que, como se sabe, tem resultados positivos todos os anos e que seria uma mais-valia e seria sempre uma mais-valia para a Região, porque esses resultados positivos, se a empresa fosse totalmente pública, reverteriam na totalidade para a Região ou para o investimento da empresa.

Esse foi o erro estratégico e essa é a posição de fundo do Bloco de Esquerda sempre contra a privatização desta empresa e de outra estratégicas, porque elas causam dano efetivamente à Região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O PCP tem defendido, e continua a defender, que as empresas, nos setores estratégicos regionais, devem continuar como públicas.

Defendeu e continua a defender que a EDA não devia ter sido privatizada e devia o Governo adquirir a parte para ficar com a totalidade da empresa.

Defendemos isto ainda ontem aqui e continuamos a defender esta situação.

No entanto, a Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente este Voto de Protesto apresentado pelo PPM.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Neto Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós temos de enquadrar o processo de venda do capital da EDA à data em que ocorreu, e ocorreu há 15 anos. É relativamente fácil tirar conclusões passados 15 anos, em função daquilo que foi a evolução do mercado, em função daquilo

que foram os resultados da EDA, das próprias condições da entidade reguladora, mas a verdade é que na perspetiva de um privado há 15 anos temos de avaliar aquilo que eram as condições à data do negócio de eletricidade, se haveriam outros interessados no processo de compra, nas próprias condições do concurso, nas próprias condições do caderno de encargos.

Portanto, entendemos que em qualquer momento é possível fazer uma avaliação, mas essa avaliação não deve ser dirigida negativamente para quem, atuando no mercado, decidiu comprar alguma coisa que estava à venda pelo Governo.

Nesse sentido, discordamos da forma como o PPM apresenta o assunto.

Por outro lado, há aqui uma questão que para nós é essencial:

Bem sabemos como é que todo o setor empresarial da Região foi gerido ao longo desses anos e a EDA foi uma exceção.

Portanto, também é legítimo que se coloque a questão se a EDA fosse uma empresa durante esse período totalmente pública, qual teria sido a gestão pública da EDA, tal como foi o que aconteceu com a SATA e com outras empresas públicas.

Não sabemos se a EDA teria sido utilizada, como instrumento, como foi por exemplo a SINAGA, para comprar a Melo Abreu que estava falida, agravando a situação de uma e de outra. Nós não sabemos qual teria sido o caminho se a EDA tivesse mantido 100% pública, porque nessa matéria o currículo do Governo é claramente negativo.

Outra questão que é importante avaliar é a política de dividendos e há aqui uma situação que ocorre a partir de 2006, inicia-se a distribuição de dividendos, que até certo ponto é legítima, porque é a remuneração de capital dos privados que investiram e que tinham as expetativas.

Aquilo que nós discordamos e nesse sentido, ou pelo menos nessa parte concordamos com o PPM, é que de facto entre 2017 e 2019, há uma inversão profunda daquilo que é a política que de distribuição de dividendos.

Senão vejamos: entre 2017 e 2019 a EDA teve resultados de 58 milhões de euros e quase 90% desse montante foi distribuído em dividendos, coisa que não aconteceu nos anos anteriores.

Posso dar exemplos: em 2006 foram apenas distribuídos 47% dos resultados, em 2011 foram distribuídos 24%, em 2013 50%, mas aqui nos últimos 3 anos há um agravamento substancial daquilo que é um aumento da distribuição de dividendos e não tem a ver com a crise do COVID, porque essa situação inicia-se precisamente no início desta legislatura, que são os anos 2017, 2018 e 2019.

Portanto, ainda que o PSD não concorde com o conjunto de considerandos e na parte resolutiva também porque condena um grupo privado que na prática, em igualdade de circunstâncias com outras, adquiriu um capital de uma empresa que estava à venda em concurso público, a verdade é que também achamos que o Governo tem de alterar a sua política de dividendos, sobretudo dos últimos três anos, por várias razões:

Primeiro, por uma questão de prudência, nós não sabemos como é que evolui o mercado;

Segundo, a EDA tem um plano de investimentos substancial e é evidente que esse financiamento, que o financiamento desse plano de investimentos, não se pode limitar só a financiamento bancário.

É evidente que é necessário autofinanciamento e esse faz-se, entre outros, através da não distribuição de resultados.

Por outro lado, nós entendemos que o Governo tem de seguir aquilo que são as propostas do Conselho de Administração, que sucessivamente tem proposto verbas para distribuição de dividendos bastante mais baixas, mas o Governo tem ignorado, tem ultrapassado aquilo que propõe o Conselho de Administração e tem ultrapassado aquilo que obriga o Código das Sociedades Comerciais, como já afirmou aqui o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Essas são as considerações que nós temos a fazer relativamente a esta proposta.

Deputados Bruno Belo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria por destacar aquelas que foram as palavras do Deputado Paulo Estêvão e do PPM que mentiu aqui a este Parlamento. Passarei a explicar:

O Sr. Deputado mentiu, porque disse que o dinheiro recebido da ERSE não foi para a convergência tarifária. Disse isso!

Também diz no seu voto, e passarei a ler, que “os consumidores da Região Autónoma dos Açores pagam preços de energia elétrica semelhantes aos que são pagos pelos consumidores no território continental do país”.

Sr. Deputado, isso é convergência tarifária.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, o senhor mentiu aqui a este Parlamento com um único propósito: obter dividendos políticos, fazer aproveitamento político e até poderíamos dizer que este voto não é um voto de protesto, é um voto de demagogia da sua parte.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Clarificada esta primeira parte, importa aqui referir e realçar as palavras do Sr. Presidente do Governo, ontem, nesta Assembleia.

O Sr. Presidente disse que os acionistas privados ganharam o direito aos dividendos através da aquisição da participação social e isso é algo que foi feito de forma transparente e de forma legal.

Nós não podemos é mentir aos açorianos quando dizemos que há uma distribuição aleatória dos dividendos como se não houvesse o direito ao recebimento dos mesmos, até como diz o Sr. Deputado, conforme está disposto no Código das Sociedades Comerciais,...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... obedecendo às regras e às exposições estatutárias neste sentido.

Feito este esclarecimento, o que nós verificamos aqui, por um lado temos o Bloco de Esquerda e o PCP que têm complexos relativamente à iniciativa privada, e isso é coerente, reconheço a coerência nessa parte, mas também ficámos a saber que agora o PPM está contra a iniciativa privada e também o PSD tem algumas dúvidas sobre a iniciativa privada e até tem dúvidas sobre o papel do Grupo Bensaúde na economia açoriana. Isso também surpreende-nos nessa matéria.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Essa é que é verdade!

O Orador: A verdade é que o Deputado Paulo Estêvão vem aqui apresentar um voto, o voto do contra. O PPM é contra os resultados positivos, é contra a gestão da EDA, é contra a iniciativa privada e é contra a convergência tarifária.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Sendo contra a convergência tarifária também é contra o facto de os açorianos pagarem o mesmo preço pela eletricidade dos Açores...

Deputado António Toste Parreira (PS): Muito bem!

O Orador: ... que pagam os restantes portugueses em todo o território do país. Mais!... Também foram aqui usadas expressões no voto como “fome de dinheiro”, “captura aos lucros”. Estas expressões revelam bem a postura do PPM e o seu pensamento sobre os Açores e sobre os açorianos.

O Partido Socialista respeita e valoriza a iniciativa privada; entende que a iniciativa privada é fundamental no crescimento económico da Região, na criação de emprego, na criação de riqueza e nós não temos complexos em relação a esta matéria.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: A EDA é gerida de forma competente, os dividendos são distribuídos obedecendo às regras dispostas no Código das Sociedades Comerciais, e nós não podemos desvalorizar esta matéria.

Também não podemos esquecer que o Grupo EDA apresenta resultados financeiros muito positivos, tem uma autonomia financeira e um capital próprio

que ascende a 200 milhões de euros positivos e isto atesta bem a sua robustez financeira, tem um investimento previsto para os próximos quatro anos que ascende a 300 milhões de euros, sobretudo em energias renováveis, e tem um quadro de pessoal com cerca de 1000 trabalhadores.

Isto atesta bem a importância do Grupo EDA na economia dos Açores.

Para terminar dizia mais uma vez que surpreende-nos essa postura do PPM, mas também o facto do PSD aparecer muitas vezes colado ao PPM num ataque à iniciativa privada.

Podemos compreender alguns argumentos, mas não um ataque cerrado como este, tentando desvalorizar o trabalho que é feito pelos empresários nos Açores, pelos trabalhadores, pelo investimento que é feito na economia dos Açores e isso nós não aceitamos.

Podem contar com o Partido Socialista na defesa dos interesses da Região e no fomento da iniciativa privada.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco, pede a palavra para?

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Um protesto, Sr. Presidente, às declarações do Sr. Deputado Carlos Silva.

Presidente: Faça favor.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós já estamos habituados aqui na Assembleia, em muitas matérias, ou quando se coloca em causa a situação de empresas públicas, ou quando se levantam

questões que têm a ver com a eficiência e com aquilo que é a postura do Governo em muitas matérias,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isto é uma segunda intervenção, Sr. Presidente!

O Orador: ... ao argumento do Partido Socialista: é que o PSD é contra a iniciativa privada.

Isto é totalmente falso! Todos sabemos que é falso! Uma coisa é levantar questões naquilo que são as políticas do Governo, outra coisa é ser contra a iniciativa privada, que é evidente que não somos.

Aliás, esse argumento tem sido utilizado também contra a SATA, quando se levantam questões relativamente à SATA.

É a maneira que o Partido Socialista tem de resolver os seus mal-estares relativamente àquilo que é o insucesso de muitas políticas públicas.

Presidente: Sr. Deputado António Vasco, vou pedir-lhe para contextualizar...

O Orador: Nós defendemos a iniciativa privada, isso está acima de qualquer dúvida.

Agora sabemos que aqui a demagogia ultrapassa muitas vezes aquilo que é razoável e temos de ouvir acusações que são perfeitamente falsas.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, sinceramente eu não percebi onde é que estava a crítica, o protesto àquilo que eu disse, porque em momento algum o Sr. Deputado António Vasco refutou aquilo que eu disse.

O que eu disse, e fui muito claro, quando falei em complexos com a iniciativa privada, falei no caso específico do Grupo EDA e do ataque ao Grupo Bensaúde, porque o que é bem visível, quer nas Comissões de Economia, quer nos Parlamentos que realizámos anteriormente, foi que o PSD sempre se manifestou frontalmente contra a política seguida pela EDA...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Outra vez? Isso é mentira!

O Orador: Sr. Presidente, não sei se tenho o direito de falar nesta Casa, mas se tiver eu agradecia.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tem! Mentir é que não! Não vale tudo!

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de prosseguir a sua intervenção.

O Orador: Portanto, se for necessário trazer aqui a esta Casa alguns recortes de jornais e notas de imprensa do PSD contra a política da EDA...

Presidente: Sr. Deputado, peço-lhe é que se cinja à matéria que está em análise. Obrigado.

O Orador: O que eu disse foi que o PSD estava contra a gestão realizada no Grupo EDA, tinha complexos contra a iniciativa privada e reitero.

Isto não é uma opinião, é factual...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É mentira!

O Orador: ... e basta vermos os recortes de jornais.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mente descaradamente!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado, eu não lhe dei a palavra porque era um protesto a uma declaração que tinha sido acabada de fazer. Se foi uma interpretação errada que fiz do Regimento, mas vou dar-lhe a palavra agora na sua inscrição.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do PPM nenhuma discordância em relação à condução dos trabalhos por V. Exa.. Estava só a perguntar se, entretanto, me tinha dado a palavra. Não tinha percebido.

Eu quero dizer o seguinte:

Eu não pedi, e tinha razões, porque fui chamado de mentiroso, de demagogo e tudo isso, um protesto. E não pedi um protesto, porque eu considero que nós temos de estar aqui a dignificar o Parlamento dos Açores.

Intervenções como as do Sr. Deputado Carlos Silva, insultuosas, que são intervenções que lhe mandam fazer para insultar os outros Deputados que discordam do Partido Socialista, é algo que nem sequer é tradição do Partido Socialista.

Portanto, esse tipo de intervenções da sua parte só o desprestigia a si e eu que já estou aqui a mais algum tempo digo-lhe: não terá um grande futuro político se continuar a oferecer-se para fazer esse trabalho sujo de insultar os seus colegas de Parlamento.

Portanto, os seus insultos não merecem nenhuma resposta da minha parte, e o Sr. Presidente deveria ter chamado a atenção quando o senhor utilizou reiteradamente as palavras mentira e demagogo dirigida a outro colega. O Sr. Presidente devia ter interrompido a sua intervenção e não o fez.

Mas eu vou dizer-lhe uma coisa que é fundamental: esse não é o caminho e digo-lhe já, e faço justiça ao Partido Socialista, esse também não é o registo do Partido Socialista de insultar aqueles que pensam de forma diferente.

Quero dizer, em relação à matéria de facto, que mantenho, e provei claramente as afirmações que produzi.

Trata-se de algo que é gravíssimo para a empresa, para o equilíbrio da empresa, porque o Governo Regional sistematicamente dá instruções aos seus

representantes na empresa para nos últimos anos retirar todos os lucros e dividir pelos privados.

Os privados tinham direito, tendo em conta o exercício, a receber 3 milhões de euros. Pois o Grupo Bensaúde recebeu não 3, mas 6 milhões de euros.

Isto é ou não um favorecimento para além do que está estabelecido nas regras?

Mais do que isso!... Há um favorecimento de um partido que se diz Socialista.

A questão aqui, fundamental, é a seguinte: nós temos de proteger a iniciativa privada, mas não temos de favorecer a iniciativa privada em detrimento da população.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é demagogia, Sr. Deputado!

O Orador: Reitero: aquele dinheiro da convergência tarifária, os tais 871 milhões de euros, 115 foram parar aos dividendos. É um facto.

Deputado Carlos Silva (PS): É um direito!

O Orador: É um facto!

O Sr. Deputado diz que é mentira.

Deputado Carlos Silva (PS): Eu não disse que era mentira!

O Orador: É um facto!

O Sr. Deputado não pode dizer que é falso. Estes dividendos resultam exclusivamente do esforço de convergência tarifária feito, não pelo Estado Central, mas pelos consumidores que pagam as faturas no território continental. É daí que vem esse dinheiro.

Esta é uma situação intolerável, eu acho que é uma situação escandalosa e um dia será notícia nacional porque esta questão não pode continuar, o dinheiro não pode continuar a ser utilizado desta forma.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Carlos Silva pede a palavra para?

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Uma interpelação à Mesa?

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sim, sim.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, peço uma interpelação para dizer que o Partido Socialista irá fazer chegar à Mesa o voto apresentado pelo Deputado Paulo Estêvão, devidamente sublinhado,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não precisamos de votos sublinhados!

O Orador: ... porque ele disse que eu o acusei de mentir sem justificação, sem provar.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: O que diz o voto, e leio novamente, é: o PPM diz que “os consumidores da Região Autónoma dos Açores...

(Apartes inaudíveis das diversas bancadas)

O Orador: ... pagam preços de energia elétrica semelhantes aos que são pagos pelos consumidores no território continental do país.”

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Quando eu disse que o Deputado do PPM mentiu, eu provei-o. Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não pode ajuizar com este barulho, com este ruído de fundo.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: Eu não ouvi nada, desculpem, mas eu não ouvi nada

Deputada Mónica Seidi (PSD): Mas é mesmo bom não ouvir nada!

Presidente: Portanto, não posso ajuizar aquilo que eu não ouvi.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas ouviu relativamente a mim!

Presidente: Seja lá como for, a minha função é esta.

Sr. Deputado, faça chegar o documento à Mesa e a Mesa distribuirá pelos Srs. Deputados.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, se não ouviu o que eu disse, se calhar tenho de repetir.

Presidente: Se quiser fazer o favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Eu pedi a interpelação, porque quando disse que o Deputado Paulo Estêvão mentiu eu justifiquei com base no que estava escrito e farei chegar à Mesa o documento que atesta que os consumidores da Região pagam o mesmo que no resto do país.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Foi reposta a verdade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, para esta tarefa que para mim não será fácil, não tão fácil como a da Sra. Presidente, peço-vos que tenham não consideração, mas contenção no sentido dos trabalhos decorrem com a normalidade que se pretende.

Obrigado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, uma verdadeira interpelação à Mesa.

Eu facilitei-lhe... Percebo que o Sr. Presidente não tem muita experiência de condução de trabalhos, e facilitei-lhe o seu trabalho.

Não pedi uma intervenção para o protesto, exatamente para lhe facilitar a condução dos trabalhos, e respeito integralmente o papel institucional do Sr. Presidente. Estou aqui nesse sentido.

Eu quero dizer-lhe, Sr. Presidente, que não podem ser feitas interpelações em que se referenciam as intervenções realizadas pelos Deputados que as fizeram anteriormente, porque o Sr. Deputado sabe que não tem o direito regimental.

É um desrespeito novamente às regras do Parlamento, é um desrespeito a V. Exa. e, portanto, eu, da minha parte, Sr. Presidente, tendo em conta as referências que foram feitas, vou fazer chegar um desenho em relação à minha intervenção que aqui fiz.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Estou muito curioso para ver esse desenho. Sr. Presidente, eu quero receber esse desenho!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu faço questão de receber esse desenho!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e o Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi rejeitado com 27 votos contra do Partido Socialista, 19 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM (a Sra. Deputada Independente não está na sala).

Presidente: Vamos continuar com a apresentação de um Voto de Protesto, da iniciativa da Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico, contra a imposição política por parte do Governo da República e do Presidente da República, dos voos da TAP entre o território continental e os Açores, no auge da pandemia da doença COVID-19, colocando assim em risco a população açoriana.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Contra a imposição política, por parte do Governo da República e do Presidente da República, dos voos da TAP entre o território continental e os Açores no auge da pandemia da doença COVID-19, colocando assim em risco a população açoriana

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores produziu um parecer - obviamente não vinculativo - que condenava a referência despropositada que o Decreto do Presidente da República fazia às autonomias, nomeadamente quando referia que **“em caso algum pode ser posto em causa o princípio do Estado unitário ou a continuidade territorial do Estado”**.

Marcelo Rebelo de Sousa deixou assim bem explícito que era o pai da ideia centralista, segundo a qual, ao abrigo do princípio da continuidade territorial do país, a manutenção das ligações aéreas de passageiros se deveria sobrepôr a qualquer consideração relacionada com a defesa da saúde pública da população açoriana. Assim, despido de quaisquer considerações de carácter humanitário, o Estado central impôs, através do Decreto do Presidente da República, o princípio da imposição coerciva dos chamados voos de soberania, que tinham como função simbólica a afirmação da continuidade da administração portuguesa nos Açores.

Este ato tornou evidente que o Estado central - para além de todos os discursos e sorrisos de circunstância - não confia nos regimes autonómicos e na sua lealdade ao país. Pesados todos os interesses em jogo, o Estado optou por impor a realização de ligações aéreas que representavam um alto risco de propagação do contágio para o território açoriano em detrimento da ideia que é possível às regiões autónomas cortar, mesmo que provisoriamente e por razões estritamente sanitárias, o cordão umbilical com o resto do território. É precisamente este tipo

de prepotência e de desumanidade que promove a desafeição das populações em relação ao poder central e a tudo o que ele significa.

Nestas condições, condena-se a atuação do Governo da República e do Presidente da República em relação aos Açores no âmbito da luta contra a pandemia da doença COVID-19, em especial no que diz respeito à desumana imposição política de voos de soberania para as nossas ilhas, contra a vontade dos órgãos de governo próprio da Região e em total desrespeito pelos mais elementares princípios de salvaguarda da segurança das populações no contexto de uma pandemia.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PPM propõe a apresentação do seguinte Voto de Protesto:

O Parlamento dos Açores condena, veementemente, a imposição política, por parte do Governo da República e do Presidente da República, dos voos da TAP entre o território continental e os Açores no auge da pandemia da doença COVID-19, colocando assim em risco a população açoriana.

Horta, Sala das Sessões, 18 de junho de 2020

O Deputado Regional, Paulo Estêvão

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições vamos passar à votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como sabem esta divergência em relação ao teor deste voto entre o PS-Açores e a República foi, de certa forma, ultrapassada pelas circunstâncias, mas não foi esquecida.

Nós não concordamos, Sr. Deputado Paulo Estêvão, com alguns considerandos e com a caracterização que o senhor faz, na parte preambular deste voto.

Todavia é inegável que o sentido político do voto é claro e nós queremos que fique muito claro que o PS-Açores não faz política do faz de conta.

Quando nós, em março, afirmámos que éramos contra a não interrupção dos voos entre a Região e o continente, nós estávamos determinados e convictos nessa posição.

Portanto, isto significa que o PS votará a favor deste voto atendendo à parte, digamos, resolutive do voto.

Mas eu queria também deixar muito claro que o PS-Açores é uma instituição com muitos anos.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: O PS-Açores e as divergências que nós temos com a República em geral e com os nossos camaradas da República, sobre isso nós entendemo-nos muito bem sobre os nossos desentendimentos pontuais.

O PS não pode também deixar de afirmar, neste momento, nesta circunstância, que nós reconhecemos o inexcédível e incomparável património político que os Governos da República do PS têm proporcionado às autonomias.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Nós não nos esquecemos disso.

Por isso, Sr. Presidente, nós continuamos a dizer que os governos que melhor servem as Regiões Autónomas e particularmente a nossa, são Governos da República do PS.

É essa a verdade e eu não tenho tempo aqui para dar vários exemplos.

Deputado Mónica Seidi (PS): Realmente é melhor não dar!

O Orador: Esta é a verdade.

O que isto significa, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é que nós não podemos deixar que uma exceção possa afetar a regra e a regra é de um bom relacionamento...

Deputado Mónica Seidi (PS): Nota-se!

O Orador: ... e de um Governos da República do PS que apoiam sempre os Açores.

Por isso nós continuamos a acreditar que este Governo da República é um governo amigo das autonomias, amigo dos Açores,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E amigo da Madeira! Trata bem a autonomia da Madeira! Tem sido muito justo!

O Orador: ... e um governo que tem dado muita ajuda à Região e que vai continuar a dar no futuro, não tenham dúvidas sobre isso.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD-Açores está de acordo com aquilo que é dito neste voto de protesto por parte da Representação Parlamentar do PPM.

Nós entendemos, como tem dito o nosso Presidente José Manuel Bolieiro, que mais vale ser prudente na prevenção do que negligente na ação.

E se é verdade que o princípio subjacente à continuidade territorial tem aspetos positivos, eles têm de ser, e só esses aspetos positivos, absolutos na sua interpretação.

Tem a ver com a solidariedade e tem a ver com o respeito pelos direitos das autonomias e pela proteção dos residentes nas Regiões Autónomas que não foi o caso que sucedeu nesta situação.

O que aconteceu é que não houve entendimento, não houve colaboração, não houve coordenação na execução do Decreto de Estado de Emergência por

manifesta incompetência, impreparação e incapacidade no relacionamento entre o Governo Regional e o Governo da República.

Deputados Luís Rendeiro (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Este é um facto que vai perdurar na história do relacionamento entre a Região e a República, na história da nossa Autonomia.

De pouco serve os Srs. Deputados do Partido Socialista, depois de dizer que condenam, que não estão de acordo, virem com grandes elogios, com grandes declarações de amor, com grandes declarações de que afinal eles erraram, mas não podiam ser os melhores para os Açores, que isso não é verdade.

A grande verdade no meio disto tudo é que as relações entre o Governo Regional, o Governo da República e esta cegueira ideológica de apoio, sempre que há um Governo da República socialista no continente, é caso para dizer: isso está mesmo cegando!

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Prescinde. Passo a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, não acompanhando alguns dos excessos de linguagem presentes em algumas passagens do voto, acompanha aquela que é...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pode sublinhar!

O Orador: ... a sua ideia central, isto porque o Bloco de Esquerda sobre esta matéria e sobre outras, como é óbvio, sempre defendeu e sempre considerou que o diálogo é essencial e não poderá obviamente concordar com decisões unilaterais e muito menos com imposições.

Posto isto, votaremos favoravelmente o presente voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não utilizei, não vou utilizar e não foi o propósito utilizar de partidária este voto.

Quero saudar todos os partidos que votam favoravelmente este voto (todos os partidos que votam!), o que demonstram patriotismo autonómico, demonstram que estão aqui na defesa dos interesses dos Açores e é isso que me interessa aqui considerar.

Portanto, a minha intervenção final resume-se a esta constatação:

É muito positivo que os Açores, que o Parlamento dos Açores tenha um papel determinante nesta matéria e que faça sentir a sua insatisfação cada vez que os centralistas prejudicam a população dos Açores.

Eu estou muito contente, muito satisfeito e quero elogiar o conjunto dos partidos que estão a votar favoravelmente esta posição firme, na defesa da autonomia dos Açores, na defesa da população dos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos de seguida à apresentação de um Voto de Pesar, iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo falecimento do radialista Miguel Decq Mota.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento do radialista Miguel Decq Mota

Embora a sua atividade diária fosse a rádio, apresentador, animador e entrevistador, ficou mais conhecido dos Açorianos pela sua colaboração no Natal dos Hospitais programa que apresentou vários anos na Televisão Açoriana.

A comunicação era a sua vocação e a Rádio acabou de facto por ser a sua atividade profissional que vivia com paixão e intensidade.

A trabalhar na TSF/Açores desde junho de 1997, com o seu timbre de voz inconfundível dirigiu um programa matinal que acompanhou os seus ouvintes e transmitiu-lhes alegria e boa disposição nas primeiras horas da manhã. Mais posteriormente manteve também um programa semanal de entrevistas por onde passaram algumas conhecidas figuras da sociedade Açoriana, o programa GRAFONOLA simultaneamente publicado no Açoriano Oriental.

Miguel Decq Mota era reconhecido como um adepto do exercício físico, praticando com regularidade e intensidade a corrida.

A 30 de Março no anúncio da sua morte com apenas 44 anos dizia-se na TSF “...a rádio nos Açores fica mais pobre e a nossa redação menos alegre...”, palavras que dizem tudo do ritmo, alegria, profissionalismo intensidade que Miguel colocava na sua vida, e a que infelizmente o seu corpo não resistiu.

Assim nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário a 17 de junho de 2020 emita este voto de pesar pelo falecimento de Miguel Decq Mota.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família de Miguel Decq Mota.

Disse.

Horta, sala das sessões, 17 de junho de 2020

Os Deputados, Francisco César, José San-Bento, José Ávila, Pedro Moura e Maria Isabel Quinto

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar associa-se a este voto de pesar, foi uma perda prematura para todos nós.

O Miguel Decq Mota era conhecido pela sua voz e inconfundível pelo seu registo próprio como dinamizava a rádio.

Vivia com paixão e intensidade a sua profissão, sempre num espírito de boa disposição.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, era uma para interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Eu peço desculpa à Sra. Deputada e a todos os colegas.

Eu tive a informação de alguns colegas dos Grupos Parlamentares que não tinham tido acesso à distribuição do voto.

Eu tenho a informação dos meus serviços que o voto foi distribuído ontem e que cumpriu os requisitos formais para ser distribuído.

Sr. Presidente, eu não estou em condições, não quero acusar nenhum serviço, nem nenhum funcionário...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é falha de nenhum serviço. É o Líder Parlamentar que distribui pelas restantes bancadas!

O Orador: Com certeza! De maneira que foi distribuído ontem.

Sr. Deputado, é a informação que eu tenho.

Nós estamos aqui de boa-fé e lamento fazer esta interpelação, mas respeito também os colegas que gostariam de ter a leitura do voto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa também informa que perante o contacto de Representações Parlamentares que não tinham recebido o voto, tentou averiguar e a informação que nós temos é supostamente ele teria sido distribuído ontem.

Vamos continuar a averiguar. Da parte da Mesa, a quem não compete essa distribuição, as nossas desculpas também.

Obrigado.

O Sr. Deputado pede a palavra para?

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado João Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, para informar a Mesa, ou para pedir esclarecimento à Mesa. Os votos que são entregues nesta câmara são entregues pelo líder parlamentar. Ou seja, o líder parlamentar anda de bancada em bancada a entregar os votos.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade! Só que os senhores têm empregados!

O Orador: Quando nós entregamos um voto, vamos junto a todas as bancadas entregar a cada líder parlamentar para que o líder parlamentar tenha o voto, para que o voto possa ser discutido.

A pergunta que faço à Mesa é se isto é assim ou não é assim, como eu estou acabando de afirmar?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(*) **Presidente:** Sr. Deputado, a Mesa sobre este assunto informa de que supostamente alguns procedimentos que são norma foram cumpridos e têm outros votos em cima das vossas mesas. Alguma coisa aconteceu em relação a este voto.

Nós estamos a indagar, naquilo que diz respeito à nossa responsabilidade, em pôr este voto aqui à leitura e votação.

A única coisa que podemos dizer é, eventualmente nesta fase, houve alguma coisa que não correu bem e os senhores têm de desculpar. Penso que sim! Tem de haver bom senso.

Obrigado.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma interpelação.

Presidente: Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero aqui dizer que claramente este é um lapso da responsabilidade do Partido Socialista, mas isso não invalida aquilo que é o mais importante.

Eu quero dizer-lhe que obviamente acompanho o voto que foi realizado pelo Partido Socialista. Esta notícia provocou uma grande consternação em todos os que conheciam e em todos os açorianos, e quero da minha parte expressar também um profundo pesar à família, a todos os seus amigos e a todos os açorianos em geral que muito valorizavam o Miguel Decq Mota.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, queria também manifestar, em nome do Grupo Parlamentar do CDS, profundo pesar pela morte do Miguel Decq Mota. Deixa-nos a todos mais pobres, mais tristes, e sobretudo à sua família.

Era isso que eu queria significar nesta minha intervenção sobretudo, porque bastou-me ouvir, não precisava ler (infelizmente bastou ouvir) o voto de pesar do falecimento do Miguel Decq Mota, mas Sr. Presidente, também se me permite um esclarecimento, dizer apenas (e está entendido na Conferência de Líderes) que o procedimento é este, não foi nenhuma falha dos serviços: é da responsabilidade de cada grupo parlamentar distribuir aos restantes grupos, aos outros líderes parlamentares, uma cópia do voto.

É essa a praxe que está instituída há muito tempo nesta Casa. Portanto, não foi nenhuma falha dos serviços.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é um voto de pesar, iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, pelo falecimento de Fernando Augusto Pacheco Costa.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo Falecimento Fernando Augusto Pacheco Costa

Faleceu no passado dia 18 de fevereiro, Fernando Augusto Pacheco Costa, antigo presidente do Conselho de Administração da SATA. Tinha 78 anos.

Fernando Augusto Pacheco Costa, natural de Vila Franca do Campo, era licenciado em engenharia mecânica, pela Universidade do Porto.

Iniciou a sua carreira profissional na Transportadora Aérea Portuguesa – TAP, mas dedicou a sua vida profissional à transportadora aérea regional, SATA, tendo sido, durante muitos anos, Diretor de Manutenção, nomeado membro do seu Conselho de Administração em fevereiro de 1979 e, posteriormente, Presidente do seu Conselho de Administração até setembro de 1984.

O Eng. Fernando Pacheco Costa exerceu as funções de Diretor Regional dos Transportes no Governo Regional dos Açores.

Para além da sua participação na gestão e delineamento de políticas públicas na área dos transportes aéreos, o Eng. Fernando Pacheco Costa foi um ativo e participativo cidadão da causa pública. Foi um dos fundadores do PPD/PSD nos Açores, em 1974 e, durante dois mandatos, foi Presidente da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo.

Deu o seu valioso contributo em várias causas públicas de índole social, corporativo, recreativo e desportivo, tendo sido Presidente da Assembleia da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo, Presidente da Direção dos Lions Clube de São Miguel, Presidente da Direção do Marítimo Sport Clube, de Ponta Delgada, Presidente da Assembleia Geral do Clube Naval de Vila Franca do Campo, Presidente da Direção da Cooperativa Agrícola Profrutos, e foi fundador da Associação de produtores de Ananás dos Açores.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Fernando

Augusto Pacheco Costa, do qual deve ser dado conhecimento à sua família e ao Conselho de Administração da empresa SATA.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 17 de junho de 2020.

Os Deputados, Luís Maurício, Mónica Seidi, Bruno Belo, António Vasco Viveiros e João Bruto da Costa

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Nós associamo-nos a este voto e eu queria dizer que o Eng.º Pacheco Costa fez parte de uma geração que infelizmente está a desaparecer, mas que foi muito importante na nossa autonomia.

Eu tive o privilégio de conhecer o Eng.º Pacheco Costa, por razões familiares, e queria aqui partilhar com todos aquilo que eu tive a oportunidade de testemunhar muito novo, enquanto adolescente, que foi a influência e a visão que uma certa geração de técnicos, mas que também tiveram participação política e o Eng.º Pacheco Costa teve uma participação política relevante e de grande prestígio, que nós temos de reconhecer.

Ele trabalhou com o meu pai na administração da SATA, foram colegas na administração da SATA, e particularmente o Eng.º Pacheco Costa teve um papel muito importante em sensibilizar o poder político, e eu não quero aqui retirar a visão política que os políticos da altura tiveram, nos governos do PSD do Dr. Mota Amaral, mas a verdade é que aquilo que eles fizeram, nomeadamente na sensibilização para a abertura dos aeródromos da Graciosa, de São Jorge e do Pico foi muito importante.

Portanto, esta é uma geração a quem a autonomia deve muito e é com muita pena que nós vemos essas personalidades irem desaparecendo e calarem-se em momentos que muitas vezes se sente que a voz deles ainda faria muita falta.

Portanto, nós, com emoção, como se deve ter percebido, votamos a favor deste voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de pesar, iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo falecimento de João Herminio Tomé.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo Falecimento de João Herminio Tomé

O Senhor João Tomé, nasceu a 7 de abril de 1950, no lugar de Santa Cruz, freguesia de Ribeiras, concelho de Lajes do Pico e faleceu no passado dia 5 de maio de 2020, aos 70 anos de idade.

Filho de Serafim Soares e de Jesuína do Carmo Tomé, era o mais jovem dos oito filhos do casal. Desde tenra idade, e fruto das suas vivências familiares inseridas na profunda ligação ao mar, tinha o sonho de ingressar na Marinha Portuguesa.

Iniciou o seu percurso escolar na antiga escola primária que funcionava em Santa Cruz, tendo concluído a quarta classe (4.^a classe) aos dez anos de idade.

Em 1966, aos 16 anos, inscreve-se como voluntário, na Marinha Portuguesa, sendo admitido.

Na Marinha, fez especialização profissional na carreira de Cabo do Mar, regressando aos Açores e à ilha do Pico em 1972, ficando a aguardar a sua colocação profissional. Neste ano ainda, contrai matrimónio com Maria Eduarda da Silva, da relação nasceram dois filhos, Artur Ricardo da Silva Tomé e Sénior João da Silva Tomé.

Ainda no mesmo ano é destacado pelo Ministério da Marinha, para a Ilha das Flores, tendo saído da Ilha do Pico, no dia 28 de outubro desse ano, para exercer as funções de cabo do mar na Capitania do Porto de Santa Cruz das Flores, aonde permaneceu e exerceu funções durante 12 anos, naquela Ilha, prestando serviço ainda na Ilha do Corvo, sempre que as necessidades obrigavam, até ao ano de 1984.

Durante a sua permanência na Ilha das Flores, não se dedica somente à sua atividade profissional, embora seja reconhecido pela sua forma peculiar de interagir com as pessoas, assim como enaltecido profissionalmente pela sua sensibilidade humana, responsabilidade e competência é na dedicação à causa desportiva que se destaca. A sua participação cívica, inicia-se e começa a evidenciar-se na sua paixão e dedicação pelo desporto, fomenta a atividade desportiva nos mais jovens e participa na organização desportiva de uma equipa de futebol de 11 da antiga casa dos Pescadores, sendo atleta e participando ativamente na gestão desportiva desta agremiação. Em 1979, e fruto da sua visão futurista e em conjunto com os atletas da antiga Casa dos Pescadores, procede à fundação do Grupo Desportivo “Os Minhocas”, sendo inicialmente seu atleta e Presidente, durante vários anos. Percebendo da necessidade dos “Minhocas”, possuir um espaço próprio, que fomentasse o convívio na comunidade local, decide em conjunto com os jogadores e familiares contruir uma sede. Foram muitos os eventos que levou a efeito com os seus pares visando a angariação de fundos de forma a que a sede fosse uma realidade.

Em 1979 o objetivo é cumprido, o Grupo Desportivo “Os Minhocas” inaugura a sua sede. Aquele espaço tornou-se o local de convívio de muitas gentes da vila

de Santa Cruz e da Ilha das Flores, aonde eram celebrados casamentos, batizados, eventos carnavalescos e outros. Embora se apaixonasse pela Ilha e pelas suas gentes o seu pensamento era viver no Pico, na sua terra natal, as Ribeiras.

Em final do ano de 1983, transmite aos seus amigos e a todos que com ele trabalhavam que tinha solicitado mobilidade profissional para a Ilha do Pico e esta foi-lhe concedida no ano de 1984. Foram várias as manifestações prestadas ao Sr. João Herminio Tomé, em especial a homenagem realizada pelos “Minhocas”, de reconhecimento e gratidão pelos sócios, jogadores e familiares e demais entidades da Ilha das Flores, que ainda hoje é lembrado com um congregador de vontades, um homem de consensos, um cidadão que deu muito de si, sem receber nada em troca, a não ser o respeito, a admiração e o carinho de muitos Florentinos que ainda hoje o reconhecem com o principal fundador do Grupo Desportivo “Os Minhocas”.

No dia 28 de novembro de 1984 regressa à ilha do Pico, sua terra de sempre, exercendo funções da Delegações Marítimas da Madalena e Lajes do Pico, até à sua aposentação em que foi o cabo de mar mais novo (que transitou para a Polícia Marítima) a aposentar-se fruto do seu longo percurso profissional na marinha.

Ao instalar-se inicialmente nas Lajes, inicia um trabalho sem precedentes, em especial ao serviço que prestou ao desporto da Ilha do Pico e nas diferentes coletividades em que esteve envolvido, quer como treinador de futebol, nos escalões de iniciados e juvenis do Clube Desportivo Lajense e nos seniores de futebol de 11 do Grupo Desportivo “O Calhetense”. A sua capacidade de gestão de recursos humanos é mais uma vez instigada, ao ter aceitado o convite de ser o Presidente da Associação de Bombeiros Voluntários das Lajes do Pico, numa época difícil que esta associação vivia. Com os seus colaboradores diretos, inicia o processo da construção do quartel dos bombeiros aonde estão sediados atualmente.

Simultaneamente, inicia a construção da sua casa na freguesia das Ribeiras, na sua terra de sempre, no berço da sua infância, no lugar de Santa Cruz aonde viveu desde o final da sua atividade profissional, a sua aposentação e ao seu falecimento. A relação profunda com muitos Florentinos é bem patente, porque a construção da sua casa é feita e coordenada por um amigo, das Flores que permaneceu nas Ribeiras quase um ano.

O seu fascínio pela atividade desportiva é bem patente em todo o seu percurso de vida, assim como a sua participação cívica na sua freguesia, exercendo funções como Presidente de Junta de Freguesia das Ribeiras, desde o ano 2001 até ao ano 2013, contribuindo significativamente para a melhoria e o bem-estar das nossas gentes do seu concelho e da sua Ilha.

Podemos considerar que grande parte da sua vida é dedicada ao próximo, abriu as fronteiras aos sonhos de muitos jovens da nossa terra, que conheceram outras realidades, que acreditaram nas suas potencialidades, fez campeões, nunca se esquecendo de todos que estavam longe das suas famílias e aonde ele estava, estavam todos presentes, em especial aos estudantes deslocados que se encontravam no continente.

No clube desportivo Ribeirense na qualidade de treinador é o grande promotor pelo desenvolvimento do hóquei em patins e das corridas em patins, sendo esta última, a modalidade que iria projetar o nome do clube além-fronteiras, com resultados desportivos relevantes nos Açores, em Portugal e pelo Mundo.

No âmbito da Direção Regional do Desporto, e pela Delegação do Desporto da Ilha do Pico, foi coordenador da modalidade de Corrida em Patins na ilha do Pico, tendo uma função relevante na promoção e no desenvolvimento da modalidade, quer ao nível local e regional, na qualidade de treinador, dirigente e selecionador dos Açores em representação da Região ao mais alto nível nacional e internacional.

Como Presidente, deixou obra feita, e está vista de toda a gente. A construção do complexo desportivo do Clube Desportivo Ribeirense. Sede, instalações

administrativas, centro de estágio, dormitórios, sala de troféus, restaurante com todas as suas valências, patinódromo, sala de musculação, arrecadações, garagens para viaturas, polidesportivo e instalações de apoio.

Para além da construção das infraestruturas do clube, o Sr. João Tomé, criou ainda melhores condições de trabalho, para o desenvolvimento das modalidades de voleibol e corridas em patins no âmbito do desporto federado, na aquisição de viaturas e na formação técnica, oferecendo aos jovens a oportunidade de praticarem desporto que chegou a atingir cerca de 250 praticantes de ambos os sexos, um número muito significativo para um clube de uma freguesia rural.

Na nossa Região, foi um dos dirigentes que voluntariamente, mais anos esteve ligado ao desporto, dedicando grande parte da sua vida.

Foi um verdadeiro exemplo, como se promove uma ilha através de um clube desportivo e sempre lutou pelo seu Ribeirense, trilhando os caminhos do respeito, conquistando uma legião de amigos, por onde passou.

Um dirigente de muito valor e espírito de sacrifício e dedicação, determinado, visionário, sempre com uma palavra de incentivo e de força, marcou todos aqueles que tiveram o prazer de o conhecer.

O seu nome ficará na História do Património Desportivo do CDR, do Concelho das Lajes do Pico e da Terra que o viu nascer e será sempre lembrado com orgulho e saudade.

Mas a sua maior obra sem dúvida que é a sua grandeza humana, o legado, a história, os êxitos desportivos alcançados pelo Clube Desportivo Ribeirense é o expoente da sua personalidade, dado que foram conquistas realizadas com humildade, ambição e o respeito pelos adversários. O nome do Clube Desportivo Ribeirense jamais será dissociado do nome do seu Presidente, Sr. João Herminio Tomé:

- Primeiro clube Açoriano a conquistar a primeira Taça de Portugal na época desportiva 2008/2009, para a Região Autónoma dos Açores de todas as

modalidades desportivas. Um feito que fica marcado para a história do desporto dos Açores, em que nenhum clube açoriano o tinha conseguido;

- Conquistou 4 taças de Portugal nas épocas desportivas de 2008/2009, 2010/2011, 2011/2012 e 2012/2013 e 3 campeonatos nacionais da 1ª divisão nacional em voleibol seniores femininos nas épocas desportivas de 2010/2011, 2011/2012 e 2012/2013;

- Para além das 4 taças de Portugal conquistadas foi ainda finalista em mais duas delas, na época desportiva de 2005/2006 e 2013/2014 em voleibol seniores femininos e ainda vice-campeão nacional também em femininos nas épocas 2006/2007, 2007/2008, 2008/2009 e 2009/2010;

- Campeão nacional da 2ª divisão voleibol em seniores masculinos em 2002/2003;

- Campeão nacional em 2003/2004 do campeonato nacional da divisão A2 tendo sido campeão, no mesmo ano da 3ª divisão em seniores B. Ainda nos seniores masculinos foi campeão nacional da 2ª divisão série açores nas épocas de 2012/2013 e 2013/2014;

- Representou a seleção nacional em 2013, com a atleta selecionada, Dulce Machado, para a qualificação do campeonato da europa em voleibol seniores femininos na Roménia e Croácia.

- Primeiro clube a nível nacional, com atletas medalhados em campeonatos do mundo e da europa em corridas em Patins;

- Subiu várias vezes ao pódio, ao conquistar várias medalhas de prata e bronze em campeonatos mundo, e da europa em representação da seleção nacional em corridas em patins;

- Campeão em vários torneios internacionais e taças latinas, ao conquistar várias medalhas de ouro para Portugal e para o Clube Desportivo Ribeirense em corridas em patins.

- Várias vezes campeão nacional ao conquistar várias medalhas de ouro para o CDR em corridas em patins;

- Contribui para várias conquistas das seleções dos açores em campeonatos nacionais de corridas em patins;

A grandeza humana do Presidente do Clube Desportivo Ribeirense é reveladora da importância da família, da sua esposa e filhos da congregação perfeita do amor, este sentimento recíproco, que permitiu o Sr. João Tomé abraçar e unir as duas paixões da sua vida: A sua família e o desporto através do seu Clube do Coração, o Clube Desportivo Ribeirense. A frase que define bem esta simbiose é preferida pela viúva...” O João, basicamente só vive para o Ribeirense... e leva-nos a todos”.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária no dia 17 de junho de 2020, emita o seguinte voto de pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova o presente voto de pesar pelo falecimento de João Herminio Tomé, que será eternamente lembrado como um homem que dedicou grande parte da sua vida à atividade desportiva e ao fantástico e fascinante património que lhe está associado, deixando uma grande obra, difícil de medir e de calcular. Se a vida e a obra desportiva do Sr. João Hermínio Tomé, são um marco na história no dirigismo Açoriano, também é um exemplo de tenacidade, de ambição, de humildade e de paixão por aquilo em que se acredita.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, ao Clube Desportivo Ribeirense, assembleia de freguesia de Ribeiras, à Assembleia e Câmara Municipal das Lajes do Pico e ao Serviço de Desporto da Ilha do Pico.

Horta, Sala de Sessões, 17 de junho de 2020.

Os Deputados, Mário Tomé, Marta Matos, Francisco César, José San-Bento, Maria Isabel Quinto e José Ávila

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP)**: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Tomé, chamado assim por todas as pessoas da sua geração, deu um grande contributo à ilha das Flores, mais particularmente a Santa Cruz das Flores.

Foi um dos impulsionadores da construção do Grupo Desportivo “Os Minhocas”, contribuiu para que a sua sede pudesse ser feita, assim como outros homens que trabalharam gratuitamente na construção daquela sede, outros tempos, os tempos que se trabalhava por amor à camisola.

O Sr. João Tomé merece aqui nesta Casa, por parte da Representação Parlamentar do PCP, que nos lembremos dele, e as Flores está agradecida, e Santa Cruz em particular, pelo trabalho que fez em termos desportivos, mas não só. Graças a ele foi possível outros avanços que não só a nível desportivo.

Nós associamo-nos a este voto e deixamos as mais sentidas condolências à sua família enlutada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dar nota da posição do PSD de se associar às palavras proferidas pela colega Marta em relação ao Sr. Herminio Tomé.

Dizer que no imediato é uma palavra que queremos deixar à família e a todos os que com ele privaram em todas as instituições que passou, por toda a Região, e deixar nota que o PSD também apresentará uma homenagem ao Sr. Herminio Tomé.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Srs. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um intervalo regimental. Regressamos às 12h10.

Obrigado.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos com a continuação da leitura dos votos restantes.

Eram 12 horas e 16 minutos.

O voto seguinte é da iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. É o voto de pesar pelo falecimento do Eng.º José Bettencourt Gaspar, e tem a palavra a Sra. Deputada Marta Matos.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO ENGENHEIRO JOSÉ BETTENCOURT GASPAR

Faleceu, no passado dia 4 de maio, com 74 anos, José Bettencourt Gaspar, mais conhecido como o Engenheiro Gaspar, poeta do povo e digno representante da alma das gentes picarotas.

O Engenheiro Gaspar nasceu a 28 de julho de 1945, na freguesia de São João, embora residisse há largos anos na Madalena do Pico. Em 1970, ingressou na Escola Superior Agrária de Santarém onde se formou como Engenheiro

Técnico Agrário. Oriundo de uma família tradicionalmente musical, o seu gosto pela guitarra é reforçado nos seus tempos de estudante.

Em 1978, iniciou funções no Serviço de Desenvolvimento Agrário da Ilha do Pico, tendo desenvolvido trabalho nas áreas da sanidade vegetal, horticultura, fruticultura e floricultura, sendo o responsável técnico pela introdução da cultura de *Próteas* na ilha do Pico e integrando a equipa técnica responsável pela sua introdução na Região Autónoma dos Açores. Desempenhou funções de Chefe de Divisão de Experimentação, Vulgarização e Formação Profissional, as quais acumulou com as de Diretor deste serviço.

Paralelamente à sua atividade profissional, a música foi uma constante na sua vida. Exímio tocador de guitarra e de viola, colaborou ativamente com vários grupos folclóricos, de fados, de teatro, de cantigas ao desafio...

Figura icónica da ilha e da região, embaixador das nossas gentes, viajou pelo mundo levando a boa disposição que o caracterizava e a nossa cultura popular a países como os Estados Unidos, Canadá, Austrália ou África do Sul.

Viveu intensamente a vida e a sua paixão pelo Pico. Com música do artista madeirense Max, a letra de uma das suas mais expressivas composições entoava: “...*Pico, Pico/ Miradouro dos Açores/ À tua terra eu dedico/ O mais puro dos Amores...*”

A ilha reconhece essa dedicação e essa paixão que retribui, lamentando a partida daquele que era um verdadeiro picaroto de alma e coração.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento José Bettencourt Gaspar e que do mesmo seja dado conhecimento à sua família, ao Serviço de Desenvolvimento Agrário da Ilha do Pico, à Assembleia e à Câmara Municipal da Madalena do Pico.

Obrigada.

Horta, Sala de Sessões, 17 de junho de 2020

Os Deputados, Francisco César, Maria Isabel Quinto e Marta Matos.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD)**: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se ao voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, deixando também aqui uma nota de condolências à família do Eng.º José Gaspar e em momento oportuno, o PSD irá fazer a correta homenagem ao engenheiro.

Muito obrigado. Com licença.

Presidente: Muito obrigado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Srs. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O voto seguinte também é da iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e é um Voto de Pesar pelo falecimento de Pedro Carvalho. Dou a palavra ao Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

**pelo falecimento de Pedro Carvalho, ex-Presidente do Serviço Regional de
Proteção Civil e Bombeiros dos Açores**

Faleceu no dia 9 de maio do passado mês, com 57 anos, Pedro Pereira Carvalho, após doença prolongada e de estar internado numa unidade hospitalar de Lisboa, onde se encontrava desde março do corrente ano.

Pedro Carvalho entrou no quadro ativo dos Bombeiros Municipais de Santarém, em 1996, onde foi adjunto do comando e Coordenador Municipal de Proteção Civil de Santarém. Em 2000 foi nomeado comandante da corporação de Bombeiros de Santarém, cargo que manteve até 2005. Em 2006, deixou a sua terra natal para assumir o cargo de Inspetor de Bombeiros, no Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores, e foi nomeado Presidente deste organismo da Região Autónoma dos Açores, cargo que exerceu até 2013.

Engenheiro de formação, Pedro Carvalho era detentor de uma vasta qualificação e experiência na área de bombeiros e proteção civil, tanto no país como no estrangeiro. Na verdade, Pedro Pereira Carvalho foi sobretudo reconhecido como um operacional de excelência possuindo uma vasta formação na área do socorro. Ainda como Inspetor Regional dos Bombeiros dos Açores foi chefe da missão e integrou a equipa açoriana que representou Portugal, na Itália, num exercício de âmbito Europeu (MESIMEX), em 2006 nas faldas do Vesúvio, o que também contribuiu para que em 2011 a Assembleia das Regiões da Europa tivesse distinguido os Açores como Região detentora de boas práticas na gestão de catástrofes.

Pedro Carvalho iniciou o processo das ambulâncias SIV como Inspetor Regional dos Bombeiros dos Açores e viu as primeiras viaturas em pleno funcionamento já como Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Grande impulsionador da Instrução e Qualificação dos Bombeiros, operacionalizou o centro de Formação de Bombeiros, na Achada Ilha Terceira, possibilitando a aquisição de competências, entre outros, no combate aos múltiplos tipos de fogos, incidentes biológicos e transporte de doentes em caso

de pandemia, quer aos Corpos de Bombeiros dos Açores, quer de outras corporações do País e da Região Autónoma da Madeira.

De bom trato e bom senso, íntegro, prático e competente, Pedro Carvalho sempre foi estimado por quem o conheceu ou com ele privou. No dia do seu funeral elementos dos Corpos de Bombeiros Voluntários de Pernes e Sapadores de Santarém fizeram-lhe uma guarda de honra simbólica, perante os condicionamentos das cerimónias fúnebres, em tempo de pandemia.

Homem bom e profissional exemplar, prestigiou com o seu saber e esforço o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, e também, por isso, queremos deixar o nosso preito à sua memória.

Assim, o Grupo Parlamentar do PS/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento Pedro Pereira de Carvalho do qual deve ser dado o devido conhecimento à sua Família, ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, à Federação de Bombeiros da Região Autónoma dos Açores e à Direção dos Corpos de Bombeiros de Santarém.

Horta, sala das sessões, 17 de junho de 2020

Os Deputados, Francisco César, José Contente, Francisco Coelho e Maria Isabel Quinto

Presidente: Muito obrigado; Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado António Neto Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de pesar pelo falecimento do Sr. Engenheiro Pedro Carvalho.

O Eng. Pedro Carvalho era uma personalidade de invulgar valor, muito competente e muito empenhado em todas as funções que desempenhou.

Na sua passagem pelos Açores marcou muito positivamente a instituição onde colaborou deixando simultaneamente muitos amigos nos quais me incluo, e que recordam o Pedro Carvalho como sendo um bom amigo.

Depois de deixar as ilhas nunca deixou a vontade de aqui voltar e voltar a residir permanentemente na Região. Infelizmente o destino assim não o permitiu.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Srs. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O voto seguinte também é um Voto de Pesar, iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo falecimento do Eng.º Carlos Alberto da Costa Fraga.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento do Eng.º Carlos Alberto da Costa Fraga

No passado dia 16 de abril, faleceu em Ponta Delgada, aos 72 anos de idade, Carlos Alberto da Costa Fraga.

O Eng.º Carlos Fraga, como era popularmente conhecido, nasceu na freguesia da Terra Chã, em Angra do Heroísmo, a 10 de julho de 1947.

Desde cedo fixou residência na cidade de Ponta Delgada onde construiu uma carreira de sucesso e de prestígio.

Carlos Fraga era Engenheiro Técnico Agrário e exerceu funções de relevo numa instituição bancária regional, tendo desenvolvido um trabalho muito reconhecido junto do sector agrícola.

Foi Vereador na Câmara Municipal de Ponta Delgada, eleito pelas listas do Partido Socialista, de 1989 a 1993. Trabalhou com grande mérito e dedicação em prol da sua comunidade, tendo sido vereador do Presidente Mário Machado e do Presidente João San-Bento, no único mandato autárquico, até à data, em que o PS deteve a responsabilidade na gestão da maior autarquia dos Açores.

No dia 13 de outubro de 1996, Carlos Fraga foi eleito, na lista do PS-Açores pelo círculo eleitoral de São Miguel, Deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Carlos Fraga cumpriu integralmente o seu mandato de Deputado e foi uma das personalidades que marcou o Grupo Parlamentar do PS. A sua clareza de raciocínio, a sua voz credível em vários assuntos e o seu ímpar sentido de humor marcaram uma época.

Na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pertenceu à Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, e também foi Secretário da Comissão Eventual de Inquérito para Averiguação de Suspeições Levantadas na Imprensa Regional, contribuindo, dessa forma, para o reforço da intervenção, do escrutínio e da independência da imprensa regional dos Açores.

O seu desempenho parlamentar ficou também associado à defesa da reestruturação dos Perímetros de Ordenamento Agrário Regionais. Contribuindo, assim, para criar as bases para uma importante e marcante reforma do sector agrícola na Região Autónoma dos Açores, o que permitiu aumentar e melhorar a qualidade da nossa produção agrícola, bem como reduzir os custos de exploração de muitos agricultores açorianos.

O Eng.º Carlos Alberto da Costa Fraga era um homem de convicções que possuía excepcionais qualidades pessoais e atributos políticos singulares que

todos lhe reconheciam. Como o próprio referia “eu não discurso para os políticos, eu falo para as pessoas”.

A sua intervenção parlamentar contribuiu para a afirmação da Autonomia, para o progresso dos Açores e para o fortalecimento do PS.

Carlos Fraga possuía um otimismo contagiante, uma sensatez iluminada por uma grande sensibilidade social e era ainda dono de um extraordinário sentido de humor. O convívio pessoal com ele era inesquecível. Alguns de nós nesta bancada ainda nos lembramos vividamente dos momentos que partilhamos e do prazer de privar com ele inúmeras vezes em várias circunstâncias. Deixou muitos amigos e muitas saudades.

Carlos Fraga era também um homem de família e um cidadão empenhado e interventivo no movimento associativo. Nos últimos anos da sua vida foi animador de tertúlias e convívios no Clube Naval de Ponta Delgada.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista-Açores propõe o seguinte voto de pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Carlos Alberto da Costa Fraga; reconhecendo o relevante contributo que deu à Região e a esta Assembleia; enaltecendo as suas qualidades humanas e os seus atributos profissionais que fizeram dele um cidadão ilustre; e endereçando sentidas condolências a todos os seus familiares e amigos.

Horta, Sala das Sessões, 18 de junho de 2020

Os Deputados, José San-Bento, José Contente, Francisco Coelho e José Ávila

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições?

(Pausa)

Não havendo inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerramos aqui a apresentação dos votos e passamos às declarações políticas.

Na sequência, como primeiro declarante, caso o entenda, está o Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Para apresentar a declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos hoje aqui na primeira sessão plenária presencial da nossa Assembleia depois do início da pandemia da COVID-19.

O CDS, durante o tempo de exceção que vivemos e perante um inimigo comum que enfrentamos, esteve sempre na primeira linha de defesa da Região e dos Açorianos.

Fomos uma oposição solidária com as medidas de contingência que Governo adotou, enquanto primeiro responsável pela proteção civil regional.

Fomos uma oposição que apresentou na saúde, no emprego, na economia, na solidariedade e na educação, soluções para os problemas que tivemos e ainda temos de ultrapassar.

Somos, em nome dos princípios e valores que defendemos, uma oposição responsável e determinada em responder aos desafios que temos que enfrentar para garantir a necessária recuperação económica e social das nossas ilhas e da nossa Região.

Temos, por isso, que, com a devida prudência, face à imprevisibilidade da doença e à ameaça de uma nova vaga, perspetivar os próximos passos.

É preciso criarmos condições para uma efetiva retoma da atividade dos nossos setores económicos e garantirmos a normalidade possível no dia a dia dos açorianos e das nossas ilhas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os desafios que enfrentamos exigem que procuremos encontrar soluções para respondermos aos problemas que temos de ultrapassar.

É certo que vivemos um período de contingência com muitas consequências na saúde, no emprego, na educação, na solidariedade social, na mobilidade, nas empresas, nos serviços da administração pública regional, na economia e na vida dos açorianos, mas também é certo, e temos que o dizer, que muitas das opções políticas deste governo no passado, vieram agora, mais uma vez, no quadro da pandemia, a revelar-se incapazes de contribuir para o desenvolvimento contínuo e sustentável da nossa Região.

Entendemos, perante a crise sem precedentes que cada vez mais se evidencia, que temos de, responsabilmente, refletir sobre o caminho percorrido em muitas das políticas públicas deste governo, como primeira condição para que possamos começar a reerguer e construir o futuro.

É tempo de este governo e de esta maioria reconhecerem que o modelo de desenvolvimento que adotaram na Região, não responde às necessidades do presente e é incapaz de nos conduzir ao desenvolvimento sustentável das nossas ilhas.

Como sempre afirmámos, a teoria de um polo centralista de crescimento que este governo continua a sustentar, conduz à concentração do investimento, agrava as diferenças entre as nossas ilhas e contribui para uma periferia interna cada vez mais visível que apenas estagna e conduz ao declínio da economia de muitas das nossas ilhas.

Na saúde, existem ainda açorianos sem médico de família, apesar da cobertura total estar prometida desde 2004. Já na presente legislatura, houve garantias da

tutela que isso aconteceria ainda em 2018. Quando acontecerá finalmente, é o que queremos saber?! É o que os açorianos quererão saber!

As políticas do governo neste setor conduziram a uma dívida que impediu uma adequação de meios e a configuração de um sistema regional de saúde com resposta transversal em todas as ilhas.

De facto, nesta área de governação, que tutela um direito de todos os açorianos, muitas são as promessas não cumpridas, como é o caso da instalação dos serviços de radioterapia na ilha Terceira, cujo investimento, lamentavelmente, nunca foi ainda rentabilizado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Muitos outros exemplos existem de incumprimentos na saúde, como é o caso da falta de recursos e de capacidade instalada nas ilhas sem hospital, como é o caso da questão da recente fixação dos extratores de RNA, doados no âmbito do combate à pandemia, como é o caso, também, da anunciada capacitação da ilha do Faial para proceder à realização de testes à Covid-19,...

Deputada Graça Silveira (Independente): Já foi anunciado ontem!

O Orador: ... que é uma medida imprescindível para um desconfinamento seguro na Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: No emprego, as políticas deste governo, como aliás afirma o Tribunal de Contas, continuam a promover a precariedade e não têm mecanismos de avaliação dos seus resultados.

Na solidariedade social, as políticas deste governo, de plano em plano, apenas conseguiram aumentar o risco de pobreza na Região.

Na educação, as políticas deste governo continuam sem ter a capacidade de promover a qualificação e continuam a traduzir-se em índices de abandono escolar que têm na Região uma preocupante dimensão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A eficiência no sistema de transportes aéreos, marítimos e terrestres, bem como a disponibilidade e qualidade das acessibilidades são fatores imprescindíveis para garantir a coesão social e a mobilidade dos Açorianos nas nossas ilhas, dentro da nossa Região e para o exterior, dando contributos fundamentais para o desenvolvimento económico dos Açores.

Contudo, neste setor, depois de um Plano Integrado de Transportes falhado, as políticas deste Governo não conseguem responder às necessidades dos açorianos e das nossas ilhas.

Infelizmente, continuam a verificar-se muitos constrangimentos no que à ilha Terceira diz respeito, apesar da anunciada certificação da base das Lajes para uso civil.

É preciso saber se o Governo Regional está em condições de garantir que será restabelecida a ligação diária da SATA entre a Ilha Terceira e Lisboa e se existe intenção de reforçar o número de ligações aéreas entre a ilha Terceira e a América do Norte, bem como de reforçar as ligações inter-ilhas a partir da Terceira.

É preciso ainda que o Governo esclareça se, e para quando, está prevista a reposição da pernoita do avião da SATA Air Açores na Aerogare das Lajes.

No desenvolvimento e nas infraestruturas, as políticas deste Governo continuam a pautar-se pelo anúncio em vez da concretização.

Ao falhanço na execução de investimentos estratégicos para a ilha Terceira, bem demonstrativa do autêntico fracasso que representou o PREIT,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... junta-se o arrastamento das grandes obras públicas ao longo de muitos anos, por vezes durante décadas depois do seu anúncio.

O que é certo é que muitos dos investimentos previstos ainda nunca saíram do papel,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... como é o caso da rampa Ro-Ro em Angra do Heroísmo, prometida há mais de 6 anos, em substituição de um cais de cruzeiros prometido em 2008.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Os mesmo acontece com os investimentos previstos para o porto da Praia da Vitória, por todos reconhecido como um importantíssimo ativo estratégico para o desenvolvimento económico da Terceira e da Região, onde os 77 milhões de euros previstos no PREIT nunca foram executados.

É também esse o caso da instalação do GNL, que ninguém sabe se avançará ou não na Praia da Vitória, bem como do cais de cruzeiros...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há um acordo!

O Orador: ... e do terminal de carga marítima, que ainda nunca avançaram.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Neste setor, importa lembrar também o caso paradigmático caso do radar meteorológico da Serra de Santa Bárbara, cuja instalação deveria ter ficado concluída ainda em 2019, sem que se vislumbre sequer o arranque da obra e muito menos a sua conclusão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Nos serviços públicos, as políticas deste Governo continuam a evidenciar a supressão de serviços essenciais, como os correios, que apesar de condicionarem a vida dos Açorianos e das nossas empresas, continuam persistentemente concentrados na ilha de São Miguel, com consequências para todas as outras ilhas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... sem que se anteveja a necessária descentralização, assistindo-se apenas a um passa-culpas de responsabilidades entre os CTT e o Governo Regional.

Deputado Carlos Silva (PS): Onde isto já vai!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os Açores são 9 ilhas e todos os açorianos têm os mesmos direitos. É esse o legado que queremos, responsabilmente, deixar às futuras gerações.

Para o CDS, a estratégia de desenvolvimento da nossa Região tem de pressupor a efetivação de ações baseadas nas condições específicas de cada ilha, de forma a utilizar eficientemente as respetivas potencialidades de desenvolvimento.

Para os Açorianos e para a Região, é tempo de decidir bem. Os desafios que temos de enfrentar não se compadecem com mais decisões ineficazes, anúncios sem concretizar, bem como com investimentos desajustados e sem avaliação que, no essencial, não produzem resultados e apenas geram despesa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Nunca é tarde para mudar e o contexto que atravessamos obriga a um novo paradigma de políticas públicas na Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Deputada Graça Silveira (Independente): Sr. Deputado Tiago Branco, então vai dizer que afinal o laboratório para a Horta já está a ser construído? O Sr. Presidente da Câmara já veio anunciar ontem.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira...

Deputada Graça Silveira (Independente): Eu fiz um aparte regimental.

Presidente: Aparte? Mas o Sr. Deputado não estava a falar.

Estão abertas as inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já por diversas vezes...

(Aparte inaudível da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras)

Presidente: Sra. Deputada, deixe o Sr. Deputado que está no uso da palavra falar, por favor.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a incomodar?

O Orador: Não! É o respeito mínimo por uma declaração do seu partido.

Nós já diversas vezes registamos o sentido construtivo com que o Partido Socialista aprecia a postura da oposição em geral e do CDS em particular durante esta fase mais difícil da pandemia COVID-19, mas nós sabemos todos o que foi exigido a todo o exacto da governação, um desafio imenso. O Sr. Deputado frisou algumas áreas que nunca é demais salientar: a questão da saúde, a questão da educação, toda a componente logística, a proteção civil, enfim, um conjunto de áreas ligadas à logística, à energia, à alimentação, uma quantidade muito grande de serviços essenciais que foram preservados.

Mas essa foi, Sr. Deputado, se me permite, uma situação extremamente complexa e neste momento nós ainda temos um desafio muito grande pela frente.

Da mesma forma que nós reconhecemos o sentido construtivo que o CDS-PP teve nesta fase precedente, também é bom que se diga que nos surpreende um pouco o caderno reivindicativo que os senhores apresentam já rapidamente para ser concluído, Sr. Deputado, como se nada se tivesse passado até aqui.

Nós estamos numa fase de recuperação gradual e segura da nossa economia. Nós estamos a tentar implementar a normalidade possível, como todos dizem, e não uma normalidade plena que, obviamente e infelizmente, só será possível daqui, esperamos nós, a mais a alguns meses, mas é preciso construir consensos, continuar com sentido de união entre todos para podermos ultrapassar essa fase mais difícil.

Mas também não podia deixar de dizer, Sr. Deputado, sendo que o tempo é sempre um problema nestas circunstâncias, mas que fique muito claro: o PS defende o modelo de desenvolvimento dos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Prove lá isso!

O Orador: ... que é o modelo de coesão regional, é um modelo policêntrico em que todas as ilhas contam. As nove parcelas dos Açores contam no desenvolvimento regional e os Açores são isso, os Açores são mais do que a soma de nove ilhas, são uma Região Autónoma...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não é para si!

O Orador: ... e nós continuaremos a defender esse modelo de desenvolvimento para os Açores. Por isso nós não acreditamos que seja possível um desenvolvimento forte dos Açores com um desenvolvimento fraco de qualquer uma das suas parcelas muito menos da ilha Terceira e para ser absolutamente sincero consigo, Sr. Deputado, não é possível termos um desenvolvimento forte dos Açores com uma ilha Terceira fraca ou a ficar para trás. Isso não é possível, isso não vai acontecer, isso não será nunca o projeto do PS.

Por isso é que nós estamos empenhados em resolver e ultrapassar muitos dos problemas que o senhor aqui apontou em relação à ilha Terceira...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais?

O Orador: ... e, do ponto de vista político, eu também percebo essa preocupação do CDS com a ilha Terceira. Acredite que percebo!

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é só com a Terceira! É com todos os açorianos!

O senhor é um centralista encravado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, o CDS traz aqui uma declaração política abrangente, que toca em várias áreas. Obviamente que não temos tempo para falar nelas todas, mas tenho também de dizer que o PSD, à semelhança dos outros partidos da oposição, contribuiu com propostas nas mais diversas áreas: na saúde, na economia, no emprego, na solidariedade social e temos mesmo a certeza de que eram boas propostas, mas que algumas foram chumbadas porque eram propostas do PSD. Não temos a menor dúvida.

Deputado José San-Bento (PS): Está enganada!

A Oradora: Mas vou centrar-me apenas em dois aspetos que considero fulcrais, até porque na semana passada houve, da nossa parte, uma conferência de imprensa que denunciava também alguns dos incumprimentos que foram ali ditos daquela tribuna e que eu considero mesmo que têm de ser uma lista de compromissos que o Partido Socialista adia sucessivamente relativamente à ilha Terceira...

Deputado José San-Bento (PS): Não aconteceu nada durante estes três meses!

A Oradora: ... e que se esses investimentos estivessem concretizados teriam agora um papel muito importante na tal retoma económica que tanto se fala, não só do ponto de vista da ilha, mas do ponto de vista da Região, porque sim, o que se quer é o desenvolvimento harmonioso das nove ilhas dos Açores. Isso, sim, é que é puxar os Açores para cima, e não é aquilo que os senhores apregoam e depois não fazem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem a senhora!

A Oradora: Isso sim é que é puxar os Açores para cima!

Também falando num setor que é muito querido, digamos. Na saúde não posso continuar a ignorar aquilo que se continua a passar. Esta Assembleia aprovou, por unanimidade, uma resolução para que fosse entregue de forma urgente um

plano de retoma e que ao fim de um mês nós não continuamos por desconhecer na totalidade o que é que se passa.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quantas colonoscopias ficaram por fazer? Quantas consultas ficaram por fazer? Quantas endoscopias ficaram por fazer?

Não sabemos! Não há nada!

Ao contrário do que se passou na República, em que a Ministra teve o cuidado de ir de forma transparente a uma Comissão dizer e afirmar que mais de um milhão de atos médicos foram adiados, na Região nós não conhecemos estes números. Porquê?... Porquê?... Onde é que está a transparência?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não podemos aceitar que continuem a existir mais de 13 mil açorianos a aguardar por uma cirurgia. Mas onde é que nós vivemos? Isto o que é? Que Região é esta? Que Região cor-de-rosa é esta que os senhores pintam e que não corresponde à verdade?

É necessário (como é que o Sr. Deputado consegue compactuar?) chegar uma pandemia para que o maior hospital da Região tenha acesso a quartos de pressão negativa. Onde é que o senhor vive?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a senhora onde é que vive?

A Oradora: Como é que trataram as tuberculoses até agora?

Isto o que é? O senhor não sabe!

Isto é inadmissível! É necessário vir o COVID para os senhores passarem a fazer tábua rasa de todos os problemas que a saúde já tinha e que agora se agravaram ainda mais.

Deslocação de médicos especialistas a ilha sem hospital:

Onde é que está o plano? Como é que isso vai ser feito?

Diga-nos! Os açorianos querem saber.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Deputada, pergunte a quem está atrás de si!

A Oradora: Os açorianos continuam à espera...

Deputado José San-Bento (PS): Sabe que não lhe posso explicar isso nesta figura. O Sr. Presidente podia ter solicitado um debate de urgência sobre isso!

A Oradora: ... e os senhores de forma transparente ignoram essa situação.

Apresentámos aqui a realização de um inquérito serológico regional, os senhores chumbaram e contentam-se com aquilo que vem da República, com umas migalhas de amostra.

Acha que isso vai ser fidedigno? Pelo amor de Deus! Sejam sérios! Estamos aqui todos a lutar pelo mesmo, estamos aqui todos a lutar pelo desenvolvimento harmonioso da Região. Isso é que é puxar os Açores para cima ao contrário daquilo que os senhores fazem.

Volto aqui a frisar: é urgente que de forma clara e transparente esta Assembleia tenha conhecimento do plano que está a ser preparado e que já devia ter sido apresentado na área da saúde, para que os açorianos saibam de uma vez por todas com o que é que podem contar, porque são milhares de açorianos que continuam à espera de cirurgias, são milhares de açorianos que continuam à espera da realização de consultas, da realização de outros atos terapêuticos e isso não pode acontecer.

Deputado José San-Bento (PS): Olhe, pergunte ao seu colega o que é que está a ser feito que ele sabe!

A Oradora: Estamos aqui todos para puxar os Açores para cima. Não nos calaremos enquanto os senhores de forma transparente não vierem aqui a esta Assembleia demonstrar aquilo que têm preparado, porque não somos só nós que o queremos saber, são todos os açorianos que nos escutam.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero aqui referenciar o papel muito positivo que o CDS-PP desempenhou ao longo da presente situação, a forma construtiva como o CDS-PP se comportou nesta crise e também o papel construtivo que o PPM teve nesta matéria.

Como sabem, nós somos muito críticos da governação do Partido Socialista, mas quando as dificuldades chegaram, quando foi preciso unir esforços, quando foi preciso ter uma postura construtiva, responsável e institucional o PPM e o CDS-PP não falharam. Estivemos cá, demos a cara e fomos absolutamente responsáveis. É este o tipo de oposição que eu acho que é essencial e que não foi realizada por todos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Eu considero que é esse sentido de responsabilidade, que é esta forma de estar, que quando chegam as dificuldades colocamos acima das divisões políticas, das divisões partidárias, os interesses dos Açores. Foi isso que nós colocámos.

Ninguém pode apontar ao PPM e também ao CDS-PP algum desvio em relação a esta matéria, a esta conduta de responsabilidade institucional.

Quero terminar, Sr. Presidente, fazendo referência a algo que considero que é absolutamente fundamental: se estivermos unidos, se estivermos uma postura responsável, se não dividirmos nem enfraqueçemos os Governo quando tínhamos que enfrentar um adversário poderoso, quando tínhamos que enfrentar um adversário tremendo para o povo dos Açores com as questões de saúde que eram tão prementes resolver, se nesse momento resistimos a essa tentação, próximo das eleições, de enfraquecer o Governo e, pelo contrário, fizemos precisamente o contrário, eu agora considero também que este é o momento de

dizer que tudo o que está para trás, nos últimos três anos, em relação à governação do Partido Socialista nesta legislatura e ao que aconteceu anteriormente, não pode ser esquecido.

Os problemas não podem ser esquecidos. O défice do setor da saúde era um problema anterior à crise, não nos vamos esquecer disso: os problemas nos transportes aéreos com o endividamento brutal e a falência da SATA era um problema anterior, os problemas no sistema educativo, os problemas em todos esses setores, a vossa governação tem de ser medida pelo conjunto das vossas realizações e das dificuldades que a vossa governação significou em todas estas áreas.

Portanto, tínhamos e estávamos a enfrentar uma situação tremenda, de má governação do Partido Socialista e isso não pode ser esquecido.

Adotámos a atitude responsável num momento em que foi uma prova de fogo para todos nós.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Uma prova de fogo em que foi fundamental mostrar quem tinha sentido de responsabilidade, quem estava aqui para resolver os problemas da Região e quem resistia a fazer politiquice.

Nós demonstrámos que temos esse sentido de responsabilidade e é por isso que nos podemos apresentar ao eleitorado açoriano com esta postura...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... uma postura de partidos responsáveis e de partidos que merecem ter um papel importante na alteração governativa nos Açores e na resolução dos problemas que os Açores precisa de resolver e que não serão resolvidos...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, agradeço que termine.

O Orador: ... com este Governo, com estas políticas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS traz-nos aqui uma declaração política muito pertinente acusando a falta de investimento e de desenvolvimento em todas as nove parcelas dos Açores.

Deu o caso específico da ilha Terceira, e muito bem, porque eu também dou o caso específico, por exemplo, da ilha das Flores, porque é o círculo pelo que fui eleito.

De qualquer maneira podemos ver perfeitamente o desinvestimento. Aliás, a Representação Parlamentar do PCP trouxe a esta Casa, nestes dias de debate, problemas em relação ao emprego, e dou o exemplo concreto da falta de auxiliares de educação nas diferentes escolas e no caso concreto na escola da ilha das Flores. Acusou aqui o Governo Regional de alunos, de crianças com 5/6 anos serem abandonadas no almoço, não terem condições de almoçar, não terem condições de aquecer a sua alimentação e, dito pelo Presidente do Conselho Executivo, devido à falta de auxiliares, ou seja, o problema é da Secretaria Regional da Educação.

O PCP trouxe aqui também, e vai continuar a trazer, em relação ao emprego, à falta de investimento e de desenvolvimento no emprego. Aliás, é caso bem concreto e o PCP tem uma iniciativa nesse sentido em relação aos trabalhadores da COFACO na ilha do Pico que há muito tempo que estão à espera de serem ajudados e não têm sido.

Em relação à saúde é perfeitamente visível que existe um desinvestimento em relação à área da saúde enorme. Existem, por exemplo, especialistas que não vão à ilha das Flores há mais de 10 meses (mais de 10 meses!), não há exames. É grave!

Depois é dito que as unidades de saúde de ilha fazem o pedido, a responsabilidade, e quem não deixa, é da Secretaria Regional da Saúde.

Portanto, existe um desinvestimento nas diferentes áreas, aliás tem sido denunciado por nós em relação à precariedade laboral, em relação aos programas ocupacionais. Aqui tem sido acusado por diversas vezes.

O Governo Regional faz orelhas mocas em relação àquilo que é alertado aqui nesta Casa, porque se não fizesse já estavam algumas dessas situações resolvidas.

Existem passos muito ténues dados. Dei o exemplo em relação à saúde, dei o exemplo relação à educação, também acusei aqui em relação ao ambiente.

Nada disto é resolvido, ou por incapacidade do Governo Regional, ou por ineficiência do Governo Regional.

O que é certo é que falta fazer muito mais e melhor.

Os açorianos têm de perceber que enquanto tiverem esta maioria absoluta musculada nesta Casa, nada será resolvido, porque nesta Casa faz-se orelhas mocas em relação àquilo que é denunciado aqui, para as diferentes ilhas.

O que é certo é que a Representação Parlamentar do PCP continuará a defender os açorianos aqui nesta Casa e o Governo Regional enquanto tiver essa maioria musculada fará orelhas mocas como tem feito até aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão disse que a oposição construtiva, o CDS e o PPM, apoiaram todas as medidas tomadas pelo Governo durante o COVID-19. A verdade é que eu acho que de uma forma geral todas as pessoas com alguma responsabilidade o fizeram, mas usando uma terminologia muito de uma terra/mar, quando se está no meio de uma tempestade, temos seis remadores e

um timoneiro, toda a gente rema ao grito do timoneiro, ninguém vai ficar a remar cada um para o seu lado.

Isso não quer dizer que quem está a remar e sabe que naquela altura a sua salvação é remar tudo junto, considere que todas as decisões do timoneiro foram bem tomadas. Muitas vezes estamos a remar, a ver a ponta da doca a se aproximar, a perceber que a coisa não vai correr bem, mas não é altura de ficar a remar sozinho.

Isto para dizer que não haveria outra alternativa a não ser quem é responsável de ter apoiado as decisões difíceis.

Mas em relação à questão de que sistematicamente a oposição quer os Açores para baixo e o PS é que quer puxar os Açores para cima,...

Deputado José San-Bento (PS): Quem disse isso foi a Sra. Deputada Mónica Seidi!

A Oradora: A vossa bancada utiliza este eufemismo com demasiada frequência.

A verdade é que o Partido Socialista para além de tudo aquilo que promete e não cumpre tem uma prática parlamentar que é muito mais grave, e em relação ao CDS tem sido muitas vezes penalizado com isso, que são medidas importantes, estruturantes e urgentes que são aprovadas e nunca chegam a ser implementadas.

Isto quer dizer tão simplesmente que os açorianos nunca chegam a usufruir dessas medidas.

Para o debate político serve para dizer que se aprovou, mas aquilo que interessa verdadeiramente, que é os açorianos poderem usufruir dessas medidas, nunca chega a acontecer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado André Rodrigues (PS): Isso não verdade!

A Oradora: Mais!... Durante esta pandemia não só se revelou a fragilidade do Sistema Regional de Saúde que todos nós já sabíamos, e à conta disso houve

muitas medidas demasiado austeras que tiveram de ser implementadas porque se as coisas corressem mal depois o Sistema Regional de Saúde não dava resposta, a população tinha essa consciência, solidarizou-se e cumpriu, mas mais grave do que isso demonstrou a enorme dependência que o Sistema Regional de Saúde tem de profissionais de fora da Região.

Com o fecho do espaço aéreo esses profissionais não puderam vir à Região dar as suas consultas de especialidade, que de resto resultou na demissão do Diretor Clínico do Hospital da Horta, exatamente por causa desta questão, porque além de não poderem vir, se viessem tinham de ficar 14 dias a fazer quarentena. Qual é que era o profissional de saúde que queria vir aos Açores, ficar a fazer 14 dias de quarentena para fazer dois dias de consultas?

Portanto, revelou a enorme dependência que o Sistema Regional de Saúde tem de profissionais de saúde de fora da Região, que é uma situação que está por resolver há demasiado tempo e que nunca conseguimos dar resposta.

Mas se querem ter uma ideia de que efetivamente o PS pensou tudo muito bem, o Governo teve lindamente, a Autoridade Regional de Saúde não falhou, digovos uma coisa, há um mês, a Autoridade Regional de Saúde dizia que não precisávamos de usar máscara. Olhem para todos nós hoje aqui e têm as vossas respostas.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa informa que nos estamos a aproximar do tempo global e vou pedir ao Sr. Deputado Alonso Miguel que faça uma declaração de encerramento o mais breve possível, por favor.

Obrigado.

Sr. Secretário Regional quer usar da palavra?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sim, inscrevi-me.

Presidente: Não tinha tomado nota a sua inscrição.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não estava inscrito!

Presidente: Dou então a palavra ao Sr. Secretário Regional Berto Messias.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É bom para a oposição que o Governo fale!

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Esta figura regimental tem, sendo obviamente legítima e sendo esse o momento em que nós estamos, obviamente algumas limitações de tempo.

Depois da intervenção do CDS em que levantou e referiu muitas questões, o Governo tem, para usar da palavra, cinco minutos.

Portanto, será difícil, em cinco minutos...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Seja sucinto! Corte nos considerandos!

O Orador: ... conseguir responder e tocar em todas as matérias...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD e da Deputada Independente)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... que o Sr. Deputado Alonso Miguel tocou.

Permita-me a referência, Sr. Deputado Alonso Miguel: a sua intervenção parecia uma autêntica metralhadora rotativa tocando em vários departamentos e tocando em várias questões.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma metralhadora?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor não sabe bem o que é que queria dizer! Pediu a palavra e agora não sabe o que dizer!

Deputada Mónica Rocha (PS): Que falta de respeito!

Presidente: Sra. Deputada... Tem a palavra, Sr. Secretário.

O Orador: Há uma questão de forma, na sua intervenção e eu julgo que é possível dizer que basta ver, basta verificar aquelas que são as opções políticas do Governo Regional plasmadas no plano de investimentos da nossa Região para se verificar que as suas acusações sobre centralismos de investimentos públicos nos Açores não fazem qualquer sentido e não correspondem minimamente à realidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja sério! Responda às perguntas!

O Orador: O Governo dos Açores não investe numa ilha em prejuízo de outra.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Ele não disse isso!

Deputado José San-Bento (PS): Mas insinuou!

O Orador: Isso seria um erro estratégico clamoroso que poria em causa o desenvolvimento da nossa Região.

O Governo dos Açores não investe numa ilha em prejuízo da outra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda às perguntas!

O Orador: Isso seria um erro estratégico brutal para o desenvolvimento global da nossa Região.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Alonso Miguel, Sr. Deputado Artur Lima: Veja-se, por exemplo, os investimentos que decorrem e que decorreram recentemente na ilha de São Jorge, uma ilha tão cara ao CDS-PP...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Olhe para o Centro de Saúde das Velas, vai de vento em pomba!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... e onde o CDS tem um projeto político consolidado.

Veja-se, por exemplo os investimentos que foram realizados no porto das Velas, o investimento que está a decorrer no porto da Calheta, o investimento na escola da Calheta, o investimento na escola da Velas... Enfim, veja-se por exemplo o conjunto de investimentos significativos que o Governo desenvolveu na ilha de São Jorge, uma ilha tão cara e tão politicamente relevante e importante para o CDS-PP.

Esses investimentos nessa ilha que dizem muito ao CDS mostram também aquelas que têm sido as opções políticas do Governo Regional não apenas na ilha grande, ou na ilha maior, como o Sr. Deputado Alonso Miguel refere,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ele não disse isso! Seja sério!

O Orador: ... mas em todas as ilhas dos Açores.

Eu reitero: o Governo Regional não investe numa ilha em prejuízo da outra. O Governo Regional investe igualmente obviamente em todas as ilhas da Região. O Sr. Deputado referiu aqui várias questões, algumas delas algo de leve, e algumas delas, julgo eu, insistindo na falta de esclarecimentos em matérias que já foram amplamente esclarecidas e debatidas aqui, como é o caso dos extrator RNA, como é o caso dos testes no Faial que já foram, aliás, ainda ontem esclarecidos quando é que teremos testes realizados aqui no hospital, mas há uma matéria que eu não posso deixar de referir que são as questões relativamente à saúde.

Sras. e Srs. Deputados, não é verdade que se assista a um desinvestimento no Serviço Regional de Saúde.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Diga isso aos doentes!

O Orador: Sra. Deputada Mónica Seidi, não para de gritar. Sr. Presidente, eu peço desculpa, os apartes são regimentais...

Presidente: Quero informá-lo que está a esgotar o seu tempo.

O Orador: ... mas a gritaria não é, Sr. Presidente. Peço desculpa.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Vamos tentar ouvir-nos todos no debate que julgo ser, e importante que seja, de respeito por todos os intervenientes.

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que também que termine, por favor.

O Orador: Portanto, basta uma avaliação séria sobre aquela que tem sido a evolução no Serviço Regional de Saúde, quer em termos de investimento público, quer em termos de transferências da Região para o Serviço Regional de Saúde e para as Unidades de Saúde de Ilha, quer em termos do reforço e do

aumento significativo de todos os profissionais de saúde que compõem o Serviço Regional de Saúde, para se verificar...

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): E médicos de família?

O Orador: ... que a acusação de que tem havido um desinvestimento no Serviço Regional de Saúde não é verdadeira.

Deixem-me dizer-vos o seguinte, Srs. Deputados:

Os senhores, nos últimos tempos, incorrem numa tremenda contradição:

É que estão todos a elogiar permanentemente o Serviço Regional de Saúde, mas esquecem-se que é precisamente o investimento no Serviço Regional de Saúde que nos ajudou a ultrapassar esta pandemia da forma como ultrapassámos.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Os profissionais do Serviço Regional de Saúde!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Os senhores incorrem permanentemente nessa contradição.

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradeço que termine.

O Orador: Para terminar, Sr. Presidente.

Sra. Deputada Mónica Seidi, Sr. Deputado Paulo Estêvão, Sr. Deputado João Paulo Corvelo, Sr. Deputado Alonso Miguel:

Fiquem descansados, fiquem todos tranquilos! O Governo, e as opções do Governo, serão avaliados nas próximas eleições regionais.

Estamos perfeitamente conscientes e tranquilos a esse propósito, com a certeza de que fizemos muito, mas com a certeza também de que temos ainda muito para fazer e os açorianos serão certamente sábios e conscientes da avaliação das nossas opções...

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: ... e na avaliação das vossas opções e do vosso projeto político que democraticamente serão sufragados ainda este ano nas próximas eleições regionais.

Terminei, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputada Sónia Nicolau (PS): Grande Governo, e esse é que é o vosso problema!

Presidente: Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel, por favor.

(*) Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deixem-me começar por fazer uma constatação.

Os atrasos que existem, os incumprimentos que existem, a falta de desenvolvimento que existe em várias ilhas dos Açores, são uma responsabilidade dividida entre o Partido Social Democrata e o PS, que foram os governos que governaram a Região durante estes mais 40 anos de autonomia.

(Aparte inaudível do Deputado João Paulo Ávila)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Quer inscrever-se?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não posso!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Ainda bem!

O Orador: Então cale-se!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, deixem o Sr. Deputado Alonso Miguel terminar a sua intervenção.

O Orador: Devo referir que esta responsabilidade é repartida entre PS e PSD, e também devo dizer que o PSD tem culpas no cartório, porque também foram

muitos os investimentos que eram para a ilha Terceira, que eram para o Faial, que eram para outras ilhas e que ficaram pelo caminho, mesmo em alturas em que o atual líder do PSD tinha funções governativas e responsabilidades governativas.

Posto isto e referindo-me às intervenções...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, é impossível continuar. Deixem o Sr. Deputado continuar a sua intervenção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Incomoda, mas é verdade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, deixem o Sr. Deputado terminar a sua intervenção. Já ultrapassámos largamente o nosso tempo para este período da ordem do dia.

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, são responsabilidades políticas. O que nós fazemos aqui é política, não é...

Posto isto, e referindo-me às intervenções do Sr. Deputado José San-Bento, e também à intervenção do Governo, de facto, o CDS teve uma postura muito construtiva ao longo de todo este processo e de todo este contexto da COVID-19 e da pandemia e do momento difícil que nós atravessamos. Estivemos sempre ao lado dos açorianos nesta batalha.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Agora devo-lhes dizer uma coisa: a pandemia, enfim, vai continuar, mas os incumprimentos que o CDS trouxe a esta Casa hoje têm décadas, não têm meses têm décadas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A pandemia começou há meses. Os incumprimentos têm décadas. É o caso do radar que já devia estar concluído,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... é o caso da radioterapia que nunca avançou...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e que é um investimento que está ali feito e que é desaproveitado, e que nunca foi rentabilizado, é o caso da rampa RO-RO, uma promessa com seis anos e que vem substituir um Cais de Cruzeiros que já estava prometido em 2008, é o caso do Cais de Cruzeiros, é o caso do GNL, é o caso da ausência da cobertura total de médicos de família nos Açores. São tudo promessas que têm décadas.

Os médicos de família é de 2004, Sr. Deputado José San-Bento (2004!).

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, quer lembrar outras obras? Eu falei nestas. Quer falar de São Jorge? É muito caro para nós. Todas as ilhas são caras para o CDS, São Jorge é caro para o CDS.

Onde é que está o porto do Topo? Quanto anos têm a promessa do Porto do Topo?

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM)

Como é que está a correr a obra do Centro de Saúde das Velas? Está a correr muito bem, não está, Sr. Secretário?

Pois é, eu sei!

Sr. Secretário, quanto aos incumprimentos e quanto à sua expressão, que pouco aprecio, de metralhadora, de facto se é metralhadora é porque os buracos que o PS deixou são muitos e são muitos difíceis de tapar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, estamos conversados.

Devo dizer para concluir que houve uma falta de seriedade nas respostas do Governo Regional.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço mesmo que conclua.

O Orador: O Sr. Secretário Berto Messias disse coisas que eu não disse. Eu nunca disse que tinha havido investimento na ilha de São Miguel em detrimento das ilhas, eu não disse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mais lhe digo, Sr. Secretário:

Esperava que o Sr. Secretário tivesse aproveitado o tempo que teve para dar as respostas às perguntas que foram colocadas e aos desafios que estão em causa.

O Sr. Secretário não o fez e tenho muita pena que não o tenha feito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que conclua.

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, a declaração política que hoje nós apresentamos nesta Casa teve como objetivo contribuir responsavelmente para a construção de respostas que nós temos que dar enquanto Região perante a crise que nós vivemos sem precedentes.

Temos a convicção de que os tempos que atravessamos exigem medidas de exceção que se estenderão, invariavelmente e inevitavelmente, para lá do final desta legislatura.

Presidente: Agradeço que conclua, Sr. Deputado.

O Orador: Vou concluir, Sr. Presidente. Eu não o vi pedir ao Sr. Secretário que concluísse com tanta efusividade. Sim, senhor, concluirei.

O que está em causa hoje é o futuro da nossa Região.

Nós acreditamos que os Açores precisam de um novo paradigma de políticas públicas que promovam um desenvolvimento sustentável da nossa Região, pautado por parâmetros de exigência decorrentes de uma boa administração quanto ao rigor na gestão, à qualidade dos serviços prestados, à eficiência na

organização, à transparência nos procedimentos, e à eficiência e responsabilidade na utilização e aplicação nos recursos financeiros.

Foi este o nosso propósito, foi este o fundamento da declaração apresentada pelo CDS nesta Casa, hoje.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos então encerrar os nossos trabalhos deste período da manhã. Regressamos às 15h00. Obrigado.

Eram 13 horas e 17 minutos.

(Após o intervalo a Sra. Presidente da ALRAA ocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Vamos iniciar os trabalhos da nossa Agenda. Interrompemos ontem, os nossos trabalhos, já depois de ter sido feita a apresentação, pelo Sr. Deputado César Toste, do **Projeto de Resolução n.º 152/XI – “Criação de um Núcleo Museológico na Praia da Vitória”**.

Quando interrompemos os trabalhos a Mesa ainda não tinha inscrições, por isso peço que se inscrevam, por favor.

Sra. Deputada Isabel Quinto tem a palavra.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Museu de Angra do Heroísmo, que é tutelado pela Direção Regional da Cultura, é um museu georreferenciado, onde os planos local, regional, nacional e mundial se cruzam e complementam, uma vez que a localização estratégica e a História inserem as ilhas dos Açores num contexto político global e, dentro deste e mais especificamente, a ilha Terceira e a cidade de Angra do Heroísmo com as suas centralidades.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: É um museu Regional de síntese, que representa a História dos Açores e que procura refletir, simultaneamente, os seus factos e movimentos político-económicos, marcados pelo domínio do Atlântico, e uma cultura com múltiplas formas e significados, gerados e moldados por uma existência insular. Esta abrangência espelha-se no acervo do museu, cuja principal característica é, precisamente, a sua diversidade, na qual reside, em parte, a sua grande riqueza. São notáveis as suas coleções de história militar e de transportes dos séculos XVIII e XIX; de pintura, de imaginária, de cerâmica; de mobiliário; de etnografia; de instrumentos técnico-científicos, de traje civil e religioso, de brinquedos e de instrumentos musicais, entre muitos mais, que o tornam, naturalmente, representativo das várias expressões da cultura terceirense.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: O PSD, ao reconhecer, nos considerandos desta resolução, que este museu tem assumido e exercido as referidas funções ao nível de toda a ilha Terceira, desde a sua fundação em 1949, assume que o Museu de Angra é, de facto, um museu de ilha, como juridicamente é reconhecido, apresentando planos de atividades que não servem apenas a cidade de Angra do Heroísmo, mas toda a ilha Terceira.

É uma instituição que promove a coesão, considerando que todo o seu historial espelha uma preocupação com a abrangência cultural.

O PSD, na sua recomendação, também se contradiz na defesa de coesão dos museus, ao esquecer as entidades museológicas já existentes no concelho da Praia da Vitória, como é o caso do Museu do Vinho, nos Biscoitos; o Museu do Carnaval, nas Lajes; a casa de Vitorino Nemésio, em Santa Cruz; o Núcleo Museológico da BA4 e o Forte de Santa Catarina, no Cabo da Praia, que pertence, precisamente, ao Museu de Angra do Heroísmo.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Não pertence, é da tutela!

A Oradora: Este último foi referido pelo Sr. Secretário da Educação, em sede de Comissão de Assuntos Sociais, como sendo um espaço que pode ser melhor explorado pelo próprio Museu de Angra, tendo uma boa capacidade e grandes potencialidades.

Estas estruturas, tuteladas por diferentes instituições, consolidam a oferta cultural.

Concluimos que tudo o que o PSD tenciona para a eventual criação de um núcleo museológico na Praia da Vitória, nomeadamente a relação matricial que a vida e a obra de um dos maiores vultos da literatura portuguesa do século XX – Vitorino Nemésio – mantém com a Praia da Vitória; o valor material, funcional e estético largamente reconhecido da sua arquitetura rural; o enraizamento e o vigor com que têm sido preservadas as suas manifestações festivas tradicionais, em especial as Festas do Divino Espírito Santo e as Danças e Bailinhos de Carnaval; a importância da História do concelho para a história da ilha, do país e do mundo atlântico, em particular no período liberal e na segunda metade do século XX, já é explorado ou pelo próprio Museu de Angra ou pelas instituições museológicas já existentes na Praia da Vitória. Poderíamos cair numa duplicação de oferta e num dilema quanto à forma como seria feita a gestão deste património.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP)**: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS tem dado ao longo dos anos, como sabem, vários contributos para a proteção, preservação e valorização do património histórico e cultural da nossa Região, através das suas propostas e iniciativas.

Recordo aqui, por exemplo a construção do Centro Interpretativo da cidade de Angra do Heroísmo, a criação do espaço museológico da Horta dos Cabos Submarinos, a inventariação e proteção das relheiras dos Açores, a elaboração de um estudo sobre a viabilidade da recuperação da lancha Espalamaca e mais recentemente a proposta de criação do Centro Interpretativo da Base das Lajes que foi aprovada neste Parlamento.

Como tal, nós achamos que a valorização do património cultural é um elemento fundamental para a preservação e promoção da nossa identidade e entendemos que todas as iniciativas que vierem neste sentido são válidas e positivas.

Contudo, nós não podemos acompanhar esta proposta do Partido Social Democrata e não podemos subscrever esta iniciativa, desde logo, porque a solução que o PSD apresenta visa apenas a criação do núcleo museológico, uma extensão na dependência do Museu Regional da cidade de Angra do Heroísmo.

Depois também a solução que é apresentada pelo PSD passa apenas por retirar parte do acervo que existe no Museu de Angra, correspondente ao património cultural da Praia da Vitória para o colocar na tal extensão, no tal núcleo museológico que agora se propõe criar.

Nós não concordamos. De facto, isto é pouco para quem quer verdadeiramente reconhecer a importância histórica e cultural da cidade da Praia da Vitória e o que aqui se propõe é, de facto, curto para a ambição que o CDS tem nesta matéria.

Para o CDS a Praia da Vitória merece mais.

Esta é a Praia da Vitória que alberga hoje o palco da Batalha da Salga que é um marco da nossa portugalidade e da nossa identidade

É a Praia da Vitória que lutou pelo liberalismo e da nossa identidade, pelo nosso liberalismo que travou o desembarque das tropas miguelistas na baía da Praia.

É a Praia do Ramo Grande que tem os seus costumes e as suas tradições e é também a Praia, como referiu muito bem há bocado a Sra. Deputada, de Vitorino Nemésio.

Portanto, tem um lugar próprio na história, tem um contexto único também naquilo que é a história da Região e de Portugal, e que nós devemos obviamente preservar, dignificar e valorizar.

Para o CDS a mui notável Praia da Vitória tem um património histórico e cultural, que não deve ser reduzido àquilo que é a orgânica fixada num decreto regulamentar. É este o erro que nós apontamos a esta iniciativa do PSD.

Entendemos que os normativos regulamentares é que se devem adaptar à importância e ao estatuto da nossa história e não é a nossa história que deve forçadamente contorcer-se para caber num estatuto que já existe e que está fixado por decreto regulamentar e que impede o seu devido reconhecimento e a sua dignificação.

Reconhecer a importância da Praia da Vitória na história de Portugal e da nossa Região tem de ser forçosamente mais do que ter um núcleo museológico na dependência do Museu de Angra do Heroísmo, aliás, isto seria apenas promover um *downgrade* em todo o património museológico e isso não enobreceria a sua importância nem representaria sequer ganhos ao nível do roteiro cultural e histórico da ilha Terceira.

Assim sendo, o CDS não acompanhará esta proposta e posso anunciar que iremos dar entrada nesta Assembleia das medidas necessárias para a criação do Museu da Praia da Vitória e a sua consequente integração na rede regional de museus, reconhecendo e elevando desta forma a importância do património museológico e a relevância histórica e cultural da Praia da Vitória.

Esperamos poder contar com o apoio de todos os partidos representados nesta câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Vem o Grupo Parlamentar do PSD apresentar uma iniciativa que visa essencialmente criar aquele que é um Núcleo, neste caso localizado na Praia da Vitória, dependente do Museu de Angra do Heroísmo, porque é assim que está estipulado no Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2001/A, de 7 de novembro.

É através da análise desse Decreto Regulamentar Regional, que traça aquela que é a tipologia dos vários museus existentes na Região, que convém fazer aqui algumas distinções que serão pertinentes para perceber a proposta trazida aqui pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Diz na alínea b) do artigo 4.º desse mesmo Decreto Regulamentar Regional, que “o museu de ilha não é mais do que quando preferencialmente aglutina aspetos representativos das atividades culturais, económicas e sociais da ilha onde se localiza”.

Não é o caso do museu de Angra do Heroísmo, que é, não o museu de ilha, mas sim um museu regional.

E o que é então um museu regional, naquilo que está plasmado neste Decreto Regulamentar Regional?

“Quando abrange do património cultural existente na Região, independentemente da sua origem”.

O que é que isto quer dizer?

Que o acervo do Museu de Angra do Heroísmo não só tem e contempla artefactos da própria ilha Terceira, como de toda a Região.

Quando digo aqui que contempla artefactos de toda a ilha, inclui também obviamente artefactos que pertencem ao legado histórico e cultural do conselho Praia da Vitória.

Mas pensar que criar um núcleo museológico na Praia da Vitória seria, na prática, esvaziar o Museu de Angra do Heroísmo, creio que também é falacioso. É falacioso porquê?

Por isso mesmo, porque o Museu de Angra é um museu de âmbito regional e, portanto, não faz sentido pensar que retirando peças de um museu de âmbito regional para depois associar essas mesmas peças a um núcleo, neste caso localizado na Praia da Vitória, não é de certa forma esvaziar, ainda mais quando o Sr. Secretário em sede de Comissão até nos transmitiu que o Museu de Angra neste momento tem um acervo tão vasto que não é possível expô-lo, não há espaço para o expor.

Então por que não aproveitar a criação deste núcleo para transferir alguns desses artefactos para o Núcleo Museológico da Praia da Vitória? Penso que essa poderia ser uma solução.

O Sr. Secretário Regional da Educação, também em Comissão, argumentou que do ponto de vista político e administrativo, quando a Praia da Vitória era vila, e quase que estou a citá-lo neste momento, justificava-se mais que existisse uma extensão deste museu naquele concelho. Agora com dois concelhos em pé de igualdade, disse que na sua opinião não se justificaria a criação desta distinção entre os dois concelhos.

Este é um argumento que pode ser utilizado, mas que entra logo em contradição com aquela que é realidade atual na Região. Basta ver o que é que acontece neste momento na ilha do Pico, que também tem um museu de âmbito regional, e, no entanto, tem núcleos museológicos dependentes desse mesmo museu espalhados pelos três concelhos da ilha do Pico.

Portanto, esta lógica, este argumento aduzido pelo Sr. Secretário Regional em sede de Comissão, também parece-me que não tem propriamente aderência à

realidade ou então não tem mesmo qualquer tipo de coerência, ainda mais porque no caso da ilha do Pico estamos a falar de três sedes de concelho que são vilas, estão ao mesmo nível. Também não será por aí.

É engraçado e até curioso que a Sra. Deputada Isabel Quinto referiu e com razão, aliás, também foi referido em Comissão, que nós temos vários exemplos de estruturas museológicas espalhadas pelo concelho de Angra do Heroísmo e o Sr. Secretário Regional da Educação também referiu esses exemplos em sede de Comissão. Referiu, e também já foi aqui referido pela Sra. Deputada Isabel Quinto, a Casa Vitorino Nemésio, a Casa das Tias, o Museu do Carnaval, o Núcleo Museológico da Base Aérea n.º 4, o Museu do Vinho dos Biscoitos.

Não deixa de ser curioso que estas infraestruturas não dependem do Museu de Angra do Heroísmo. Algumas têm um carácter público que não regional, mas sim local, outras são mesmo de iniciativa privada, e ainda bem que assim há, que assim há pessoas que também se interessam pelo legado cultural e histórico da sua ilha e do seu concelho e que, por sua iniciativa criam espaços condignos para exhibir estes artefactos que contam a história de todos nós, mas como eu estava a dizer não deixa de ser curioso também que o Sr. Secretário esqueceu-se de referir um exemplo de uma estrutura museológica que fica no concelho da Praia da Vitória, que é o caso forte de São Pedro dos Biscoitos, que depende, esse sim, do Museu de Angra do Heroísmo.

Esta omissão se calhar é reveladora na realidade daquela que é uma evidência da falta de investimento do Museu de Angra do Heroísmo, na descentralização das suas extensões para o concelho da Praia da Vitória e penso que esta proposta do Grupo Parlamentar do PSD fará sentido porque contribuirá para a descentralização daquelas que são as valências do Museu de Angra do Heroísmo.

O Sr. Secretário Regional também considera pertinente a criação do Museu do Ramo Grande e parece-me que poderíamos até chegar aqui a um acordo entre as partes, entre o Grupo Parlamentar do PSD e aquele que é o interesse do

Governo Regional e já agora naquelas que foram as palavras do Sr. Secretário em sede de Comissão.

Então concordará de certeza com o Projeto de Resolução do PSD se este em vez de mencionar um Núcleo Museológico na Praia da Vitória mencionar o Núcleo Museológico do Ramo Grande. Se calhar é aqui um problema de terminologia, não sei.

Se é um simples problema de nomenclatura, eu penso que podemos chegar aqui a um acordo e de uma vez por todas dotar o concelho da Praia da Vitória também de uma infraestrutura museológica, pública e inserida naquela que é a rede de museus da Região.

Também é verdade que o Sr. Secretário recusa-se, e isso assumiu em sede de Comissão e penso que assumirá também durante este debate, a criar mais museus regionais ou mesmo de ilha.

Penso que esse poderá ser também, julgo eu, um pronúncio, relativamente àquela iniciativa que foi anunciada aqui pelo CDS, que penso que quer ir mais além e que queria no futuro ter um museu na Praia da Vitória que não fosse um núcleo do Museu de Angra, mas que fosse algo mais, mas perante esta recusa do Sr. Secretário Regional parece-me que também não há grande vontade para isso aconteça, já que não pretende criar mais museus regionais ou mesmo de ilha.

Mas não é isso que este Projeto de Resolução pretende. O que este Projeto de Resolução pretende é a criação, afinal de contas, de um núcleo dependente do Museu Regional de Angra do Heroísmo e parece-me que isso é completamente compatível com a vontade demonstrada pelo Governo Regional.

Agora parece-me que é essa a vontade. Poderá ser só uma questão de nomenclatura. Se assim for, penso que podem chegar a um acordo, senão então será um caso de teimosia, mas ficarei aberto, como é óbvio, a ouvir as explicações do Sr. Secretário Regional.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, eu prescindo.

Presidente: Sendo assim tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado João Vasco Costa (PS): Também prescinde!

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM nunca prescinde! Vamos sempre à luta e penso que posso dar um bom contributo na temática que estamos a analisar neste momento.

Eu devo dizer que se olharmos para os museus regionais nós verificamos que temos o Museu Carlos Machado, o Museu de Angra do Heroísmo, o Museu da Horta e o Museu do Pico.

Qual é a diferença no âmbito, até da própria designação, que penso que limita e diferencia claramente o Museu Regional de Angra do Heroísmo? É de facto a diferença de identificar apenas pelo seu próprio nome um concelho.

Isso não acontece, por exemplo, com o Museu Carlos Machado, ou não acontece com o Museu da Horta, ou não acontece com o Museu do Pico, que tem estas designações.

Nesse sentido essa é a primeira diferença.

Eu considero é que como o CDS bem referenciou, era possível encontrar aqui uma solução que permitisse a construção de um museu na Praia da Vitória.

Deputada Graça Silveira (Independente): Construção?

O Orador: Construção de um museu na Praia da Vitória.

Deputada Graça Silveira (Independente): Preservação sim! Com tanto edifício na Terceira fechado!

O Orador: Porquê? Porque a solução já foi encontrada por parte do Governo Regional em relação à orgânica que definiu em relação aos museus regionais. E a solução foi esta. A solução, como bem foi referenciado pelo Sr. Deputado que me antecedeu é a solução do Museu do Pico.

O que diz a orgânica é que “o Museu do Pico compreende o Museu dos Baleeiros”, não são os núcleos, “o Museus da Indústria Baleeira e o Museu do Vinho”.

Ou seja, há um museu, que é um museu que tem uma designação que é a designação do conjunto da ilha, é um museu regional, não é um museu de ilha (é um museu regional, tem esse estatuto!) e integra três museus.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Mas o senhor está a discutir a proposta do PSD ou a proposta que vai ser apresentada pelo CDS-PP?

O Orador: E essa solução é uma solução muito interessante, porque permitiu que um museu, que é dos mais conhecidos da Região e que tem uma grande projeção, que é o museu dos baleeiros, com a criação do Museu do Pico, não descesse de patamar e em vez de chamar museu passar a ser um simples anexo.

Portanto, a solução que foi encontrada por parte do Governo Regional em relação a esta estrutura do Pico é, penso eu, como bem referenciou na proposta do CDS-PP, uma proposta muito interessante. Por que não ter o museu da Terceira que integrasse o Museu de Angra do Heroísmo, porque é importantíssimo manter esta designação, porque é um museu com uma grande projeção regional e nacional, é um museu com o seu prestígio e é um museu que não pode, em relação ao seu estatuto, evidentemente ser diminuído, e incluir uma outra estrutura museológica também, que é o museu da Praia da Vitória?

Portanto, é uma solução que não é nova, é uma solução que já foi encontrada por este Governo Regional, por uma situação muito específica, que é o museu do Pico, com sucesso, mantendo a dignidade do museu e o prestígio do Museu dos Baleeiros, que tinha de manter essa designação, como é evidente.

Portanto, em relação ao Museu de Angra do Heroísmo e a uma estrutura museológica no conjunto da ilha Terceira, penso que é uma boa solução.

Como disse, não é minha. A proposta é do CDS-PP. Concordo em absoluto com a proposta que o CDS-PP apresentou aqui e essa solução também já foi desenhada por V. Exas., na minha perspetiva, com sucesso.

Por isso, nesse sentido, porque considero que essa é uma perspetiva com uma outra ambição, eu apoiarei a proposta, quando ela for apresentada, do CDS-PP, e não posso acompanhar a proposta do PSD neste âmbito, porque considero que é uma proposta que não tem a ambição necessária para aquilo que é necessário para o desenvolvimento do ponto de vista económico, cultural, sobretudo cultural, e dando a necessária projeção aquela que é uma identidade cultural muito forte da Praia da Vitória.

Por isso eu considero que é necessário ter mais ambição nesta matéria e a proposta que o CDS-PP aqui apresentou tem essa ambição.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Também vou fazer em molinhos assim pequeninos, Sr. Secretário, porque o senhor não melhora os números!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que se inscrevam.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Secretário, é a sua vez. Os grupos parlamentares já falaram todos!

Presidente: Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No concelho da Praia da Vitória são várias as instituições museológicas que obviamente registam memórias do passado sendo elas de carácter mais individual ou mais coletivo.

Referimo-nos, a título de exemplo, à Casa de Vitorino Nemésio ou à Casa das Tias, que rememoram aquele poeta que foi da Praia, dos Açores, e até de algo mais.

Referimo-nos também nas Lajes ao Museu do Carnaval e ao Núcleo Museológico da Base Aérea n.º 4 e ainda nos Biscoitos ao Museu do Vinho.

Atente-se igualmente, no Centro Interpretativo da Base das Lajes, aprovado da última vez em que estivemos presencialmente nesta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no mês de fevereiro passado. Aliás, gostaria de acrescentar que em relação a este Centro Interpretativo da Base das Lajes o Governo ficou com uma incumbência primeira. E qual foi ela? A incumbência de constituir uma comissão instaladora.

Dessa comissão instaladora propôs o CDS, que apresentou esta iniciativa, que fizessem parte um representante do Governo, um representante da Universidade dos Açores, um representante do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Nós cumprimos essa vontade mas acrescentámos mais duas instituições, concretamente um representante da Câmara Municipal da Praia da Vitória que alberga as Lajes no seu concelho, um representante da Força Aérea Portuguesa, porque foi a Força Aérea Portuguesa que esteve verdadeiramente na génese da criação da Base das Lajes, quer nas Lajes, quer na sua base antecessora, na Achada, tendo depois, como nós sabemos, chegado ingleses e norte-americanos. Gostaria também de dizer que esses representantes estão escolhidos, destas instituições, e que esta Comissão será nomeada muito em breve.

O Governo Regional será representado pela Diretora Regional da Cultura, a Universidade dos Açores pelo Professor Luís Andrade, o Instituto Histórico da ilha Terceira pelo seu Presidente, o Dr. Olívio Rocha, a Câmara Municipal da Praia da Vitória também pelo seu Presidente, o Dr. Tibério Dinis, e a Força Aérea Portuguesa pelo Tenente Coronel João Guimarães.

Retomando agora o fio à meada convém recordar que no concelho da Praia da Vitória o Forte de Santa Catarina é já um núcleo museológico do museu de

Angra do Heroísmo, propriedade da Região Autónoma dos Açores, ao cuidado da Direção Regional da Cultura e do Museu de Angra do Heroísmo, e mediante um protocolo sob gestão da Liga dos Combatentes, podendo ser a sua atividade sempre melhorada através da realização de mais iniciativas.

E tenho informação não direta, mas informação que reputo de fidedigna, que a Câmara Municipal da Praia da Vitória está interessada em acentuar a sua participação na gestão deste Forte de Santa Catarina no sentido da sua redinamização cultural.

Quanto ao Museu de Angra do Heroísmo, e já foi aqui dito, é juridicamente um museu regional. Sendo assim, é um museu de síntese da história dos Açores e por consequência da história de toda a ilha Terceira, não somente de um dos seus concelhos.

Quer isto dizer que na diversidade das suas seções, que já foram aqui referidas, de história militar, de transportes, de imaginária, de cerâmica, de mobiliário, de etnografia, de instrumentos técnico-científicos, de traje civil e religioso, de instrumentos musicais e mesmo de brinquedos, o Museu de Angra do Heroísmo é a expressão da cultura terceirense, inclusivamente de algo mais, não é a expressão apenas de uma parte da Terceira, apenas de um dos seus municípios,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... contribuindo para a união, jamais para a divisão, daquilo que poderemos denominar por identidade terceirense.

Por isso, no essencial, o Museu de Angra do Heroísmo cumpre aquilo que o PSD advoga no seu Projeto de Resolução. A saber: a promoção da coesão social, económica e cultural das nossas comunidades e das nossas ilhas.

Se, pelo contrário, o Museu de Angra do Heroísmo fosse um museu essencialmente angrense e que possuísse, em arrecadação, um espólio específico sobre o concelho praiense haveria então maior razão para o

requerimento da instalação de um núcleo museológico do Museu de Angra do Heroísmo na Praia da Vitória.

Em tempos idos, do ponto de vista político-administrativo, quando Angra era cidade e a Praia da Vitória era vila, justificava-se mais que o Museu de Angra do Heroísmo tivesse uma extensão na Praia da Vitória. Mas agora, com os dois povoados em pé de igualdade, não me parece de todo justificável, porque não há qualquer relação de dependência e ninguém quer que volte a haver, sobretudo os praienses.

O Museu Carlos Machado não possui qualquer extensão em qualquer cidade ou vila de São Miguel.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Aliás, nenhum desses concelhos micaelenses quereria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Chama-se Museu Carlos Machado, mas chamam de Museu de Ponta Delgada!

O Orador: Por isso a Ribeira Grande tem o Museu da Emigração...

Deputada Graça Silveira (Independente): Já percebi, o senhor não gosta é das extensões, por isso os Cabos Submarinos não vão para a frente!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Não uma questão de extensões!

O Orador: ... e Casa do Arcano.

Vila Franca tem também um museu próprio inicialmente montado pela Universidade dos Açores.

Deputada Graça Silveira (Independente): Está aprovado há 13 anos!

O Orador: A Lagoa tem também espaços musealizados. Um deles foi refeito ainda esta semana e reaberto há um ou dois dias.

O mesmo se diga do Nordeste e da Povoação.

O Museu da Horta nunca teve qualquer delegação no Pico,...

Deputada Graça Silveira (Independente): No Pico!...

O Orador: ... e o Pico jamais quereria, porque seria equivalente à ressurreição da velha e da contestada dependência.

Então, porque razão o Museu de Angra há de ter uma delegação na Praia?

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Mas a comparação do Faial para o Pico o que é que tem a ver com a comparação de Angra para Praia da Vitória, Sr. Secretário?

O Orador: Não sei. É um passo atrás em matéria política, é um passo atrás em matéria de administração, é uma iniciativa retrógrada, mesmo de tipo neocolonial.

Para a Praia é quase antecâmara da perda do título de cidade e do retorno à condição velha de vila.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Menos!

Deputada Graça Silveira (*Independente*): O senhor é historiador e é da Praia da Vitória!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): É preciso ter coragem!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem, Sr. Secretário! A Praia para cidade! Uma grande cidade! A Praia é uma nação!

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): É um delírio!

O Orador: Obviamente que se pode fazer muita coisa.

Faça-se, por exemplo, na Praia da Vitória, o Museu do Ramo Grande.

De resto, à Região (repito: de resto, à Região) compete o financiamento dos museus regionais, localizados em S. Miguel, Terceira, Faial e no Pico (sendo efetivamente o Museu do Pico um museu singular, porque tripolar), e dos museus de ilha, localizados nas demais parcelas insulares.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Sr. Secretário, sente-se e vá-se embora!

O Orador: Neste particular, com a conclusão para breve do Museu Francisco de Lacerda em São Jorge, a Região cumpre o seu dever principal, que consiste

em dotar cada uma das nossas ilhas com uma unidade museológica de qualidade, independentemente da sua classificação como regional ou de ilha.

Duvido que faça muito sentido a Região investir diretamente em museus de localidade da iniciativa de concelhos, de freguesias ou mesmo de particulares.

Pode e deve sempre a Região, através da sua Direção Regional da Cultura, conceder todo o apoio técnico e científico à organização de espaços museológicos.

Foi, aliás, o que sucedeu ainda recentemente com o Museu do Carnaval na Vila das Lajes, que ganhou um outro elã após o devido acompanhamento pela tutela da cultura.

Muito obrigado.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário está transformado num “incendiário” político e digo isto sem ofensa, digo-lhe com humor, porque o Sr. Secretário deitou “gasolina” para este assunto, ainda mais “gasolina” para este assunto, porque, de facto, V. Exa. identificou bem o problema.

O problema é que é o único museu regional que tem uma designação de um único concelho que é o Museu de Angra, e a verdade é esta.

Esta designação, sendo que o museu em causa... Porque esta ilha não tem sequer um único concelho, tem dois concelhos, é do ponto de vista político desconfortável, e a verdade é essa.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Só se for para si!

O Orador: Vs. Exas. encontraram uma solução que se adequa perfeitamente, que é a solução do Pico, torno a repetir. Construíram, definiram o Museu do Pico, e o Museu do Pico tem três museus, e mantiveram aquele que é o prestígio de cada um destes três museus.

Não lhe chamaram núcleos, não coloram uma designação que de alguma forma pudesse diminuir aquela que é a expressão destas coleções museológicas.

Portanto, eu penso que foi uma boa solução. Vs. Exas. já encontraram a solução.

Por que não encontraram uma solução idêntica para a Terceira? Chamar-lhe como merece o Museu da Terceira, que inclui o Museu de Angra do Heroísmo e o Museu da Praia da Vitória como bem propôs o CDS-PP,...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): E da Horta?

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Mas a Horta só tem um concelho!

O Orador: ... porque o Sr. Secretário, e é nessa parte que eu digo que o Sr. Secretário é um pouco “incendiário” (quer dizer, é mesmo “muito incendiário”!), na medida em que diz que isto é uma proposta, a proposta do PSD, neocolonialista, veja bem. Foi longe de mais na expressão, porque a questão é esta:

O que é que é mais neocolonialista, Sr. Secretário, do que ter uma extensão ou não ter nada?

O que é que é mais colonialista, é ter uma extensão ou não ter lá nada?

(*Diálogo entre os Deputados Luis Maurício e Luís Maurício*)

O Orador: Sra. Presidente...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado Paulo Estêvão pode continuar.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Peço à Mesa para me descontar estes segundos de interrupção.

Gostava de concluir fundamentalmente este pensamento que me parece lógico, que é, se é colonialista propor que seja criado uma extensão, imagine o quão colonialista é não ter lá nada? Ainda é mais colonialista.

Portanto, eu considero que é uma decisão equilibrada e o Governo Regional já encontrou, e muito bem, torno a repetir, em relação ao Pico. É, de facto, dar a uma outra designação ao museu regional e chamar-lhe museu da Terceira, e incluir e evidentemente manter, dado o seu prestígio, dado o enorme valor da sua coleção do Museu de Angra do Heroísmo e criar um outro Museu na Praia da Vitória.

Penso que essa é uma solução equilibrada e é uma solução que V. Exas. já testaram com muito êxito no Pico.

Devo dizer que eu acredito, e termino esta segunda intervenção, que a política cultural é muito, muito importante também para o desenvolvimento. Não é só a importância do desenvolvimento económico e social, não é só a importância do ponto de vista cultural, mas também aquilo que significou, por exemplo, no caso do Pico, e no caso das outras ilhas, a criação destes museus regionais e museus de ilha foi fundamental, porque significa uma mais-valia para estes concelhos e para estas ilhas. Isso é inegável.

Portanto, vejo importância do ponto de vista cultural e vejo muita importância do ponto de vista económico e social.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Preservar a história para turista ver e contar a nossa história para açoriano saber, é para além de uma obrigação todo o desígnio de uma sociedade que se deve orgulhar dos seus pensadores, dos seus artistas e até dos seus políticos, como de resto os Açores, ao longo da história sempre foram pródigos.

Infelizmente o atual executivo lida muito mal com a preservação da nossa história.

Deputada Renata Correia Botelho (*PS*): Sinceramente!

A Oradora: Estranhamente quem tutela a pasta tem doutoramento em história.

Senão vejamos:

No caso do Corvo a proposta para o ecomuseu foi trazida aqui variadíssimas vezes e chumbada.

Foi preciso o Sr. Deputado Paulo Estêvão oferecer o edifício para se aprovar.

O Museu Etnográfico do Corvo, sistematicamente chumbado. Nem com a oferta do espólio se aprovou este espaço museológico.

Diz o Sr. Secretário: ah, eu não sou a favor das extensões.

Graças a Deus que no caso do Museu da Horta, que se chama Horta não existindo outros concelhos, e foi muito excessivo querendo utilizar o Pico como se fosse um concelho vizinho ao Museu da Horta (devo-lhe dizer, Sr. Secretário, que não devia querer dizer bem isso) que só tem o distrito da Horta, temos várias extensões: temos a casa Manuel de Arriaga, que graças de Deus foi construída antes do senhor cá chegar ao executivo, porque não gosta de extensões; o Espaço Museológico dos Cabos Submarinos foi aprovado há 13 anos, é verdade, nunca aconteceu nada, porque o senhor não é que tutelava a cultura, porque não gosta de extensões. Agora começo a perceber por que é que essa iniciativa foi aprovada por unanimidade há 13 anos e ainda nada aconteceu, é porque o Sr. Secretário não gosta de extensões.

Portanto, neste momento dizer-se que esta proposta do PSD é neoliberal...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Neocolonial!

O Orador: ... porque a Praia da Vitória quer ter um espaço... Neocolonial! Neoliberal, não! É mais... A Praia da Vitória é assim uma colónia tipo ex-colónia de Angra do Heroísmo, basicamente.

Até posso estar de acordo com aquilo que o Deputado Paulo Estêvão disse que fica estranho haver um museu, que é o Museu de Angra, e depois tem extensões na Praia da Vitória, e não ter um nome mais geral, como é o caso de São Miguel, que é Carlos Machado, ou ser o Museu de Terceira, percebo o argumento.

Agora não haver espaço para criar um espaço museológico... A verdade é que o museu de Angra não tem mais de 10% do seu acervo exposto. O espólio tem de ser participado, vivido. E se está guardado, porque não existe espaço no Museu de Angra, nada melhor do que estar valorizado ao longo da ilha e aproveitar para recuperar edifícios históricos.

Não sou de acordo fazer mais betão, mas aproveitar para recuperar um edifício histórico para ter um acervo que enobreça a história da Praia da Vitória, é tão somente isto, mas o Sr. Secretário não quer, porque não gosta de extensões, ficámos a saber.

No caso da lancha Espalamaca ela não é propriamente uma extensão. O Governo Regional aprovou, recuperou e, entretanto, decidiu que era preferível apodrecer em terra.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Cada vez que se fala qualquer coisa de mar, pode ser uma lancha, o Sr. Secretário fica logo a dizer que não!

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu sei que o senhor já admitiu que vai sair no final desta legislatura, mas acho que isto não é motivo para o senhor “incendiar” ilhas contra ilhas, como fez aqui,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque o que o PSD fez neste Projeto de Resolução foi tentar unir. Ninguém falou dos exemplos das outras ilhas, de colocar concelhos contra concelhos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto que o senhor diz que a nossa proposta é neocolonial, retrógrada, tem o parecer positivo da Câmara Municipal da Praia da Vitória e eu, como praiense orgulho-me que a resposta da Câmara da Praia, que é do seu partido, disse que sim a esta proposta e não a achou retrógrada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Segundo, Sra. Deputada Isabel Quinto, a senhora repetiu as palavras que disse na Comissão e disse-as muito bem, e concordo consigo. Mas a senhora não pode esquecer aquilo que já foi referido pelo Deputado Paulo Mendes, que o Museu do Carnaval, o Museu dos Biscoitos, a Casa das Tias de Vitorino Nemésio, não são propriedade do Governo, tal e qual como em Angra existe a Casa da Atafona nas Doze Ribeiras, existe o Núcleo Museológico de São Bartolomeu, existe o Núcleo Museológico dos Altares. Não tira a coesão que a senhora tanto fala do Museu de Angra.

O Núcleo Museológico que existe no âmbito militar retira, Sra. Deputada, a coesão do Museu de Angra?

Não se fez o Núcleo Museológico Militar porque o acervo era enorme?

Então se o acervo etnográfico que está no Museu de Angra pode contar a história da Praia da Vitória e também desta ilha, por que não a ilha Terceira, que fica ainda mais repleta, e acredito que o concelho da Praia da Vitória não vai ficar diminuído.

Sr. Deputado Alonso Miguel, a sua proposta é bem-vinda, mas lembre-se uma coisa, há que aproveitar este tempo, e concordo com a Deputada Graça Silveira quando diz que temos aproveitar as pessoas, o *know-how*.

Se existe um acervo, se o senhor fizer um museu de raiz, este acervo vai continuar fechado. Neste momento, a sua proposta é excelente, tal e qual como os outros concelhos fazem o seu próprio museu. Nós estamos a querer é que este grande acervo do Museu de Angra possa permitir ter a sua extensão e vai contar a história, que o senhor diz, da Praia da Vitória, porque o Museu de Angra tem espólio que pode contar a história desta ilha toda, como foi referido pelo Sr. Secretário e como foi referido pela Sra. Deputada Isabel Quinto.

Não minimiza nada o que é feito. O Museu de Angra tem funcionários, tem conhecimento, tem acervo e tem edifício até, se for preciso.

O senhor falou no Forte de Santa Catarina. Olhe, o Forte de Santa Catarina há tanto que está dentro da tutela da Direção Regional e há quanto tempo já se fala que é a Câmara, depois é a Liga de Combatentes, depois é A, depois é B, e continua da mesma forma?

Portanto, nós estamos aqui a permitir um ponto simples, de união e de coesão: procurar junto com a Câmara Municipal uma alternativa para que aquele acervo não fique fechado, tal e qual como o núcleo militar, que foi uma forma excelente de expor o acervo militar. Que se faça também outro núcleo que exponha etnografia.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me antes demais corrigir o meu *lapsus linguae*. Obviamente quando falava há bocadinho no desembarque das tropas miguelistas queria referir-me à Batalha da Praia da Vitória e não da Salga, como é óbvio, e depois dizer também ao Sr. Deputado do PSD que, enfim, o que nós queremos é exatamente a mesma coisa, é valorizar o património histórico e cultural da Praia da Vitória.

O caminho é que nós entendemos que deve ser outro, porque temos uma ambição maior nesse sentido. Nós entendemos que a relevância história e cultura da Praia merece um museu e não apenas uma extensão de um museu que já existe na cidade de Angra. É apenas esta a diferença. Há aqui uma grande diferença em termos de ambição e de nós valorizarmos verdadeiramente aquela que é a relevância do património histórico e militar da Praia da Vitória. Não é a ideia de construir uma infraestrutura de raiz, é aproveitar obviamente todo o espólio que há e criar organicamente o museu. É isso que nós queremos.

Portanto, é só isto, Sr. Deputado, não é desmerecer a vossa proposta.

Deputado César Toste (PSD): Eu sei, mas se queriam já tinham feito isto logo, não tinham ficado à espera!

O Orador: Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Isso mesmo! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, tem agora a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um pouco surpreendentemente eu assisti a esta discussão resvalar para questões, como por exemplo, o nome dos museus que foi aqui alvitrado.

Deixem-me só partilhar convosco a minha estupefação porque, por exemplo, Ponta Delgada, que é digamos a minha cidade, não tem um museu chamado Museu de Ponta Delgada.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Foi exatamente o que nós dissemos!

A Oradora: Nem São Miguel tem um museu chamado Museu de São Miguel.

Nem São Jorge tem um museu chamado Museu de São Jorge. Tem o Museu Francisco de Lacerda, tem o Museu Carlos Machado e nem por isso me parece que os outros concelhos se sintam menos dignificados pela presença, pela existência daqueles museus que prestam um tributo regional...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Sra. Deputado, não percebeu. Foi o que eu disse e foi o que ele disse!

A Oradora: ... ou tendo adotado neste caso nome de vultos da nossa história.

Aliás, a cidade da Ribeira Grande, Sr. Deputado César Toste, que é do seu partido, nunca me pareceu interessada em reivindicar para a sua cidade um núcleo, um polo, uma extensão, uma delegação do Museu Carlos Machado, pelo contrário.

A Câmara Municipal da Ribeira Grande, que é do seu partido, tem, por exemplo, um polo interessantíssimo, da sua tutela direta, que é a Casa do Arcano.

Portanto, as autarquias, as juntas de freguesia, também podem, também devem investir, investir no sentido da divulgação cultural.

Portanto, eu acho que determo-nos aqui no nome dos museus fugindo à lógica regional que preside à opção política deste governo, parece-me muito redutor e parece-me, digamos um atalho desnecessário.

Sem duvidarmos da boa intenção desta proposta, concordamos que discordamos profundamente na visão que temos sobre cultura e em particular sobre a sua componente museológica.

Enquanto que para o Partido Socialista importa termos de facto, como já aqui foi dito, uma visão global, integrada, regional, da nossa história coletiva e das

riquíssimas múltiplas facetas de que se compõe a nossa vivência e a nossa cultura, numa aceção modernizada, para o proponente, deixem-me dizer-vos que para mim a surpresa, acompanhados pelo Bloco de Esquerda, enfim surpreende-me às vezes este desvio ideológico que por vezes encontro aqui no Bloco de Esquerda e que neste caso me surpreendeu de forma particular, para o proponente, dizia eu, o importante é regressar a lógicas que para nós são lógicas do passado, digamos aos pequenos micromundos que nós, Partido Socialista, nomeadamente através do Governo Regional, achamos que era muito importante reinventar. O proponente preferiu, é legítimo, mas não contará com a nossa concordância, fracionar, dividir, permitam-me até despir um “santo” para vestir outro.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Dividir é querer pôr o Pico como uma colónia do Faial. Isso é que é dividir!

A Oradora: No nosso entender não ganharia a Praia da Vitória absolutamente nada com esta opção.

Houve um tempo talvez para esse paradigma, mas agora achamos que é tempo de consolidar um outro caminho.

Depois de concluída uma importantíssima rede regional de bibliotecas e arquivos, temos neste momento em fase de conclusão, e não fosse a pandemia possivelmente estaríamos a poucas semanas eventualmente de ter a conclusão efetiva de uma Rede Regional de Museus de enorme qualidade, com a inauguração do Museu Francisco Lacerda, num investimento de cerca de 9 milhões de euros, quase 10 milhões de euros, dotando cada ilha de um museu de referência. É para nós um motivo de grande orgulho, chame-se esse museu, Museu da Ilha do Pico, ou Museu de Angra do Heroísmo ou Museu Francisco Lacerda.

Termos neste momento uma lógica cultural arquipelágica com edifícios renovados, com uma modernização da museologia tradicional é para o Partido Socialista um motivo de orgulho, mas também é motivo de orgulho para o

Partido Socialista sabermos que nos Açores há diversos museus e coleções visitáveis, com site, com uma rede organizada, que estão fora da tutela do Governo Regional dos Açores e que tem enorme dignidade, que representam com enorme dignidade a nossa cultura, que cumprem igualmente esse grande desígnio de divulgar.

Agora achamos é que, de facto, também essas entidades, as câmaras municipais, as juntas de freguesia e o Sr. Deputado César Toste é presidente de uma junta de freguesia, também tem um papel muitíssimo relevante nesta matéria, são opções políticas.

A opção política do Governo Regional, apoiada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi esta opção claramente arquipelágica e agregadora.

É discutível! Pois é para isso que nós aqui estamos, naturalmente, mas aquilo em que nós acreditamos e acreditamos piamente, é que esta é a opção política que mais dignifica não só a ilha Terceira como todo o arquipélago.

Muito obrigada.

Deputada Maria Graça Silva (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem cerca de 20 segundos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Renata Botelho, não vou ter oportunidade de lhe responder, mas gostava de lhe dedicar alguma atenção porque V. Exa. merece. Devo dizer que os seus argumentos também me dão jeito.

A questão é a seguinte, Sra. Deputada:

A Sra. Deputada diz, mas o museu não se chama Ponta Delgada, o meu concelho...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Mas isso não é importante!

O Orador: Exatamente! Mas o museu da Terceira chama-se Museu de Angra.

A questão estão aí, e diz V. Exa: e o museu do Pico tem o nome de ilha.

Depois V. Exa. referencia, e o museu da Horta, que só tem um concelho, também não é nenhum problema.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Isso não é importante!

O Orador: Ou seja, para V. Exa. isto não é nenhum problema, mas ter uma extensão,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

... do museu de Angra na Praia da Vitória é, de acordo com as palavras do Sr. Secretário, uma coisa colonialista.

Por que é que é colonialista?

Porque significa colocar num estatuto inferior a instalação do núcleo que se vai colocar na Praia da Vitória.

Deputada Graça Silveira (Independente): Angra é o “Terreiro do Paço” e a Praia é a colónia!

O Orador: Termino, e torno a repetir, o Governo Regional tem uma solução ótima. Já não é preciso inventar nada, não é o PPM que está inventando. Foi o Governo Regional quando criou o Museu do Pico que resolveu o problema e manteve o Museu dos Baleeiros.

Neste caso é possível criar o Museu da Terceira mantendo o Museu de Angra do Heroísmo e construindo...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Termino.

... e quando digo construir pode ser, e é o que deve ser, reabilitar o espaço e colocar lá uma coleção.

Pelos visto o que acontece no Museu de Angra é que grande parte do seu espólio, a esmagadora maioria do seu espólio, não é vista por ninguém, nem é utilizada.

Muito obrigada, e peço desculpa pelo excesso de tempo. Noutro diploma não irei utilizar.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Não prometas, Paulo Estêvão. Vai ser aquele que não preparaste!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP considera que este Projeto de Resolução e esta iniciativa tem um maior valor cultural, na medida em que estamos a analisar um projeto que está relacionada com a valorização da cultura patrimonial açoriana e da Terceira.

Os Açores sempre tiveram um papel geoestratégico muito importante, daí a nossa história ser riquíssima e nunca é suficientemente explorada.

Desta forma, a Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente ao Projeto de Resolução aqui trazido pelo PSD.

Mas deixamos também o alerta que são imprescindíveis os investimentos nas infraestruturas e coleções já existentes para restauro e manutenção das mesmas porque não nos podemos admitir que se perca o que já se tem por descuido. Construir edifícios não chega. É preciso mais!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado César Toste, tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me só recentrar aqui numa questão que eu acho que é importante.

Nós estamos a falar do Museu de Angra do Heroísmo que tem um acervo enorme e diverso, como foi falado aqui no princípio.

Como a Sra. Deputada Renata Correia Botelho falou, e falou muito bem, no caso do concelho de Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel, derivado ao espólio

enorme que o Museu Carlos Machado, e bem, tem, foi decidido fazer três núcleos:...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Temáticos!

O Orador: ... o Núcleo de Santo André, o Núcleo de Santa Bárbara e a Igreja do Colégio. Para quê? E fez muito bem, porque assim conseguiu colocar ao povo açoriano o enorme acervo que tem, não conseguia só no edifício. Portanto, expôs mais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Aqui o problema que eu vejo é o facto de se mudar para outro concelho.

Ó meus santos e minha santas,...

(Risos da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: ... a Praia da Vitória não fica diminuída por ter um núcleo museológico dependente de Angra.

Nós estamos a falar no facto de que, se continuar desta forma, tal e qual como o núcleo militar que abriu em Angra, foi porque o espólio militar que existiu no museu era tanto grande que não cabia na instalações primárias e foi feito um Núcleo Museológico Militar só para isso.

Se existe também um acervo etnográfico que também permite criar outro núcleo museológico que não seja na cidade de Angra, mas seja na cidade da Praia da Vitória, qual é o mal?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O PS não quer!

O Orador: Qual é o mal de aproveitar estruturas, técnicos, acervo? Não vamos construir de base, vamos aproveitar o acervo tal e qual como existe em São Miguel e pôs-se noutras casas, dentro da mesma cidade. Neste caso estamos a expor dentro da ilha Terceira, a 25 km. Não fica menos inferiorizado. É

aproveitar, e neste tempo nós temos de aproveitar técnicos e se temos um acervo que está fechado, não está exposto ao público, vamos aproveitar.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer aqui duas ou três coisas.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão insistiu muito numa revisitação ao modelo regional de museus.

Não discuto a lógica das suas propostas relembro apenas uma coisa: nós estamos hoje aqui reunidos para discutir uma proposta em concreto, não propriamente para redefinir a rede de museus que nós temos hoje em dia, que é a regional e de ilha, e que se não for alterada no futuro ficará completa com a inauguração do Francisco de Lacerda, em São Jorge.

Também penso que este não é o local e que este não o momento no fim de uma legislatura para se estar a fazer essa discussão, que pode ser frutuosa mais tarde. Por outro lado, creio que foi o Deputado Paulo Mendes, mas mais alguém, reportou-se ao facto do museu de Angra ter efetivamente um espólio valioso, um espólio numeroso, e que não pode apresentá-lo na sua totalidade.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): É verdade! Nem 10%!

O Orador: É verdade! Mas isso acontece com todas as instituições museológicas e é de bom tom que aconteça. É por isso que todas têm as suas reservas. Isso nada colide com a criação de mais museus nos Açores, nem com outras coisas.

Finalmente, o Sr. Deputado César Toste, que é o principal proponente desta iniciativa, reportou-se, ufano, ao parecer da Câmara Municipal da Praia da Vitória. Efetivamente a Câmara Municipal da Praia da Vitória deu um parecer

favorável, o parecer possível e um parecer politicamente correto, dados os constrangimentos inerentes ao exercício do poder local.

Muito obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é um atestado de menoridade da Praia!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado César Toste tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Permita-me ler à Câmara o parecer da Câmara Municipal da Praia da Vitória:

“Considerando que quaisquer diligências conducentes à concretização de medidas que promovam a preservação e divulgação do património cultural, histórico e identitário da Praia da Vitória devem ser tidas como benéficas para a valorização do concelho da ilha Terceira e da Região Autónoma dos Açores, cumpro-me manifestar a concordância da Câmara Municipal da Praia da Vitória com a pretensão expressa no Projeto de Resolução em análise.”

Não é possível, não é a pretensão política. É sinceridade que está aqui, porque a Câmara Municipal, apesar dos partidos, defende, e deve defender, os praienses. Isto é defender os praienses que pretendem que a sua cultura possa ser promovida.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do Partido Socialista, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente.

Presidente: Sr. Deputado Alonso Miguel pede a palavra para?

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para justificar o voto do CDS.

O CDS vota contra este Projeto de Resolução não por considerar que a proposta seja retrógrada, como considerou o Governo Regional, mas sim porque temos uma ambição ainda maior. Nós achamos que reconhecer e valorizar o património histórico e cultural da Praia da Vitória não pode passar apenas pela criação de um mero núcleo museológico, de uma extensão do Museu de Angra do Heroísmo.

Nós entendemos que a Praia da Vitória deve ter o seu próprio museu e que assim é que se valoriza de facto o património cultural e a importância histórica da Praia da Vitória.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Isabel Quinto para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra este Projeto de Resolução porque acredita que a oferta museológica existente na ilha Terceira, independentemente da sua dimensão ou tutela, cobre bem e com toda a

dignidade as necessidades de preservação, guarda e divulgação das diversas vertentes da história da ilha Terceira e do concelho da Praia da Vitória.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu gostava de explicar o meu sentido de voto.

Eu votei contra porque, não considerando que a medida é retrógrada, aquilo que estava a ser proposto por parte do Grupo Parlamentar do PSD, ou colonialista, não tenho essa apreciação negativa, considero é que o CDS-PP apresentou aqui uma sugestão que é uma sugestão que eu considero muito válida, que é a de criar um museu, que se chama o Museu da Terceira, passaria a ter essa designação, mantendo o Museu de Angra do Heroísmo, e criando também (e quando digo criando não é o espaço físico, pode ser a reabilitação de um espaço adequado situado no concelho da Praia da Vitória) o Museu da Praia da Vitória.

Eu penso que essa seria a solução, seria a solução adequada.

É uma solução que resultou, que teve muito êxito, que está a ter muito êxito em relação ao Pico, é uma solução que já existe, que já foi implementada por parte do Governo Regional e penso que é uma ótima sugestão para também ser aplicada no âmbito da criação do futuro museu da Praia da Vitória.

Devo dizer para terminar e concluir esta questão que, na minha perspetiva, é também fundamental, como aqui foi defendido por vários grupos parlamentares, aproveitar aquele acervo, que é um acervo extraordinário do Museu de Angra, que em grande parte não está disponível para quem o quer visitar, para quem o quer conhecer.

Há, algumas vezes, exposições temporárias, como por exemplo uma que tive oportunidade de visitar, uma exposição etnográfica maravilhosa, há poucos anos, e o que eu devo dizer é que é de facto um crime que aquela exposição não

seja uma exposição permanente e que não possa ser observada pelo conjunto das pessoas que visitam a ilha e vivem na ilha.

Portanto, eu considero que nós temos esse potencial e por que não aproveitá-lo? Acho que é de facto não aproveitar o conjunto de recursos que nós temos, não os potenciar, mantê-los em caves em que não podem ser vistos. Eu acho que isso do ponto de vista da preservação é evidente que garante a preservação desses objetos de valor cultural, de interesse cultural, mas há mais vida nos museus para além das caves e por isso eu considero que esses objetos têm de estar disponíveis para que todos possam ver, todos possam apreciar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora para o ponto 8: **Projeto de Resolução n.º 168/XI – “Construção de um refeitório escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Os tempos são os que utilizamos nesta figura regimental...

Vozes da câmara: Do PPM.

Presidente: O que é que eu disse?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): PCP!

Presidente: Peço desculpa.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, não era para ofendê-lo, foi mesmo um lapso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nem a mim!

Presidente: Claro que sim, nem ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Do PPM, sim senhor. Não poderia ser de outro proponente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, já com as desculpas pedidas, tem a palavra para apresentar a iniciativa.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Devo dizer que não tenho nenhum problema em ser confundido com o PCP. É um partido que eu respeito, um partido de gente trabalhadora, um partido que deu muito a este país. Portanto, não tenho nenhum problema a esse nível e também não tenho nenhum problema com o Sr. Deputado João Paulo, que partilhamos tantas lutas para o Grupo Ocidental e partilhamos uma visão e na grande parte das questões, são questões que partilhamos do ponto de vista programático, porque a lista das questões são mais do que ideológicas, são questões práticas de resolver o problema das pessoas e muitos dos problemas da ilha das Flores também são os problemas da ilha do Corvo.

Feita esta referência devo dizer que há uma questão com que tenho insistido bastante (e estamos a fechar esta legislatura), que é a construção de um refeitório na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.

Nesta iniciativa tenho adotado a estratégia dos pequenos passos. Temos dado passos positivos; não tínhamos refeições para os alunos, passámos a ter; não tínhamos refeições para os docentes e não docentes e passámos a ter, nessa altura até com o apoio do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que em relação a esta matéria votou favoravelmente essa iniciativa. Portanto, estamos a evoluir. Eu diria, fazendo uma referência história, que esta é a política dos pequenos passos.

Há um passo final que enquanto eu estiver neste Parlamento, e se continuar, porque vou ser candidato nas próximas eleições, vou continuar a insistir, porque eu gosto de terminar um trabalho que começo e o trabalho aqui é conseguir ter uma coisa que todas as outras escolas já têm, é ter um refeitório.

Pode parecer uma discussão estratosférica. Mas o que é que o Parlamento dos Açores está a discutir?

Um refeitório para a escola da ilha do Corvo?

Isso ainda não está feito. Alguém que olhe de fora irá obviamente perguntar por que é que isso ainda não está feito?

A verdade é que a situação é esta, e a situação é esta em plena crise da pandemia da doença COVID-19: é que os alunos (os professores não e os não docentes não podem comer ao lar de idosos, onde está o refeitório), em plena pandemia, onde é que vão comer?

Ao lar de idosos!

A uma sala do lar de idosos que tem 17 metros quadrados.

V. Exas. dir-me-ão: “mas isso não aconteceu durante a pandemia!”

Ah! Aconteceu, aconteceu!... Aconteceu, aconteceu!...

Ai, se o Diretor Regional da Saúde sabe disto, a confusão que não estaria aqui armada com esse tipo de problema.

É evidente!

Dir-me-ão V. Exas.: “mas no Corvo não houve registo de nenhum caso!”

Não!... Mas as Autoridades Municipais estavam extremamente preocupadas. Não existia nenhuma Assembleia Municipal, por uma enorme preocupação, entre fevereiro (por acaso está a ser realizada hoje)...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Que coincidência!

O Orador: ... como eu estou aqui em reunião.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Coincidências desta câmara!

O Orador: É uma coincidência tremenda.

Mas como eu estou aqui a reunião municipal reuniu-se.

Os autarcas, a população em geral, estavam preocupados. A questão da COVID-19 foi um problema tão grande que todas as reuniões da Assembleia Municipal foram canceladas e não tivemos durante este período todo nenhuma reunião com medo de que isso pudesse afetar a população.

Portanto, se podia afetar a população e os deputados municipais também podia afetar os alunos.

Eu considero que está na hora, Sr. Secretário, de resolver este problema, porque, veja bem, eu leio as recomendações da Direção Regional em relação a esta questão dos refeitórios e os passos e os cuidados que são necessários ter num espaço daqueles não reúne nenhum dos requisitos para que ali se possam reunir, para que ali se possam realizar as refeições. A questão é que essas regras estão em vigor e vão continuar em vigor no próximo ano letivo.

Portanto, se a legislação é geral, não há nenhuma exceção para a ilha do Corvo e não há nenhuma razão verdadeiramente de exceção para a ilha do Corvo, estando abertos os voos já nas ilhas, portanto estando já a região em contacto com o exterior e estando as diversas ilhas em contacto umas com as outras, o que nós temos de fazer é cumprir as regras de segurança também na ilha do Corvo.

Penso que me dará razão que neste momento não estão reunidas as condições para que o local em que se estão a realizar as refeições seja o local adequado e seja o local que responda minimamente às condições de segurança que são obrigatórias em toda a Região.

Por isso eu considero que está na altura de resolver esta questão, de criar um refeitório escolar na ilha do Corvo, um refeitório escolar na Escola Mouzinho da Silveira, onde todos possam aceder às refeições, que seja um espaço que, tal como acontece em todas as escolas, seja disponível para os alunos, para os docentes e para os não docentes, porque lembro que os doentes e os não docentes, por falta de espaço estão neste momento impedidos de aceder a esse espaço.

Eu acho que isto é de uma lógica cristalina a construção de um refeitório na ilha do Corvo, ou seja, a construção de refeitório não na ilha do Corvo do ponto de vista genérico, mas do ponto de vista específico, é isso que eu quero dizer, dentro das instalações da escola.

Já era lógico, já era uma pretensão lógica, e com a presente situação que nós estamos a viver, penso que ainda é mais lógico e que é absolutamente urgente que isto se faça.

Eu devo dizer também que na apresentação desta iniciativa estou aqui numa postura absolutamente construtiva.

Eu acho que foram dados passos importantes, eu empenhei-me mesmo neste assunto, muito para além da atividade parlamentar normal. Todos se lembram da greve de fome que fiz a respeito deste assunto, dado que o Governo não avançava com esta questão; todos se lembram que eu utilizei aquele filme “Três Cartazes à Beira da Estrada” e aquilo ficou-me muito caro, mas acabei por adotar a estratégia, também com algum êxito, de colocar os cartazes à beira da estrada para resolver este problema.

Tenho-me empenhado fortemente para resolver este problema, porque acho que é justo, porque é necessário resolvê-lo.

Portanto, o que eu faço aqui é mais uma vez um apelo à resolução desta questão, sem ataques políticos e partidários, até porque considero que, no contexto em que nós estamos a viver e no contexto que estamos a enfrentar, esta questão tem de ser colocada de uma forma construtiva.

Eu estou aqui a colocar esta questão de forma construtiva, acho que é lógica e acho que é justa.

Devo também referenciar, no caso Sra. Presidente improvável, muito improvável, deste Projeto de Resolução ser aprovado (teria de contar com o voto favorável do Partido Socialista), que há aqui uma parte do Projeto de Resolução que eu não alterei, que tem aqui uma gralha, no 3.º parágrafo, quando refere aqui uma percentagem de alunos e está aqui um conjunto de símbolos e não a percentagem. Portanto, essa é uma gralha que, no caso de aprovação, terá de ser alterada em sede de redação.

São estas as questões. Portanto, o Projeto é de todos conhecido e espero que possa contar com o apoio maioritário desta câmara.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem três inscrições. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A criação de um refeitório na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira é algo que já foi por diversas vezes abordado e discutido nesta Casa, trazido pelo PPM, sendo uma luta e uma reivindicação do Deputado Paulo Estêvão, legítima e que na verdade, até como foi dito na sua intervenção, tem dado os seus frutos e acima de tudo tem servido os alunos, os professores, a comunidade escolar e os corvinos. Que isso seja o mais importante!

Fazendo aqui um bocadinho do que é que tem sido este processo, realmente em junho de 2017 foi rejeitada, pelo maioria socialista, a iniciativa trazida pelo PPM que recomendava a construção do refeitório e fornecimento das refeições escolares, e nessa altura a bancada socialista dizia que era bom os alunos do Corvo não terem refeições escolares porque assim poderiam ir comer a casa com a sua família. Desde quando é que tal poderia ser um privilégio, quando sim era uma obrigatoriedade?

Mas deu os seus frutos, porque apesar deste discurso, a verdade é que foram disponibilizadas refeições escolares aos alunos do Corvo mais tarde.

No ano letivo 2018/2019, foram servidas cerca de 2400 refeições, uma média de 30 refeições servidas diariamente, num universo sensivelmente de 50 alunos. Já este ano, e até no trabalho de Comissão, o Sr. Secretário mencionou que 50% da comunidade estudantil recorreu às refeições escolares.

Mais tarde, em julho de 2019, aqui nesta Casa, foi aprovada por unanimidade, a Resolução para que os docentes e não docentes tivessem também acesso a essas refeições, pois como é natural tratava-se de uma situação altamente discriminatória.

No início deste ano letivo, todos passaram a usufruir das refeições escolares.

Hoje estamos aqui perante mais uma iniciativa do PPM que recomenda a construção de um refeitório escolar, ou seja, a criação de um local onde todos possam tomar as suas refeições em comum à semelhança do que acontece em todas as escolas da Região e que atualmente os alunos têm-se deslocado à Santa Casa da Misericórdia para o fazer e os docentes não docentes vão buscar as refeições num regime de *take-away* podendo comer na escola no zona do bar, ou da sala de professores.

A verdade é que tem existido uma grande adesão, e se calhar ao contrário do que inicialmente se poderia pensar, dada a realidade da ilha do Corvo, a verdade é que estas iniciativas e estes pequenos passos, pequenos/grandes passos para os corvinos, têm dado os seus frutos e tem tido a aceitação e a procura por parte desta comunidade escolar.

Como tal, e perante todo este percurso, é natural que agora o próximo passo seja a criação efetiva de um refeitório próprio com a dimensão que permita que os alunos, os docentes e os não docentes possam usufruir as suas refeições, porque acreditamos que também não é digno quer para os docentes e não docentes estarem a usufruir das suas refeições na sala de professores só porque tem um micro-ondas e uma máquina de lavar, quando pode ser criado um espaço condigno para que todos possam usufruir dessas mesmas refeições.

E agora perante a situação que vivemos atualmente, por maioria de razão e para ser, como já foi dito pelo Deputado Paulo Estêvão, criadas e cumpridas aquilo que são as diretrizes da Autoridade de Saúde, é importante que esse espaço também seja criado para garantir que as crianças, docentes e não docentes possam usufruir das suas refeições em segurança.

Como tal, acreditamos que esse é o passo. Acreditamos que todo este demorado processo tem dado os seus frutos para o bem dos corvinos.

Acreditamos que o Governo deve repensar essa possibilidade da criação de um espaço até porque nós estamos aqui a falar de um espaço de raiz, estamos sim a adaptar uma zona para que isto possa ocorrer, e consideramos que é da mais

elementar justiça que todos os alunos possam ter essas condições adequadas, como acontece na restante região.

Termino reiterando mais uma vez todo o trabalho de persistência do PPM, na pessoa do Deputado Paulo Estêvão, que tem sempre defendido afincadamente a sua ilha e a sua população.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, não querendo prescindir, na verdade, a Sra. Deputada Maria João Carreiro inscreveu-se antes de mim.

Presidente: Se acha que se inscreveu primeiro, mas Sr. Deputado não há mal nenhum em dar a palavra primeiro à Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Se não há qualquer tipo de objeção por parte da Sra. Deputada Maria João Carreiro,...

Presidente: Acho que a Sra. Deputada Maria João Carreiro não irá exigir essa prioridade.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Sras. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, bem que eu poderia dizer “bem-vindo à política dos primeiros passos”, ainda mais quando vem da oposição, tal como nós Bloco de Esquerda, porque nós também, e apesar de sermos o Bloco de Esquerda, já aprendemos que perante uma maioria absolutíssima do Partido Socialista, por vezes, senão bastantes vezes, se queremos ter sucesso em alguns dos nossos empreendimentos, temos que adotar a política dos primeiros passos.

A diferença aqui é quando somos nós, Bloco de Esquerda, a adotar a política dos primeiros passos para concretizar aqueles que são os anseios, as preocupações, e as necessidades dos açorianos e açorianas, o Sr. Deputado acusa-nos logo de claudicar, perante os nossos objetivos e reivindicações.

Mas não quero que entenda esta minha observação como uma crítica à sua atuação, antes pelo contrário, como um elogio, até porque se não fossem os pequenos passos do PPM, e o Sr. Deputado Paulo Estêvão, nós não poderíamos nesta altura arrogar-nos de termos uma Região em que em todas as ilhas, sem exceção, os alunos e alunas têm a garantia do fornecimento de refeições escolares na escola pública. Essa é uma verdade incontornável.

Agora, é verdade que ainda estamos longe do ideal e não só no Corvo, como também na maior parte das nossas ilhas.

Subsistem, é verdade, e resistem, escolas com refeitório onde se confeccionam as refeições (é verdade!), são cada vez menos mas subsistem e são cada vez mais, infelizmente, as escolas que apesar de terem refeitórios, e até cozinha em alguns casos, não confeccionam as refeições, as quais passaram a ser contratualizadas com empresas, como se tratasse de um mero fornecimento à laia de catering ou de restaurante e na escola pública a alimentação não deve ser vista na perspetiva do negócio, porque na escola pública não há negócios da restauração.

Deputada Sónia Nicolau (PS): E não é, Sr. Deputado!

O Orador: No Corvo está garantido o fornecimento de refeições escolares, mas não na cantina da escola, e é isso que está neste momento em causa.

Portanto, a situação vivida pelos alunos corvinos é afinal de contas muito próxima de muitas escolas que mesmo tendo cantina e até cozinha não confeccionam as suas próprias refeições.

E a pergunta que eu coloco aqui ao Sr. Deputado Paulo Estêvão é se com este Projeto de Resolução pretende uma cantina com cozinha preparada para confeccionar refeições, ou uma cantina...

Deputada Graça Silveira (Independente): Um refeitório!

O Orador: ... que se limita a um espaço onde os alunos, docentes e não docentes podem consumir as refeições confeccionadas por terceiros?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Um refeitório!

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Ele quer é um refeitório, não é uma cantina!

O Orador: Há uma diferença substancial, até mesmo nos custos e isso tem sido apontado pelo Governo Regional e penso que até pelo Sr. Secretário Regional da Educação, em sede de Comissão, e até mesmo em outras ocasiões em que tivemos a oportunidade de apreciar propostas de semelhante teor trazidas aqui pela Representação Parlamentar do PPM, porque só o refeitório, e no caso do Corvo, está orçado (e isto são contas feitas com informação transmitida em sede de Comissão) em 36 mil euros; cantina mais cozinha estamos a falar em 300 mil euros, portanto, dez vezes mais.

Há, de facto, uma diferença, não só uma diferença no custo, e isso para nós não deve ser uma diferença a considerar, porque achamos que os alunos do Corvo, à semelhança de todos os alunos da Região devem ter direito não só a uma cantina onde possam alimentar-se, mas também que essa alimentação seja de qualidade.

É mais provável que se garanta uma maior qualidade nutricional nas refeições confeccionadas pelas escolas, não só servidas nas escolas, mas também confeccionadas nas escolas, e já não só o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que defende essa ideia, é também através do exemplo que foi assistido pela própria Inspeção Regional da Educação e que está plasmado em relatório da mesma Inspeção...

Deputada Sónia Nicolau (*PS*): Não é isso que é dito!

O Orador: ... na Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico que retirou essa conclusão, que de facto perante uma escola que não só mantém o seu refeitório, como também mantém a sua cozinha, e mais importante do que isso, mantém ao seu serviço pessoal dedicado à confeção das refeições para os seus alunos.

Aí há diferenças e diferenças para melhor e na qualidade das refeições que são servidas aos alunos.

É verdade que o Sr. Secretário da Educação teve sempre a preocupação de frisar que a Santa Casa da Misericórdia do Corvo garante essa qualidade, não só porque tem de atender a requisitos de qualidade à qual está obrigada por atender aos seus utentes, como também porque é supervisionada pela Direção Regional da Educação, por técnicos, penso eu, especializados em nutrição ou na área de dietética, para garantir essa qualidade para crianças e jovens e não tão somente à população para a qual está preparada, neste caso, a população mais idosa.

É verdade que perante os novos tempos que vivemos, e eu desconhecia que estas refeições continuavam a ser servidas nas mesmas instalações, na Santa Casa da Misericórdia do Corvo, em que se confundem no mesmo espaço crianças com pessoas mais idosas.

Portanto, podemos estar perante uma situação de risco acrescido e que não deveria acontecer.

Voltando agora àquele que é o objeto resolutivo desta proposta: a função das cantinas escolares. Qual é a função das cantinas escolares?

É verdade que é de prover a alimentação considerada básica e o mais completa ao nível nutricional possível, mas também tem uma função pedagógica que eu penso que é reconhecida pelo Sr. Secretário, e penso eu também que por todas as Sras. e Srs. Deputados(as).

É, pois, uma função complementar, em alguns casos, e supletiva em outros casos às famílias, porque não esqueçamos, muitos destes alunos só têm acesso a uma refeição condigna porque a têm na escola, porque infelizmente continuamos a viver numa sociedade onde grassa a pobreza e muitas vezes autêntica miséria.

É na própria escola que muitas vezes estes alunos acabam por ter acesso àquilo que é o mais básico em termos de alimentação.

Mas também não podemos cair na falácia de associar as refeições escolares à população mais desfavorecida economicamente, porque tal como eu disse, refiro e repito, os refeitórios escolares e a confeção de refeições nas escolas e o

seu fornecimento aos alunos, tem também uma componente pedagógica e essa componente pedagógica é transversal, ou seja, transversal em termos sociais: tanto cobre aqueles que são mais desfavorecidos àqueles que são mais favorecidos, e até mesmo, e arrisco a dizer, porque essa é uma verdade incontornável também, que mesmo naquelas famílias mais favorecidas, por vezes, a alimentação que é fornecida na própria família não é propriamente a mais equilibrada, e portanto também por aí a escola pública, através dos seus refeitórios e da confeção das refeições, garante esse mínimo.

Ora, em audição, o Sr. Secretário disse-nos que numa iniciativa anterior não se justificava o investimento numa cantina para atender a 19 alunos no total de 48 alunos, justamente aqueles que beneficiam dos escalões 1, 2 e 3 da Ação Social Escolar.

Mais uma vez a própria CPCJ local, até em parecer por escrito, justificou muito explicitamente, para justificar a não necessidade de construção de uma cantina o facto de... O facto não! A suposição de que só os alunos com maiores dificuldades económicas é que iam recorrer à cantina.

Isso não corresponde à realidade, já que sabemos neste momento que, por exemplo, no ano letivo 2017/2018, daqueles alunos que frequentaram o refeitório da Santa Casa de Misericórdia do Corvo, três pertenciam ao escalão 1, estavam integrados no escalão 1, usufruíam do escalão 1, 13 no escalão 2, 7 no escalão 3 e 18 sem escalão.

Concluiu-se então que não só a procura excedeu em muito as expetativas, já que pensava-se, pelo menos da parte do Sr. Secretário, que este refeitório ou estas refeições seriam procuradas por uma percentagem inferior daquela que é a média da procura por parte dos refeitórios na generalidade nos Açores, que ronda os 40%, quando na realidade essa percentagem, no caso do Corvo, ascendeu aos 50%. E mais do que ascender aos 50% afinal de contas até são muitos os alunos sem escalão, ou seja, que não têm tantas dificuldades económicas que acabam por recorrer a este serviço.

Portanto, está aqui demonstrado por A mais B que quem recorre às refeições escolares não é necessariamente filho ou filha de agregados familiares com menos posses económicas.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é isso que o relatório diz, Sr. Deputado!

O Orador: Também é verdade que o Sr. Secretário nos disse que esta é uma possibilidade (e quando digo aqui possibilidade, é o protocolo estabelecido com os serviços da Santa Casa da Misericórdia do Corvo), prevista na legislação e é de facto, é uma possibilidade, tal como também é uma possibilidade, também permitida pela legislação, o ensino doméstico. E se fossemos a seguir essa lógica, entraríamos num caminho perigoso, que era de pensar que se calhar no Corvo, como o Sr. Secretário disse no passado que os alunos indo a casa iriam usufruir daquele que seria um privilégio, um contacto próximo com as famílias, daqui a nada, Sr. Secretário, também estaria defender que melhor era os alunos do Corvo também (quem sabe?) ficarem em casa e terem ensino doméstico lá por casa, porque teriam um maior contacto com as suas famílias, mas isso não é de certeza o anseio, nem a expectativa, nem o desejo do Sr. Secretário.

Por isso, penso que também os alunos do Corvo devem ter direito não só a uma refeição escolar, mas também a terem a sua própria cantina na sua escola, e também (por que não?) terem uma cozinha onde se confeccionem as refeições com qualidade nutricional e que seja um serviço prestado inteiramente pela escola e não através de protocolos que ainda por cima, neste caso, acabam por, por via das circunstâncias, até permitir uma condição como esta que foi aqui denunciada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão em que alunos, crianças e jovens acabam por estar a conviver de perto com pessoas mais idosas, o que aumenta em muito o risco de contágio no caso da COVID-19, da pandemia que atravessamos atualmente.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD)**: Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não há dúvidas que os refeitórios escolares têm um papel fundamental no quotidiano dos nossos alunos, seja na parte nutricional, seja na parte social, inclusivamente até onde passam grande parte dos seus dias é na escola e onde tomam a refeição do almoço.

O direito que reconhece a todos as crianças e jovens açorianos o acesso a refeições nos refeitórios, a cantinas das várias unidades orgânicas que integram o sistema educativo regional, está novamente a ser debatido nesta Casa, e nesta legislatura, já de forma recorrente.

Continuamos a afirmar nos Açores que todas as escolas da Região dispõem de um refeitório à exceção da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.

Assim, passo às questões de imediato que nós colocamos:

- Os alunos da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira beneficiam de um refeitório escolar, tal como todos os outros alunos da Região?
- Os alunos, o pessoal docente e não docente têm possibilidade de transformar as horas de refeição em momento de convívio e partilha entre todos? A resposta inequívoca é um não!

Já por diversas vezes o Governo Regional reconheceu, e passo a citar, “a garantia de igualdade de oportunidades no acesso à educação é um mecanismo fundamental para gerar justiça social e desenvolvimento”.

Então, perante isso, que razões poderá invocar o Governo Regional para não garantir as mesmas condições para com os alunos, docentes e pessoal não docente da ilha do Corvo face aos seus pares das outras ilhas? Porque a verdade é que dotar a Escola Mouzinho da Silveira com as condições para que o percurso educativo dos alunos do Corvo possa ser feito em igualdade de circunstâncias tal como os outros alunos da Região, é o que está a ser reivindicado nesta Casa, desde a legislatura passada.

Para o PSD-Açores importa, em primeiro lugar, assegurar o fornecimento de refeições escolares nutricionalmente equilibradas e variadas.

O fornecimento das refeições, já foi aqui concretizado nesta legislatura, como já foi referido pelos anteriores colegas e Deputados, através do protocolo celebrado com a Santa Casa da Misericórdia do Corvo, garantindo assim que esses alunos tivessem acesso às refeições escolares tal como os outros alunos da Região.

Ora, quanto à inexistência de refeitório na escola, é um facto que as refeições são servidas num espaço disponibilizado pela Santa Casa, em que este espaço tem capacidade para receber 17 alunos, sendo que cerca de 50% dos alunos, no presente ano letivo, usufruem dessa faculdade.

Face à exiguidade do espaço, que já foi aqui referida, o pessoal docente e não docente não pode beneficiar deste espaço, não partilha este espaço, podendo sim beneficiar das refeições mediante o seu condicionamento em pequenos recipientes e consumi-los na escola, seja no bar, ou na sala de professores.

Mas a verdade é que é a única escola da Região que não dispõe de um refeitório.

A questão que coloco é, por que razão, Sr. Secretário, o Governo se recusa a construir um refeitório, considerando em sede da Comissão de Assuntos Sociais tal pretensão como irracional, sem primeiro estimar o custo associado a tal? Porque a verdade é que não está em causa uma obra megalómana, nem uma despesa que seja insuportável, inclusivamente até porque o proponente em sede de Comissão de Assuntos Sociais avançou com um valor que se estimava de 40 mil euros, pelo que, como poderemos falar em equidade, quando estamos perante a única comunidade educativa da Região que não dispõe de um refeitório escolar, sabendo, como já aqui foi dito e disse inicialmente, é de reconhecido valor o papel do refeitório escolar numa perspetiva social, pedagógica e até lúdica, onde se podem desenvolver projetos de alimentação saudável e de política alimentar, envolvendo toda a comunidade educativa?

É precisamente esse tipo de experiências que estão a ser condicionadas por decisão do Governo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Iremos votar favoravelmente esta iniciativa por ser uma questão de princípio, de equidade.

A comunidade educativa da ilha do Corvo tem direito a um refeitório escolar.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece-nos uma questão de elementar justiça que a Escola Mouzinho da Silveira, tenha um refeitório em que as crianças e os jovens possam fazer a sua alimentação.

Aliás, desde já aceito as suas desculpas, Sra. Presidente ao dizer que era uma iniciativa do PCP. Não admira, Sra. Presidente. É fácil perceber porquê?

O Grupo Ocidental, neste caso em concreto, as Flores e o Corvo, em relação às refeições dos alunos, têm sido denunciadas neste plenário já por diversas vezes.

No Corvo não há cantina, não há refeitório para os alunos.

Nas Flores existem alunos de 5 e 6 anos a almoçarem atirados nos bancos, sem acompanhamento de contínuas.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Auxiliares de ação educativa!

O Orador: Para estes miúdos com 5 e 6 anos, existem quatro micro-ondas para poderem aquecer a sua comida! Com 5 e 6 anos não sabem pôr a sua comida, sozinhos, para aquecer, Sr. Secretário, com toda a certeza.

Ou seja, compreendo que a Sra. Presidente tenha confundido porque realmente existem muitas preocupações em relação à alimentação dos alunos no Grupo Ocidental, nas Flores e no Corvo.

Nós, também achamos que as crianças devem começar por uma primeira aprendizagem nos hábitos saudáveis de alimentação e só o conseguem fazer, muitas vezes, quando a própria escola tem as cantinas.

É dito que as crianças mesmo em período de férias e interrupções letivas, e os carenciados, tenham direito a essas refeições e levantou aqui o problema, o Deputado Paulo Estêvão: bom, mas durante a pandemia os alunos iam ao lar de idosos para ter a refeição.

Isto é grave se aconteceu, Sr. Deputado. Isto é muito grave! Porque nós sabemos todos aqui que as Assembleias Municipais, como o senhor disse, nas Flores e no Corvo estiveram encerradas. Portanto, nem as reuniões dos órgãos autárquicos que se faziam em termos presenciais.

Portanto, se isto aconteceu realmente é grave está denunciado nesta Câmara.

Nós achamos que é da mais elementar justiça, como já afirmámos.

Nós vamos votar favoravelmente. Achamos que o Corvo e as crianças do Corvo merecem uma refeição condigna e merecem ter na sua escola o refeitório como existe no resto da Região toda.

Achamos que pelo Corvo ser mais pequeno, pelo Corvo ter menos população, não deve ser prejudicado, não deve ser diferente do que no resto das nove parcelas da Região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A construção do refeitório escolar na Escola Básica Mouzinho da Silveira, como já foi dito, já veio aqui a debate várias vezes nesta casa (corro o risco de

ser repetitivo, naquilo que tenho a dizer sobre esta matéria, mas penso que ser repetitivo é sinal de coerência), não existiu qualquer alteração desde a última vez que este assunto foi discutido, a não ser, claro, o aparecimento da pandemia,...

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Houve falhas!

O Orador: ... o que fez com que essas refeições fossem interrompidas temporariamente, mas isso aconteceu, como todos nós sabemos, em todas as escolas da Região e até do país, isso também para responder ali ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo: durante a pandemia, não existiram refeições na Santa Casa da Misericórdia, as refeições foram interrompidas.

Tenho conhecimento que depois disso o fornecimento das refeições escolares já voltou à normalidade, com todas as normas e regras de segurança exigidas pela Direção Regional da Saúde, ao contrário do que disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, mas eu não me vou pronunciar sobre isso. O Sr. Deputado Paulo Estêvão diz que não estão asseguradas essas normas e essas regras, mas não sou eu que me vou pronunciar sobre isso.

Tenho conhecimento que continua a funcionar dentro da normalidade o seu fornecimento, sem reclamações do serviço prestado pela Santa Casa da Misericórdia, quer dos pais, quer dos alunos, quer dos não docentes.

Tenho também conhecimento que continuam a usufruir dessas refeições cerca de 25 crianças e cerca de 2 ou 3 professores.

Antes demais, eu não tenho qualquer problema em reconhecer que inicialmente fui um dos que considerei e defendi que provavelmente haveria uma baixa procura dessas refeições.

De facto, isto não aconteceu, mas também eu não o fiz apenas por fazer. Fi-lo porque foram essas as informações que me foram transmitidas pelos pais e pelos encarregados de educação de que muito provavelmente os seus filhos não iriam usufruir dessas refeições. Isso de facto não aconteceu. Existe uma procura até bastante significativa.

Os motivos que fazem com que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vote contra este Projeto de Resolução são os mesmos que sempre referimos.

Não se justifica a construção de um refeitório, uma vez que existe uma resposta eficaz por parte da Santa Casa da Misericórdia. Esta resposta dá corpo à boa articulação entre entidades da Santa Casa da Misericórdia e a Escola Mouzinho da Silveira.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Esta articulação é muito importante, principalmente numa ilha com as especificidades do Corvo e às quais já foi, por várias vezes, diversas vezes repetido aqui, a proximidade entre as instituições é de cerca de 20 metros. Existem muitas escolas na Região em que o percurso até ao refeitório é muito superior à distância entre a Santa Casa da Misericórdia...

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Muito bem!

O Orador: ... e a Escola Mouzinho da Silveira.

Para além disso, a valência da Santa Casa da Misericórdia, recentemente qualificada e remodelada encontra-se em condições de excelência para a preparação, confeção e fornecimento destas refeições escolares.

Se antes já não fazia sentido a duplicação de valências, neste momento e face à situação que vivemos, o mesmo ainda faz menos sentido.

Antes de terminar, eu gostaria de ler, porque acho que é importante que seja lido, o parecer da Assembleia de Escola, porque nós temos acesso, como Deputados e na Comissão, a esses documentos, mas acho que é importante, para quem nos está a ouvir, que seja transmitido o parecer da Assembleia de Escola Mouzinho da Silveira. Diz o seguinte:

“Em reunião do dia 8 de janeiro de 2020 foi unânime em considerar que o refeitório da Santa Casa da Misericórdia do Corvo, local onde são confeccionadas as refeições escolares e onde os alunos da Escola Básica Mouzinho da Silveira usufruem das refeições, satisfaz as regras de higiene e limpeza adequadas a este tipo de local, sendo um espaço acolhedor.

O horário de funcionamento das refeições corresponde às necessidades dos alunos, sendo assegurada a permanência de uma assistente operacional durante todo o horário das refeições.

O pessoal docente e não docente recolhe a sua refeição nas instalações da Santa Casa da Misericórdia da Ilha do Corvo dispondo, se assim o entender, do bar da escola ou da sala dos professores, equipadas com lavatório, máquina de lavar louça, frigorífico e micro-ondas para consumirem a sua refeição.

Nos dias de chuva, o transporte dos alunos é assegurado pelos serviços da Santa Casa da Misericórdia da ilha do Corvo. Nos restantes dias, os alunos efetuam o percurso a pé, pois fica muito perto da escola.

Até à presente data não foram recebidas reclamações relativas ao serviço de refeições escolares junto do Conselho Executivo pelo que a situação implementada para o serviço de fornecimento de refeições escolares, a toda a comunidade educativo, se encontra a decorrer normalmente.

Deste modo a Assembleia considerou que se encontram reunidas as condições para que o serviço decorra com a normalidade, não sendo necessária a construção de um refeitório escolar.”

Por agora fico-me por aqui.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Iasalde Nunes, eu vou apresentar-lhe alguma discordância em relação à opinião de V. Exa., mas isto não quer dizer que lhe esteja a fazer nenhum ataque pessoal. Discordo apenas das suas opiniões. V. Exa. teve oportunidade de discordar das minhas e gostava que V. Exa. não considere que

a minha discordância significa qualquer tipo de ataque pessoal. É uma discordância em relação a V. Exa, e é só isso.

Quero dizer-lhe o seguinte:

Sr. Deputado, faça as contas. Qual é a área que está neste momento disponibilizada na Santa Casa da Misericórdia para o refeitório? 17 metros quadrados.

Quantas pessoas, cumprindo as regras, quantos alunos, é que podem estar em simultâneo nessa sala?

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a distância entre a escola e Santa Casa?

O Orador Antes podiam estar 16, é o que diz a resposta ao requerimento que eu fiz, que V. Exa. teve acesso.

Quantas pessoas, de acordo com as regras, podem estar? Faço-lhe essa pergunta, porque deve conhecer as regras da mesma forma que eu as conheço.

Se fizer as contas verificará que podem estar 6 ou 7 pessoas. Certo?

Portanto, neste momento existe essa enorme limitação em relação ao espaço.

Como sabe, V. Exa. conhece o espaço, é um espaço muito limitado, é uma sala muito pequena. É de tal forma pequena que o próprio Governo disse que em relação aos docentes e não docentes não era possível disponibilizar esse espaço. Já não era possível! E a própria Santa Casa da Misericórdia disse que não era possível porque o espaço era demasiado pequeno.

Ou seja, o espaço disponível não pode servir de refeitório para a comunidade escolar (ponto), em condições normais e agora então é que muito menos, Sr. Deputado. Disso não tenha nenhuma dúvida e se me disser o contrário quero que me faça aqui as contas em relação a essa matéria e que me veja as regras que estão neste momento em vigor.

Portanto, eu não sei como é que V. Exa. fez essas contas e fez esses cálculos, agora o que lhe estou a dizer é que de certeza absoluta não consegue colocar 16 alunos em 17 metros quadrados. Isso é impossível.

Depois, em segundo lugar, Sr. Deputado, eu quero dizer-lhe o seguinte:

Estamos a falar, como bem referenciou, aliás quero aqui referenciar, as intervenções excelentes, brilhantes, do Sr. Deputado Paulo Mendes, da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, da Sra. Deputada Maria João Carreiro e do Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): E a do Iasalde!

O Orador: Não! A do Sr. Deputado Iasalde não foi boa, nem foi brilhante.

O que eu considero, Sr. Deputado, é que o Sr. Deputado teve a humildade de reconhecer que se enganou, que tinha uma informação de que os alunos não iriam participar, nem as famílias.

Já verificou que a adesão é muito superior até à média registada a nível regional.

Mas V. Exa. também tinha dúvidas. Veja bem o que dizia em relação aos professores. Dizia V. Exa., no dia 11 de julho:

“Estes professores, que são cerca de 20, são uma importante fonte de receita, de rendimento para a economia da ilha, quer na restauração, quer nas superfícies comerciais. Portanto, é preciso analisar muito bem esta situação”, dizia V. Exa.

Ou seja, o seu critério não é um critério como acontece no resto da Região dos professores, dos não docentes e dos alunos terem direito às refeições.

O seu critério era um critério economicista, é dizer: bom, mas talvez seja mais importante para a economia local, e por isso, tendo em conta a economia local, a restauração, dizia V. Exa. que o melhor se calhar era retirar aos professores e aos não docentes esse direito, porque é um direito.

V. Exa. em relação a essa matéria também já recuou, porque votou favoravelmente uma proposta do PPM nesse sentido.

Agora, Sr. Deputado, falta-lhe também verificar aquilo que é óbvio.

V. Exa., com a posição que tem no Grupo Parlamentar do Partido Socialista (tenho a certeza que dada a grande influência que V. Exa. tem no Partido Socialista, é da sua inteira responsabilidade) está a influenciar o sentido de voto do Partido Socialista nesta matéria.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): O Embaixador do Corvo na bancada do PS!

O Orador: É da sua inteira responsabilidade a negação constante a este Projeto, porque eu conheço os restantes Deputados do Partido Socialista e sei que em relação a esta matéria têm uma posição construtiva. Portanto, esta posição só pode ser sua. Só pode ter origem em V. Exa..

Deputado Ricardo Ramalho (*PS*): Não, não! Está muito enganado!

O Orador: É V. Exa. que está a fazer força para que isto não seja aprovado, é V. Exa. que está a influenciar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista para que isto não seja aprovado.

Devo dizer, portanto, que estes são os argumentos fundamentais.

Respondendo ao Bloco de Esquerda, é só o refeitório. O investimento que estamos a falar são 40 mil euros.

Em relação à cozinha, devo dizer que é um espaço adequado e é um espaço que está a ser utilizado pela Santa Casa da Misericórdia, mas que pode ser utilizado mais tarde se existir uma reorganização a este nível pelos próprios serviços da escola.

Ou seja, eu considero que aqui sim, em relação ao espaço da cozinha, não coloco nenhuma dificuldade a esse nível, até porque neste momento a Santa Casa tem apenas 5 utentes. É uma situação conjuntural, mas é a situação atual.

Agora o que eu quero dizer, terminando esta segunda intervenção, é o seguinte: eu não posso aceitar que as regras sejam diferentes para os alunos da ilha do Corvo em termos de segurança e de saúde. Eu não posso aceitar isto! Eu não posso aceitar esta situação, só porque os senhores não querem gastar 40 mil euros na ilha do Corvo.

Eu não posso aceitar que as visitas dos familiares estejam neste momento com as mesmas restrições aos idosos, que no resto da região, que exista um conjunto de restrições e de regras que são aplicadas e só não são aplicadas por causa de uma teimosia política porque os senhores não querem investir 40 mil euros e

não querem criar as condições de segurança e colocam em risco os idosos que frequentam aquele espaço, porque se eu disser isto em algum sítio do mundo que os alunos da ilha do Corvo vão tomar as suas refeições ao lar de idosos, isto é aceitável em algum sítio? Alguém aceita uma coisa destas?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Aceitam!

O Orador: Esta é uma situação absolutamente anormal. É uma situação absolutamente anormal!

E eu, nesta parte, é que fico ofendido, se consideram que esta situação é a correta, porque tenha a certeza que os Srs. Deputados, todos os Srs. Deputados, não considerariam que esta situação é correta para os outros idosos da Região e para que isto pudesse acontecer em qualquer outro sítio do país, que os alunos frequentem um lar de idosos para ir tomar as suas refeições. Isto acontece em mais algum sítio do país?

Isto é inaceitável. Eu não posso aceitar isso, eu não vou aceitar que esta situação se mantenha.

Portanto, não vamos fechar os olhos e se ela não foi já discriminada, é evidente que o vou fazer.

Sr. Deputado José San-Bento, gostava que V. Exa. tivesse a elevação de respeitar os outros oradores, porque eu respeito quando V. Exa. faz as suas intervenções. Eu gostava que V. Exa. não fizesse...

Deputado José San-Bento (PS): Peço desculpa, Sr. Deputado! Fiz um aparte!

O Orador: ... comentários juncosos, não fizesse apartes juncosos e que V. Exa. se comportasse com a elevação institucional que se espera de V. Exa. e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem razão, Sr. Deputado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Não estava para vir a debate, mas fui chamado pelo Sr. Deputado Iasalde a este debate, novamente.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Ninguém chamou por si!

O Orador: Claro que tinha de vir pelo repto aqui lançado, como é óbvio.

Sr. Deputado, das duas uma: ou o Sr. Deputado nesta casa está ao serviço exclusivamente do Partido Socialista, e contra os interesses do Corvo e dos corvinos, ou então vai votar favoravelmente a proposta do Deputado Paulo Estêvão em relação à cantina do Corvo.

Aliás, tem sido notório ao longo do tempo nesta casa que o senhor tem votado completamente contra os interesses do Corvo e dos corvinos. Ou seja, nesta casa, o Sr. Deputado Iasalde está ao serviço do Partido Socialista e não ao serviço daqueles que o elegeram para esta casa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Isto é grave. Os corvinos têm de saber isso.

Deputada Graça Silveira (Independente): Ó João Paulo, tu estás no ponto!

(Risos da câmara)

O Orador: No entanto, queria deixar aqui um alerta que a Representação Parlamentar do PCP não é contra que as crianças possam almoçar com os idosos da sua ilha e neste caso da ilha do Corvo. Achamos é que as crianças para terem uma refeição em condições como qualquer outra criança nas nove parcelas dos Açores, devem ter um refeitório condigno, devem poder almoçar na escola e aí existem também os problemas nutricionais que daí advêm, que muitas vezes em suas casas não conseguem fazer essa refeição equilibrada como nós desejamos.

Por isso é da mais elementar justiça que as crianças no Corvo tenham o refeitório escolar aqui trazido pelo Deputado Paulo Estêvão.

E mais!... Não se compreende como é que o outro Deputado eleito pela ilha do Corvo não está de acordo com esta proposta que vai ao encontro dos interesses dos corvinos e das crianças que vivem no Corvo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No texto deste Projeto de Resolução submetido a este Parlamento pelo Deputado Paulo Estêvão, entre outras coisas, escreve-se o seguinte, e passo a citar:

“Não existe nenhuma razão lógica, prática, legal, deontológica e ética para tratar de forma diferenciada, no sentido discriminatório”, sublinho, no sentido discriminatório, “a comunidade escolar do Corvo”.

No Corvo, a partir do momento em que alunos, professores e pessoal de apoio educativo beneficiam de refeições escolares, não há lugar para falar de discriminação e isto independentemente dos alunos almoçarem nas instalações da Santa Casa da Misericórdia e dos professores e do pessoal de apoio educativo não o poderem fazer, dada a limitação do espaço, mas podendo fazê-lo na escola, no bar e na sala de professores, em espaços com lavatório, máquina de lavar louça, frigorífico e micro-ondas, ou até nas suas próprias residências, caso seja essa a sua preferência.

De resto, a solução encontrada para alimentação escolar no Corvo constitui um exemplo de boa política por corresponder à plena satisfação de uma necessidade por um menor custo.

Com efeito, de acordo com o preceituado na legislação, a celebração de um protocolo entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura e a Santa Casa da

Misericórdia, seguida pela contratualização de refeições da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira à Santa Casa da Misericórdia do Corvo, constituiu a melhor solução para impedir na altura um investimento de cerca de 300 mil euros a que se somariam outros gastos com a contratação de pessoal, a aquisição de bens...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Dá emprego!

O Orador: ... e o pagamento de água e de luz

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Ah!... Eles não vão jantar, eles vão almoçar!

O Orador: Também por aliviar o executivo e os demais serviços de mais tarefas administrativas, ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Sr. Secretário, não é luz! Eles vão é almoçar!

O Orador: ... facto que facilita o cumprimento do essencial, a gestão pedagógica.

Agora a pretensão de colocar mais dinheiro, a pretensão de colocar mais despesa em cima do problema e do problema já de todo resolvido, é de todo inapropriada.

Das diligências que esta Assembleia, através da sua Comissão de Assuntos Sociais, entendeu desenvolver em redor do melhor entendimento do assunto, sobram os argumentos que evidenciam a falta de razoabilidade desta proposta, sobretudo agora num tempo aziago em que constitui uma afronta aos nossos contribuintes.

São sobretudo dois argumentos que esvaziam por completo a pretensão do Sr. Deputado do Partido Popular Monárquico:

Primeiro, a apropriação do atual sistema de fornecimento de refeições a alunos, a professores, e a pessoal de apoio educativo da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, na ilha do Corvo;

Segundo, a inexistência da necessidade da construção de um refeitório na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira na ilha do Corvo.

Sobre o conteúdo deste Projeto de Resolução foi solicitada pronúncia à Santa Casa da Misericórdia do Corvo e à Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.

Como era espetável, em parecer de 2 de janeiro, o Provedor da Santa Casa atribuiu à Direção Regional da Educação e à escola o poder de avaliação da capacidade de resposta das instalações e da própria instituição, indispensável também na avaliação da necessidade ou não de construção de um refeitório escolar.

Já num parecer de 8 de janeiro a Assembleia de Escola é muito mais explícita. Não vou reler as passagens principais desse parecer da Assembleia de Escola porque esse parecer foi lido, ao que creio, na sua íntegra, pelo Sr. Deputado Iasalde Nunes, em intervenção anterior.

Todavia há que recordar aqui uma coisa:

Efetivamente a terminar esse tal parecer, vem o essencial, pelo menos aquilo que mais nos importa. Diz a Presidente da Assembleia de Escola, e passo a citar, o seguinte:

“Deste modo a Assembleia considerou que se encontram reunidas as condições para que o serviço decorra com a normalidade, não sendo necessária a construção de um refeitório escolar.” Sublinho, não sendo necessária a construção de um refeitório escolar.

Deputado Luís Garcia (PSD): Na iniciativa anterior devia ter lido o parecer!

O Orador: Mas vale a pena também aqui recordar que há dois ou três anos atrás,...

Deputado Luís Garcia (PSD): É só quando dá jeito!

O Orador: ... a CPCJ do Corvo também disse que não era preciso construir na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira uma cantina e um refeitório.

E não é demais acrescentar que é de todo inapropriado, ou inapropriada, a construção de um refeitório escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, sobretudo hoje, à saída de uma grave pandemia que ceifou a vida a 16 açorianas e açorianos, e que por muito tempo acarretará para todos nós consequências económicas e financeiras gravosas porque ficámos materialmente mais pobres.

Vou terminar como principiei, voltando à falsa questão da discriminação.

Num arquipélago pequeno e diverso as soluções não têm de ser iguais para todas as ilhas, pelo contrário temos sim de responder positivamente às necessidades de todos e de todas com soluções diferenciadas.

É precisamente aquilo que fizemos no Corvo e com esse sentimento geral.

A Autonomia não é o regime da uniformidade. É o seu contrário.

É mesmo o regime da variedade, por isso condiz tão bem com os Açores que são o império da diversidade.

A Autonomia é a busca da solução mais adequada a cada grupo e a cada pessoa, também a cada região, a cada ilha e a cada lugar.

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(*Pausa*)

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Liga o micro!

O Orador: Ainda não disse nada de relevante!

Deputado Ricardo Ramalho (*PS*): E não vai dizer!

O Orador: “E não vai dizer”, diz o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Quem será? Foi daqui de trás!

O Orador: É a vossa opinião.

Sr. Secretário, um dos problemas de realizar um debate consigo é que não ouve os argumentos das outras pessoas. Olhe, eu posso dar-lhe de outros deputados ou de outras pessoas que estão a trabalhar consigo, com certeza, porque é uma questão fundamental. Eu aprendo imenso com as opiniões dos outros e muitas vezes altero a perceção que tinha se me são apresentados argumentos que me levam a alterar a posição.

Não podemos ter nenhuma posição rígida sobre as situações. Há argumentos em que não pensámos e há situações e dados que desconhecíamos, mas V. Exa. é tão rígido nestas questões que não ouve aquilo que lhe foi dito.

Eu disse-lhe e transmiti-lhe a seguinte informação: tem uma sala de 17 metros quadrados. Uma parte significativa dessa sala nem sequer pode ser utilizada para serem colocadas as mesas, porque está a servir como espaço de apoio.

Portanto, desse pequeno espaço de 17 metros quadrados, veja bem, para cumprir as regras de segurança, quantas crianças pode colocar nessa sala?

V. Exa. não fez nenhuma referência, não se importou com uma situação que é uma situação fundamental nos tempos que correm.

Nós estamos numa pandemia e nós temos regras que estão a ser aplicadas neste momento e estão a ser aplicadas em todas as ilhas, em todas as instalações escolares e outras, de diferente natureza, mas não na ilha do Corvo e essa situação deve interessar a V. Exa., mas V. Exa. nem sequer se perturbou, nem sequer lhe mereceu a menor referência.

Essa situação que o deveria ter preocupado, não lhe mereceu nenhum reparo, não lhe mereceu nenhuma reflexão. Eu acho isso grave. Acho que V. Exa. se deveria preocupar com isso, porque alteraria as suas conclusões.

V. Exa., se já existia essa necessidade, até porque, veja bem, como é que um refeitório pode ser o adequado se professores e não docentes não cabem lá? Como é que pode ser o adequado?

Os docentes cabem nas situações que nós estamos a ver, numa sala tão pequena, com 16 alunos em simultâneo. Está a ver as condições que existem?

Não são as condições adequadas em tempo normal, quanto mais nos tempos especiais que nós estamos a enfrentar. Deveria ter esse argumento em conta.

Depois diz V. Exa., “uma despesa extraordinária. São 40 mil euros!”.

Isso são as suas contas, Sr. Secretário, não são as minhas. São as suas contas: 40 mil euros é a despesa extraordinária de V. Exa., uma despesa enorme para os contribuintes. Esta é a despesa que V. Exa. está a referenciar.

Depois o argumento económico nem sequer faz sentido. Mas quem é que paga a quase totalidade, mais de 90% (eu sei porque sou irmão da Santa Casa) das despesas da Santa Casa para contratar os funcionários, para que aquilo tudo funcione?

Deputada Graça Silveira (Independente): É o Governo!

O Orador: É o Governo!

O seu argumento: vamos gastar mais!... Agora está a Santa Casa... É o Governo que paga a quase totalidade do funcionamento da Santa Casa.

Esse argumento economicista é um argumento que pode ser rebatido.

Eu dei-lhe este número, eu conheço o orçamento da Santa Casa da Misericórdia!

Depois fala V. Exa. nos pareceres das escolas. É curioso. V. Exa. faz referência a pareceres, quando V. Exa. fez protocolos com a Santa Casa da Misericórdia em anteriores condições e quando existia uma outra presidência no Conselho Executivo, em que V. Exa. nem sequer consultou. Fez um protocolo sem sequer consultar a direção da escola.

Eu penso que não tem legitimidade política para fazer referências as decisões da escola, com o seu histórico e o seu passado nesta matéria.

Em resumo, Sr. Secretário, não tem argumento, nem económico, nem funcional, nem ético. Não tem nenhum argumento, a não ser que V. Exa. se sinta ofendido por aprovar um projeto que tentou desde sempre impedir.

Mas V. Exa. já recuou muito. V. Exa. considerou que era um projeto ótimo dar mais dinheiro aos pais e não se lhes dava as refeições. V. Exa. tem declarações nesse sentido, achava que isso era a melhora solução.

Entretanto foi evoluindo e agora as crianças já têm acesso às refeições e os professores e os não docentes também já têm. Agora o que eu acho é que deveriam ter, como acontece no resto da Região, não há nenhuma razão, por a ilha ter poucos alunos ou ser uma ilha pequena, para que os alunos, os docentes, os não docentes não tenham as mesmas condições que aquelas que têm os alunos nas outras escolas da Região, em todas as outras escolas da Região. Era essa a questão que lhe queria deixar.

Sr. Secretário, ouvi aqui, e V. Exa. não disse que não, não desmentiu essa afirmação, que V. Exa. sairá no final desta legislatura.

Eu gostava muito (gostava muito!) que V. Exa. ainda estivesse a tempo de reconsiderar esta situação, porque eu considero que esta situação, a não resolução da construção do refeitório, não é nenhuma medalha para V. Exa., mas significará uma nódoa no seu currículo.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Uma nódoa difícil!

O Orador: Mas devo dizer, terminando V. Exa. as funções em que está, o seguinte:

Continuo a ter o mesmo respeito académico que tinha por V. Exa.. Tive esta discordância, uma enorme discordância, mas continuo a ter a mesma consideração académica que tinha por V. Exa., mas nesta parte V. Exa. está profundamente errado em relação à decisão nesta área. E se acha que é mantendo esta decisão injusta que será alterada na próxima legislatura de certeza absoluta, porque ninguém vai manter uma questão que não faz sentido

nenhum, a sua posição neste momento, e a posição do Governo, se acha que isso irá deixá-lo bem em termos de legado, eu digo-lhe já que não.

Esta questão irá enegrecer o seu legado na área da educação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, cada intervenção é um alívio.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Bom, folgo em saber que o Sr. Secretário Regional não gosta de extensões nos museus, mas gosta de extensões nos refeitórios, ou seja, faz da Santa Casa da Misericórdia da ilha do Corvo uma extensão do refeitório da Escola Mouzinho da Silveira.

O Sr. Secretário vai ter de se decidir: gosta de extensões ou não gosta de extensões?

Depois diz: “bom, fazer este refeitório vai aumentar imenso os custos, vai aumentar os custos da água e da luz”.

Sr. Secretário, o Sr. Deputado Paulo Estêvão quer que os alunos consumam uma refeição à hora do almoço. É ao almoço! Ele não está a pedir o refeitório para jantar. Não estou a perceber quais os custos de eletricidade.

Pode dizer: a máquina de lavar a louça!

O Sr. Secretário já disse: a escola já tem a máquina de lavar a louça, até por acaso está na sala dos professores, não sei se percebi bem, que a máquina de lavar a louça estava na sala dos professores.

Se está na sala dos professores já gasta eletricidade para lavar a louça e já gasta a água, porque de resto não estou a ver qual o acréscimo de gasto da água.

É porque os pequenos vão lavar as mãos antes de comer e depois de comer?

Eu acho que a escola já tem sítios onde as crianças possam fazer a higiene das mãos, portanto não vai ter esse consumo acrescido de água.

Basicamente o que está aqui em questão é não querer fazer um refeitório.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

O Orador: Mais do que isso, é não dar a possibilidade aos jovens, durante a hora de almoço... Todos nós sabemos, e o senhor que está na área de educação devia saber, que é um espaço de convívio social privilegiado.

Há montes de miúdos muito mais ostracizados, que ficam sempre de lado, que aproveitam a hora de almoço para se sentar ao lado de um colega, para fazer uma amizade.

Portanto, todo esse convívio que podia existir durante o espaço das refeições não existe porque é à pressa, porque tem lugares limitados na Santa Casa da Misericórdia, e tem de sair por leva.

Agora ainda vai ser mais difícil, porque com as novas restrições, devido ao período pós-COVID, o rácio vai ter de ser muito menor, vai ter de se fazer várias levas: tiram senha, primeiro entra a primeira leva, depois a segunda leva.

E, Sr. Secretário, convenhamos, todos nós andámos durante meses a evitar conviver com os nossos idosos, da nossa família, deixando-os sozinhos para lhes proteger em termos de saúde e agora vamos manter este convívio diário das crianças da escola, todos os dias, a chegarem às instalações da Santa Casa da Misericórdia.

Eu não acredito que 40 mil euros, e eu até acho que esse orçamento está muito por cima, porque para preparar uma sala para um espaço com mesas, cadeiras, não deve ser uma obra que custe 40 mil euros. Há muitas casas T2, hoje em dia, a custos controlados que custam 90 mil euros e 100 mil euros. Portanto, seria metade, não tendo cozinha.

Aumentar contratações!

Mas quem é que o Sr. Secretário vai contratar?

Só uma pessoa, a pessoa provavelmente que está lá a servir as refeições e que depois tome conta da louça. Mas o Sr. Secretário ainda ontem disse que as escolas estão com um excedente de assistentes operacionais, que é uma coisa

seríssima. Então com esses assistentes operacionais todos basta pôr um a servir as refeições e a lavar a louça.

Portanto, a verdade é que o senhor, sistematicamente arranja argumentos para esta proposta não avançar, porque o parecer da Santa Casa diz que não precisa. Se fossemos a levar à letra o que os pareceres diziam, neste momento as crianças do Corvo ainda não tinham refeições, porque eu ainda sou do tempo do início desta senda, e como foi assumido pelo próprio Deputado Iasalde, não havia necessidade e os pareceres era de que não havia necessidade, mas afinal agora que se implementou as pessoas aderiram, e os miúdos e os estudantes daquela escola se tiverem essa possibilidade de um espaço de refeição comum com certeza que vão gostar, muito mais do que ir de corrida à Santa Casa da Misericórdia.

O Sr. Secretário sistematicamente vem aqui e não responde a uma única pergunta, não faz um único debate direto. Tem um papel, um monte de papéis que lê.

Eu pergunto-lhe: o senhor quando está a debater com a sua equipa, que tem reuniões para resolver os problemas da educação, senta-se, lê uns papéis e fechou o assunto?

Deputado Joaquim Machado (PSD): É mais ou menos isso!

A Oradora: Ou está disponível para ouvir aquilo que as pessoas têm a dizer, mudar de opinião, considerar, pensar?

Diz que são tempos de azar.

É verdade!

Para os corvinos o grande azar é o terem metido como Secretário da Educação e da Cultura durante esta legislatura.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. Esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida, mas muito rápida mesmo, para dizer o seguinte:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão diz que não percebe quais são os motivos. Nós já dissemos quais são os motivos que nós vamos votar contra.

Consideramos que a Santa Casa da Misericórdia dá uma resposta eficaz às refeições escolares e basta ver que não existem reclamações.

Existem muitas escolas nos Açores em que...

Deputada Graça Silveira (Independente): Pensei que era no Corvo!

O Orador: ... existe algumas crianças que reclamam da comida, reclamam do serviço. Nem é o caso do Corvo. No Corvo não existe qualquer tipo de reclamações.

Deputada Graça Silveira (Independente): Também ao preço que pagam por cada refeição!

O Orador: E não sou só eu que o digo. É a própria Assembleia de Escola, é o próprio parecer da Assembleia de Escola, embora o Sr. Deputado diga que eu sou o responsável (não é? O Deputado Iasalde Nunes é que é o responsável!) por não se fazer o refeitório.

Deputado José Contente (PS): É o Grupo Parlamentar do PS!

O Orador: Para terminar, eu não posso admitir de maneira alguma que quer o Sr. Deputado Paulo Estêvão, quer o Sr. Deputado João Paulo Corvelo, venham a esta Casa dizer que eu estou ao serviço do Partido Socialista e não dos corvinos. Não posso admitir.

De qualquer forma eu tenho muito orgulho do trabalho que o Partido Socialista desenvolveu na ilha do Corvo nos últimos anos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Muito orgulho!... E está à amostra de todos os que nos visitam e de todos os que vão ao Corvo. Tenho muito, mas muito orgulho!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Se os Srs. Deputados querem tornar este assunto e aproveitar o debate que estamos a ter para tornar isso num comício político, eu sinceramente não o vou fazer.

De repente o Sr. Deputado Iasalde Nunes tornou-se uma ameaça, mas aconselho a dirigirem o vosso foco aos corvinos, principalmente o Sr. Deputado João Paulo Corvelo, que nas últimas eleições legislativas regionais no Corvo teve 4 votos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Diz V. Exa. que eu lhe disse que o senhor estava ao serviço do Partido Socialista. É evidente que está, mas eu não o disse, porque é uma evidência.

O que eu disse foi que V. Exa. com a capacidade de influenciar, que lhe reconheço, as posições do Partido Socialista em relação ao Corvo, que já tem vindo a demonstrar nomeadamente em relação ao refeitório, porque se o refeitório não se construiu foi porque V. Exa. fez de tudo para que não se construísse, V. Exa. fez de tudo e já reconheceu aqui que se enganou, que foi mal aconselhado e também está enganado nesta matéria, porque V. Exa. não respondeu ao repto que eu lhe lancei.

Se V. Exa. acha que o espaço é tão adequado, diga-me uma coisa: um espaço de 17 metros quadrados, retirando o espaço que está a ser serviço para outras circunstâncias, quantos lugares é que tem, seguindo as regras (no Corvo

também são seguidas!)? Diga-me uma coisa: qual é o espaço? Quanto alunos é que lá cabem?

Faça essa regra! Diga quantos!... Diga quantos!

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Ele não sabe!

O Orador: V. Exa. diz: eu não acho que seja necessário. É confrontado com estas citações e não tem resposta.

Depois V. Exa. diz: eu não venho aqui fazer um comício.

Mas quem é que vem aqui politizar, falar em partidos, em eleições e em tudo isso?

Deputado Carlos Silva (*PS*): Mas qual é a distância entre a Santa Casa e a escola?

O Orador: Acha V. Exa. que eu estou preocupado com a sua candidatura?

Oiça: eu não lhe vou dizer, porque se eu tivesse de dizer em relação ao que eu acho da sua candidatura... Eu vou dizer-lhe que não fico triste. Eu teria de lhe dizer isso e outras coisas, mas não lhe vou dizer, Sr. Deputado. Não lhe vou dizer!

V. Exa. tem a escolha. O Partido Socialista confia em V. Exa., V. Exa. tem o apoio do Partido Socialista. Pronto! Responsabilidade do Partido Socialista.

Da minha parte eu nada tenho a dizer a esse respeito. Não tenho nada de mal a dizer a esse respeito, Sr. Deputado.

Para terminar esta matéria, eu devo dizer o seguinte:

Sr. Deputado, eu lanço-lhe um desafio:

Nestas questões nós temos de utilizar toda a frontalidade.

V. Exa. sabe que nas presentes circunstâncias, aquele espaço, aquele espaço tão pequeno, não serve dignamente os alunos. Já não pode servir os professores e os não docentes como a própria Santa Casa, porque não cabem.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Deputado, tome a decisão certa nesta matéria para que a sua consciência fique tranquila nesta matéria, Sr. Deputado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. O PPM também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez não estava para vir a debate, mas fui chamado pelo Sr. Deputado Iasalde Nunes do Partido Socialista, do Corvo.

Sr. Deputado, merece-me um esclarecimento, já que me pediu merece-me um esclarecimento:

Eu não fui candidato pela ilha do Corvo,...

Deputado Iasalde Nunes (PS): Mas pode ser!

O Orador: ... fui candidato pela ilha das Flores e ganhei as eleições, ao contrário do Sr. Deputado Iasalde Nunes que se fosse candidato por qualquer outro partido, nem era eleito. Foi eleito porque era candidato do Partido Socialista.

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Posso continuar, Sra. Presidente?

Presidente: Sras. e Srs. Deputado...

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero reafirmar novamente que aquilo que disse o Deputado Paulo Estêvão tem toda a razão e só pode ter uma leitura e dois caminhos.

O primeiro caminho é o seguinte: disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão que o Sr. Deputado Iasalde Nunes tinha uma grande influência na bancada do Partido Socialista e por isso estava condicionando a que o Partido Socialista votasse contra a sua proposta.

Das duas uma: ou é isto que acontece e quem estava votando contra e obrigando o Partido Socialista aqui a votar contra à proposta do Paulo Estêvão é o

deputado eleito pela ilha do Corvo, pelo Partido Socialista e que nada contribui para que os corvinos tenham o mesmo direito...

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Mas ele é eleito ou não é eleito?

O Orador: ... que outros açorianos em qualquer parte das nove ilhas dos Açores; ou das duas uma, não têm influência nenhuma e pura e simplesmente o que está a fazer aqui é corpo presente.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Termino a minha intervenção a dizer que hoje os corvinos (tenho a certeza do que estou a dizer) não se sentem retratados pelas afirmações, pela atitude do Deputado Iasalde Nunes, eleito pelo Partido Socialista pela aquela ilha. Tenho a certeza do que estou dizendo. Conheço muito bem os corvinos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Iasalde Nunes tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, eu acho que nem o Sr. Deputado acredita naquilo que acabou de dizer, sinceramente. Eu não vou entrar nesse jogo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, pois não!

O Orador: Eu não posso de maneira nenhuma entrar nesse jogo. Quanto a ter sido eleito ou não ter sido eleito pelo Partido Socialista, tenho muita honra em ter sido eleito pelo Partido Socialista.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Se calhar é uma vontade recalcada que o Sr. Deputado teria de ser também um candidato pelo Partido Socialista.

Aquilo que o Sr. Deputado acabou de fazer nem é qualificável. Eu vou continuar a defender os corvinos, como sempre defendi,...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... até ao fim do meu mandato, com a elevação que este Parlamento merece.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é óbvio percebi perfeitamente que o Sr. Deputado Iasalde Nunes (percebi perfeitamente na sua intervenção) que só não pediu desculpa porque era uma vergonha pedir desculpa à frente de todos os Deputados. Na intervenção que fez percebi isso.

Sr. Deputado Iasalde Nunes, eu desculpo-o. Eu não sei é se os corvinos o vão desculpar na atitude que o senhor tem para não defender a ilha do Corvo, defendendo só o seu partido. Aí não acredito que os corvinos o desculpem e os corvinos vão perceber no dia das eleições que se calhar mais vale ter deputados não do Governo Regional para as coisas chegarem ao Corvo, mas deputados de outras forças políticas.

Deputada Graça Silveira (Independente): Muito bem!

(Aplausos do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Eu espero que os corvinos percebam que nada ganham em ter um deputado desta maioria musculada, porque nada leva para a ilha do Corvo.

Sra. Presidente, muito mais teria a dizer depois das declarações do Sr. Deputado Iasalde Nunes, mas por respeito a esta casa não o vou fazer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Secretário Regional tinha-se inscrito para participar no debate? E o Sr. Deputado José San-Bento?

Deputado José San-Bento (PS): Para uma intervenção.

Presidente: Para uma intervenção também. Então o Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

A posição do Governo neste debate é muito clara, num debate que já vai longo, e o Sr. Secretário Regional da Educação já manifestou de forma muito clara e de forma, diria mesmo, irrepreensível, aquela que é a posição do Governo sobre este assunto, que é, aliás, diga-se em abono da verdade, um dos assuntos talvez mais debatido aqui nesta câmara e neste plenário.

Mas este debate, também fruto das últimas intervenções do Sr. Deputado Paulo Estêvão e da intervenção do Sr. Deputado do Partido Comunista João Paulo Corvelo, resvalou também para outras discussões no âmbito daquilo que são...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É falso!

O Orador: ... os investimentos do Governo em cada uma das ilhas e daquele que é o trabalho dos legítimos representantes de cada uma das ilhas neste Parlamento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso falso! Ninguém falou nisso aqui!

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Não é verdade, Sr. Secretário!

O Orador: As últimas intervenções aqui do Sr. Deputado Comunista suscitam-me que possa também participar neste debate testemunhando aquele que tem sido o trabalho e o empenho do Sr. Deputado Iasalde Nunes no desempenho das suas funções.

Deputado Luís Maurício (PSD): O Governo não é deputado do Partido Socialista!

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): É mais ou menos uma coisa mista!

O Orador: Diz o Sr. Deputado do Partido Comunista, e disse também o Sr. Deputado do PPM, que o Sr. Deputado Iasalde Nunes seria um dos responsáveis pelo facto da ilha do Corvo não ter um refeitório escolar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Eventualmente será verdade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: O Sr. Deputado Iasalde Nunes, porque também já referiu aqui que vai votar contra esta proposta, é eventualmente um dos responsáveis políticos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: ... pelo facto do Corvo não ter um refeitório.

É eventualmente um dos responsáveis políticos pelo facto do Corvo não ter um refeitório, mas tendo em conta o mesmo critério que o Sr. Deputado do Partido Comunista referiu e que o Sr. Deputado Monárquico referiu, ficará muito claro então que da mesma forma...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Partido Popular Monárquico!

O Orador: ... que o Sr. Deputado Iasalde Nunes é o responsável, ou um dos responsáveis, pelo Corvo não ter um refeitório, isso também garante que o Sr. Deputado Iasalde Nunes é um dos responsáveis pelo Corvo ter um novo Porto do Casa,...

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Muito bem!

O Orador: ... pelo Corvo ter uma nova Torre de Controlo, pelo Corvo ter um grande investimento na pista do Corvo...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

... pelo Corvo ter um grande investimento na Santa Casa do Corvo, pelo Corvo ter um grande investimento na creche do Corvo e pelo Corvo ter felizmente muito e bom investimento público que não é feito para os corvinos do Partido Socialista, não é feito para os corvinos do PPM, é feito para todos os corvinos e para todos os açorianos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra agora o Sr. Deputado...

Deputado José San-Bento (PS): Prescindo!

Presidente: Prescinde.

Sras. e Srs. Deputados, de momento a Mesa não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 168/XI foi rejeitado com 30 votos contra do Partido Socialista, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do Deputado do PCP, 1 voto a favor do Deputado do PPM e 1 voto a favor da Deputada Independente.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo (bem-vindo), Srs. Membros do Governo:

Começo por dizer que votei favoravelmente esta matéria, porque a iniciativa é minha, mas também votei por convicção nesta matéria e em todas as outras que aqui apresento.

Quero afirmar aqui que me “mato” pelos interesses da ilha do Corvo e dos Açores e que apresento aqui sempre aquilo que eu acho que é melhor para o povo dos Açores e para o povo do Corvo.

Considero que mesmo nestas circunstâncias, a poucos meses das eleições, temos de manter a elevação e não podemos fazer o debate da politiquice como aqui foi feito na parte final, da responsabilidade do Governo Regional e do Partido Socialista.

Temos de nos centrar nos argumentos e os argumentos, Sr. Presidente, aproveito a sua presença aqui é que neste momento temos uma sala de 17 metros quadrados onde os alunos estão a comer, que não dá resposta às condições de segurança.

Só estou a referenciar a V. Exa., não estou a fazer nenhuma crítica porque sei que V. Exa. não pode falar, estou a dirigir-me para o informar sobre esta matéria única e exclusivamente nesse sentido e não irei fazer nenhuma referência negativa.

Estou apenas a dizer-lhe que é esta a situação e que esta situação tem de ser alterada, porque obviamente as regras de segurança têm de ser cumpridas em todas as ilhas, em todas as escolas e em todas as instalações.

É para esta situação que o quero sensibilizar.

Quero também dizer que acredito convictamente no caminho que fizemos em relação a esta matéria. Agora é possível que os alunos possam tomar refeições.

Acho que foi muito positivo e teve uma grande adesão por parte das pessoas e das famílias.

Foi muito importante também que os professores e não docentes também tivessem essa possibilidade, embora não possam frequentar o refeitório, porque não há espaço, porque é um refeitório demasiado pequeno.

Estamos a falar de investimento de 40 mil euros, Sr. Presidente, é o que falta para concluirmos um processo que no seu final irá permitir que professores, alunos e não docentes possam tomar as suas refeições na escola, num refeitório escolar igual aos outros nas mesmas condições e nas condições de segurança destes novos tempos.

Não é possível manter uma situação de total irregularidade. Não podemos olhar para o lado. Eu não vou olhar para o lado em relação a essa situação.

Nós podemos resolver isso e podemos resolver isto juntos e com sentido de responsabilidade.

A minha intervenção não tem esse sentido crítico.

Terminando: foram aqui referenciados projetos...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas isso é uma declaração de voto?

O Orador: Sim, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é repetir o debate!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Respeite o Regimento!

O Orador: É uma declaração de voto. É uma declaração de voto feita com elevação, sem críticas gratuitas e de forma construtiva.

Quero dizer-lhe, respeitando sempre o Regimento, porque nunca fugi do Regimento.

Portanto, o que eu estou a explicar é por que é que eu considero que este Projeto é importante. Eu não falei aqui de outras coisas. Poderia falar de muitos outros temas que foram aqui referenciados pelo Sr. Secretário Berto Messias, inclusivamente projetos que foram apresentados por mim, que ele atribuiu a

outros, mas não o vou fazer, porque não o posso fazer do ponto de vista regimental.

Agradeço, Sra. Presidente, esta oportunidade e quero aqui deixar – se calhar já só terei mais uma ou duas sessões – a promessa, uma promessa, que na primeira sessão da próxima legislatura, se eu merecer a confiança do povo do Corvo, apresentarei aqui novamente este processo e esta mesma proposta, e não descansarei enquanto não a resolver.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

Sr. Deputado Iasalde Nunes para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, já o disse anteriormente, os motivos que fazem com que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tenha votado contra este Projeto de Resolução é porque não se justifica a construção de um refeitório, uma vez que existe uma resposta eficaz por parte da Santa Casa da Misericórdia.

Esta resposta tem a concordância quer dos alunos, quer dos encarregados de educação, quer dos não docentes, quer da população corvina.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições para declaração de voto, vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18h30.

Eram 18 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 39 minutos.

Entramos agora no ponto 9 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 170/XI – “Valor da contratualização das refeições escolares na Região Autónoma dos Açores”**, iniciativa esta apresentada pela Sra. Deputada Independente.

Os tempos são os seguintes: o Governo Regional e o Partido Socialista têm 25 minutos; o PSD 20 minutos; o CDS 15 minutos, o Bloco de Esquerda 12 minutos; o PCP e o PPM 10 minutos e a Sra. Deputada Independente 12 minutos e meio.

Para apresentar a iniciativa tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É do conhecimento público as recorrentes queixas, tanto de pais como de professores, em relação à má qualidade das refeições escolares, assunto que tem sido motivo não só de discussão pública, como de vários debates nesta Assembleia Legislativa, facto que comprova o descontentamento dos demais envolvidos.

Pela consulta dos contratos de fornecimento de refeições pelas empresas de “catering” às escolas da Região, verificasse que o valor médio pago por refeição na região é de 1 euro e 70 cêntimos, havendo mesmo uma escola que contrata a 1 euro e 29 cêntimos, valores claramente insuficientes para poder confeccionar uma refeição equilibrada e de qualidade.

O valor pago pelos alunos por uma senha de refeição escolar é de 2 euros e 39 cêntimos, ou seja, um valor bastante superior ao que a escola paga pela confeção da refeição, constituindo este diferencial uma receita própria do fundo escolar, que é afeto à ação social escolar, como de resto assumiu o Governo.

Desta forma, são os pais das crianças, que não têm escalão, ou seja, que pagam o valor da senha por inteiro, que estão a financiar as refeições das crianças mais

desfavorecidas, pois estes que com os seus impostos, já estão a financiar o Estado Social.

Mas o mais importante é que o valor que os alunos pagam pela senha de refeição deveria servir para fazer face aos custos da sua confeção e não para compensar o subfinanciamento da Ação Social Escolar, ficando assim a qualidade das refeições escolares comprometida.

Assim, a presente iniciativa propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte Resolução:

Que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que as peças processuais do concurso de fornecimento de refeições (completa, ligeira e lanche) às escolas da Região Autónoma dos Açores, fixe como preço anormalmente baixo o valor inferior em 35% do preço base, preço estes que está fixado no artigo 109.º do Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/A, de 19 de julho, que continua ainda em vigor porque o diploma que regula as matérias relativas ao sistema de Ação Social Escolar está por publicar desde 2013.

A justificação da necessidade de fixar um preço anormalmente baixo, ao que obriga ao artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos, seria que, assegurar uma alimentação equilibrada e saudável das crianças e jovens matriculados nos estabelecimentos de educação e ensino da RAA, é um fator essencial para a sua qualidade de vida e saúde, quer física, quer psicológica.

Esta Assembleia recomenda ainda ao Governo Regional uma vigilância rigorosa das refeições servidas nos refeitórios escolares, de forma a monitorizar a quantidade e a qualidade das refeições, garantindo assim que estas satisfaçam efetivamente as necessidades nutricionais básicas dos alunos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, peço que se inscrevam, porque no processo legislativo comum podem inscrever-se as vezes que querem.

(Pausa)

Ninguém se vai inscrever? Vamos então passar à votação.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entendeu a Sra. Deputada Independente, Graça Silveira, trazer a esta Casa uma iniciativa que procura resolver vários problemas. Desde já, o primeiro, tem a ver com os valores demasiados reduzidos associados aos preços contratualizados para fornecimento de refeições escolares, os quais (esses valores), não permitem, e qualquer pessoa de bom senso irá concluir isso mesmo, a confeção de uma refeição nutricionalmente equilibrada.

Outro dos problemas que a Sra. Deputada aqui traz, que para nós não é um problema particularmente grave, apesar de entendermos a sua perspetiva, é que os alunos sem escalão estariam na realidade, e perante estes preços tão anormalmente baixos, a pagar pelos alunos com escalão, incidindo assim sobre as famílias destes alunos uma espécie de dupla tributação na prática, que era isso que aconteceria, porque de acordo com o sistema progressivo de impostos que nós temos, e ainda bem que assim é, as famílias com maiores rendimentos

são aquelas que contribuem mais e que perante esta situação estariam a contribuir, digamos que duas vezes, isto de forma muito crua.

Para nós isso não será particularmente grave, não é, digamos, que o essencial deste problema, até porque para nós este problema não existiria se fossem as próprias escolas a confeccionarem as refeições e a disponibilizarem essas refeições aos alunos. Portanto, esse problema não se colocaria e não estaríamos aqui a discutir este assunto.

Outro dos problemas que está associado a esses preços anormalmente abaixo tem a ver com a qualidade das refeições que são servidas. Esse foi, aliás, um problema levantado pelo nosso Grupo Parlamentar desde muito cedo, e devo aqui recordar que salvo erro que foi no final da legislatura de 2008/2012,...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): No início! Eu já estava cá!

O Orador: ... a Sra. Deputada, infelizmente falecida, Zuraida Soares, denunciou nesta Casa, através de um Projeto de Resolução que faltava aferir da qualidade das refeições escolares.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Foi em 2013!

O Orador: Mais!... Até nesse Projeto de Resolução o que se preconizava era que se definissem parâmetros de qualidade. À época, quando apresentámos essa iniciativa, julgaram que estávamos a apresentar um falso problema, a criar problemas onde eles não existem.

Recordo-me que houve até Deputados, inclusive Deputados da oposição, que disseram que era uma proposta sem sentido nenhum.

Estranhamente ou não, essa foi uma reivindicação que fez caminho nesta Casa, não só através do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, mas até e inclusive também através de Deputados que nesta Casa, à época, acharam que era um falso problema e que agora também se juntaram à nossa luta e ainda bem que assim é.

Acerca da qualidade, ou da falta de qualidade, essa é uma constatação não só do Grupo Parlamentar, mas também e repito, e reafirmo aquilo que disse na

discussão da iniciativa anterior, é uma constatação da própria Inspeção Regional da Educação, que ao visitar a Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico também concluíram que perante as condições oferecidas naquela escola, ou seja, uma escola que não só tem cantina como também tem cozinha e confeciona as refeições para os próprios alunos, apresenta uma qualidade acima da média na Região. Tanto é que merece os elogios dos pais e dos próprios alunos, ou seja, de toda a comunidade escolar.

Mas não só a Inspeção Regional da Educação.

Se notaram, durante o debate da iniciativa anterior, um Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nomeadamente o Sr. Deputado Iasalde, disse e reportou, que até existem várias queixas acerca da qualidade das refeições escolares que pululam pela Região inteira e que estranhamente...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Em muitas escolas!

O Orador: ... no Corvo isso não se constata e que essa não é uma realidade, o que quer dizer que até o Grupo Parlamentar do Partido Socialista confirma que há problemas na qualidade das refeições escolares.

Deputado Iasalde Nunes (*PS*): Até nos restaurantes há que fará nas escolas!

O Orador: Repito que para nós este problema resolvia-se de raiz se voltássemos a ter nas nossas escolas condições para as cozinhas funcionarem e para termos confeção própria e disponibilização das refeições aos alunos.

Esta solução aqui apresentada pela Sra. Deputada Independente, na realidade procura ser uma espécie de remendo sobre este problema e por isso mesmo terá da nossa parte a abstenção. Não terá o voto favorável porque consideramos que, de facto, o problema deveria ser resolvido a montante, ou seja, através da confeção própria das refeições.

A Sra. Deputada apresenta aqui várias possibilidades, não só a Sra. Deputada, mas também algumas escolas a quem foi pedido parecer por escrito mediante esta proposta.

Uma das soluções é aumentar o valor mínimo das adjudicações, é uma das soluções;

Outra das soluções é fazer coincidir o valor adjudicado ao preço máximo a aplicar aos alunos sem escalão, aliás essa é uma solução (claro que não é apontada pela Sra. Deputada Independente) apontada pelas Assembleias de Escolas, das Escolas Secundárias da Ribeira Grande e Escola Básica e Integrada dos Arrifes.

Portanto, estamos aqui perante várias soluções para resolver um problema que poderia ser resolvido através de um investimento feito pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, se houvesse vontade política para isso, ou seja, de voltarmos a ter cozinhas e confeção própria nas escolas.

O Partido Socialista também procura convencer tudo e todos que o aumento da dotação orçamental para o efeito, ou seja, para a aquisição de refeições escolares e o reforço feito a essa dotação por via do orçamento da Região para 2020, evitaria a prática de preços anormalmente baixos pelas entidades contraentes, mas essa não é uma solução mágica. Ou seja, não basta dotar as escolas com mais dinheiro para elas poderem, de certa forma, praticar preços condignos para a confeção de uma refeição que pudesse ser nutricionalmente equilibrada.

Mais!... De acordo com o princípio da autonomia das escolas, conjugado com o previsto no Código de Contratos Públicos, aliás que até foi referido pela Sra. Deputada Independente, e também referido por várias escolas, e refiro-me aqui aos pareceres por escrito das Assembleias de Escola da Escola Básica e Integrada da Maia, que refere que conjugando o princípio de autonomia da escolas com aquilo que está previsto no Código dos Contratos Públicos, ou seja, a possibilidade de se fixarem preços anormalmente baixos, as escolas poderiam, se assim entendessem, adotar a solução aqui preconizada pela Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (Independente): E que era justo!

O Orador: Mas fico na dúvida se essa é uma possibilidade das escolas ou se é uma possibilidade da DRE. Isto porquê? Porque há também uma Assembleia de Escola, neste caso da Escola Secundária da Lagoa, que diz que sim, que de facto é possível fixar preços anormalmente baixos, mas que essa não seria uma competência da escola, mas sim da Direção Regional da Educação.

Deputada Graça Silveira (Independente): E é!

O Orador: A minha dúvida, e é uma dúvida que eu coloco ao Sr. Secretário Regional da Educação, é quem é que tem razão? Se as escolas podem de facto fixar estes preços anormalmente baixos ou se terá de ser a DRE a fazê-lo.

Depois o Sr. Secretário refere, e passo a citá-lo, em sede de Comissão, que “os valores das refeições escolares, indexados às realidades das diferentes ilhas e às próprias condições de mercado, não permitem, digamos, que uma uniformização dos valores e que, por isso mesmo, devido aos mercados (quem diria?), a disponibilização de refeições a alunos da escola pública depende das vicissitudes dos mercados.

Deputada Graça Silveira (Independente): Mas a senha tem o mesmo valor em todas as ilhas!

O Orador: Portanto, devido a essas vicissitudes do mercado não era possível uniformizar os valores praticados pelas escolas.

Ora, de facto, eu fico com dúvidas, porque perante os valores que nos consultámos e fomos à base, portanto, ao portal das adjudicações, nós confirmámos aquela que é a assunção de toda a gente, de que os valores adjudicados são valores realmente muito baixos.

A dúvida que eu tenho, e que muitos das Sras. e dos Srs. Deputados/as devem ter, é: afinal perante estes valores, o que é que pode ser entendido como um preço anormalmente baixo?

Reparem, na Escola Básica e Integrada da Maia, e isto para o ano letivo 2018/2019, uma refeição completa teria sido adjudicada, a preços unitários,

como é óbvio, a 1 euro e 57 cêntimos, e a ligeira a 1 euro e 28 cêntimos, e, pasme-se!... Este preço inclui confeção, transporte e fornecimento.

Perante este preço, o que seria um preço anormalmente baixo? Seria gratuito?

Seria a própria empresa pagar à escola? Não sei! Acho difícil!

Portanto, há aqui autênticos mistérios, que precisam de ser desvendados, porque eu não compreendo, ninguém compreende, como é que se podem confeccionar e fornecer refeições a estes preços, isto em São Miguel.

De acordo com a teoria do Sr. Secretário Regional da Educação estes preços seriam diferentes em outras ilhas, consoante a dimensão do mercado, certo?

Então vamos consultar as adjudicações feitas pela Escola Básica e Secundária das Flores, para o ano, por exemplo, 2014/2015 e 2016. Uma refeição completa teve o custo unitário de 2 euros e 18 cêntimos; uma refeição ligeira, já por sua vez, tem o preço (a módica quantia) de 1 euro e 73 cêntimos. Mais uma vez, apesar de estarmos perante preços ligeiramente superiores aos praticados na Escola Básica e Integrada da Maia, são preços que mesmo assim para uma ilha como a das Flores, são muito, muito baixos.

Aliás, esse preço até desce. Nos anos letivos 2016, 2017 e 2018, e passam para 2 euros e 15 cêntimos para uma refeição completa e 1 euro e 70 cêntimos para uma refeição ligeira.

Perante isto, de facto, fica difícil perceber. Se mesmo assim as escolas tivessem competência, e o Sr. Secretário haverá de responder se de facto a competência para fixar preços anormalmente baixos, perante estes preços, o que seria um preço anormalmente baixo? Essa é uma das dúvidas.

Estes preços só são possíveis porque o mercado, este mercado, está dominado por aquilo que, eu não vou referir nomes de empresas, mas é um mercado dominado por “quatro mosqueteiros” que ao longo de 10 anos conseguiram garantir adjudicações (e isto por valores altos e arredondados) no valor de 6 milhões e meios de euros a escolas de toda a Região nos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente, Sr. Deputado!

O Orador: Estamos, sim, perante um mercado de oligopólios, que permite a descida combinada de preços para justificar o encerramento das cantinas escolares e conquistar um novo cliente garantido, neste caso as escolas, com o prejuízo quase sempre para a qualidade das refeições.

Como eu já disse e repito, uma escola não é um restaurante.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Uma escola, ainda por cima uma escola pública, tem o dever, a obrigação de fornecer um serviço que é público...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e esse serviço que é público vai para além da educação, porque afinal de contas até mesmo o fornecimento de refeições pode ser visto como uma componente educativa e pedagógica.

Portanto, perante isto, acho que sobram imensas dúvidas sobre como é que se conseguem praticar estes preços se não em verdadeiro clima de oligopólio, e combinação dos mercados para justificar o encerramento de cantinas e de cozinhas nas escolas na Região.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS tem sempre acompanhado com atenção as queixas relativas à qualidade das refeições escolares e considera que efetivamente existe um problema que tem de ser resolvido de forma a garantir a qualidade destas refeições fornecidas a todo o universo da comunidade escolar.

Entendemos por isso que os fornecimentos destes serviços devem observar integralmente as condições constantes nos cadernos de encargos, garantindo assim as exigências nutricionais estabelecidas, bem como a qualidade da

confeção e as condições higiénicas de acomodação e fornecimento, através de uma competente monitorização e fiscalização.

Neste sentido, acompanhamos as preocupações anunciadas a este propósito pela Sra. Deputada Independente.

Reconhecemos que quanto mais baixo for o valor contratualizado, mais difícil será garantir a qualidade e o equilíbrio nutricional das refeições, mas há algo que consideramos fundamental, há algo que consideramos que é o caminho para garantir a qualidade das refeições escolares, é que as empresas a que são adjudicadas as refeições escolares têm de cumprir o caderno de encargos, tem de cumprir as especificações quanto à qualidade e ao equilíbrio nutricional.

É preciso que as empresas, quando apresentam as suas propostas, sejam responsáveis e saibam que se não cumprirem serão penalizadas e acreditamos que o caminho para se tentar contornar esta questão da qualidade das refeições escolares que é algo que já foi amplamente debatido, mas que ainda não se conseguiu alcançar o propósito e essa mesma qualidade, tem de passar por aí, porque a verdade é que no Plano e Orçamento foi aumentado o valor da refeição escolar completa, de 50 para 75, de 30 para 45%, ou para 60%, e isso é bom, mas o que acontece é que as empresas que concorrem, não concorrem a chegar ao valor máximo. Concorrem por valores mínimos.

Mas o que nós acreditamos, porque também estipulando um valor mínimo, não vai ser garante dessa mesma qualidade e o trabalho que acreditamos que tem de ser feito, é dar ferramentas às escolas, apoio administrativo, mais fiscalização, uma fiscalização mais ativa, *in loco*, presente, não só através das ementas que são enviadas por email, mas presencialmente, e haver efetivamente esse controlo e dar ferramentas às escolas para poderem denunciar contratos para que as empresas tenham penalizações daquilo que estão a oferecer.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não há! Está no caderno de encargos!

A Oradora: O Grupo Parlamentar do CDS considera que o caminho é esse e é nesse sentido que não acompanhamos a iniciativa da Sra. Deputada Independente, porque a verdade é que a qualidade tem de passar por isso,...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

A Oradora: ... por esse caminho que vai ter de ser feito, e só passa por as escolas darem essas ferramentas, porque a verdade, e vou dar aqui um exemplo que não tem a ver com as escolas, mas é o que se aplica, porque estamos aqui a ver e o que é aplicado, através desta contratualização é a lei dos contratos públicos, o que acontece aí, é como acontece nas nossas casas: eu quero colocar uma janela e tenho alguém que me vai colocar a janela por 700 euros ou outra por 1000, se as condições e as exigências que eu estou a pedir for pela de 700, eu vou pela de 700.

A verdade é que estipular um valor mínimo não vai ultrapassar esta questão e esta questão da qualidade, que sabemos que muitas vezes não acontece nas refeições que são servidas aos nossos alunos, tem de passar, independentemente até de concordarmos com aquilo que já foi dito pelo Deputado Paulo Mendes, pelas cantinas. Na altura que tínhamos cantinas nas escolas não se punham estas questões referentes à qualidade e havia um maior garante da qualidade.

As próprias escolas que têm regime duplo, ou seja, que têm escolas onde servem refeições neste regime de contratualização e têm ainda cantinas, que são poucas (é verdade, mas ainda existem), são as próprias a dizê-lo.

Portanto, o que tem de haver aqui é uma fiscalização efetiva dos compromissos que as empresas se propõem a cumprir através dos cadernos de encargos, haver penalizações para essas empresas caso não cumprirem, para elas também quando apresentam as suas propostas fazerem num ato responsável e que sabem que têm de cumprir aquela qualidade e aquele equilíbrio nutricional que é exigido.

Portanto, para finalizar quero reiterar esta nossa posição. Entendemos que efetivamente há um problema relativamente à qualidade das refeições escolares,

há um equilíbrio nutricional, porque a verdade é que para muitos alunos, infelizmente, essa é a única refeição completa que estes têm no seu dia, e, portanto, o caminho tem de passar por essa fiscalização apertada, por esse controlo, porque sem isso não iremos chegar lá.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de iniciar esta minha intervenção relativa ao Projeto de Resolução apresentado pela Sra. Deputada Independente, a Sra. Deputada Graça Silveira, que ao fim e ao cabo versa sobre as refeições escolares.

Eu gostaria de dizer algo que me parece de significativa importância que é de certa forma assinalar aquela que é a posição da Sra. Deputada Independente no seu ponto 2 resolutivo, no que diz respeito a uma refeição equilibrada, a uma refeição saudável, a uma refeição que vá ao encontro das necessidades nutricionais das nossas crianças, jovens, docentes e não docentes também.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Dizer que acompanhamos e de certa forma realçamos que a Sra. Deputada Graça Silveira se aproxime daquele que tem sido o entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não de há uns meses, não de há um ano, mas há muitos, muitos anos.

Este tem sido um percurso bastante consistente, um percurso que tem sido feito não e só relativo ao valor da contratualização das refeições, mas um valor que vai muito para além do valor das contratualizações.

Nós estamos a falar de um percurso que levou às nossas escolas um Manual de Refeições, de um percurso que levou às nossas escolas um caderno de encargos, sim, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, um caderno de encargos que tem

efetivamente um conjunto de direitos e deveres com penalizações, inclusive num dos seus artigos.

Temos um percurso que tem tido um reforço considerável de nutricionistas na Direção Regional para que possam acompanhar efetivamente e fiscalizar o trabalho que é feito.

Temos um percurso excecional na área da saúde escolar que vem responder às necessidades da alimentação saudável nas escolas.

Temos umas escolas que se interessam, que se empenham na elaboração de planos de atividade onde a questão da alimentação saudável é prioritária.

Portanto, isto é um percurso, é um património de construção da garantia de melhores condições para uma alimentação equilibrada, para uma alimentação saudável para as nossas crianças.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Neste ponto, Sra. Deputada, estamos perfeitamente de acordo consigo.

Mas o Projeto de Resolução que aqui foi apresentado, Sra. Deputada, permita-me que lhe diga que as considerações feitas, nomeadamente aquela que refere às receitas relativas à própria escola, ao valor pago pelos alunos e esta diferença, em nada tem a ver com o seu ponto resolutivo. Em nada, absolutamente, tem a ver.

O ponto resolutivo que a Sra. Deputada aqui traz, o ponto resolutivo principal, o ponto resolutivo 1, que é um ponto que vem dizer que os cadernos de encargos deverão ter 35%, relativamente ao preço anormalmente baixo,...

Deputada Graça Silveira (Independente): Preço base!

A Oradora: ... devo dizer, Sra. Deputada, e com toda a atenção que mereceu a sua proposta e toda a atenção que mereceram os pareceres recebidos, e toda a atenção do percurso que tem sido feito ao nível do Governo Regional no que respeita a esta liberdade que é dada às escolas para a contratação com as empresas, que este Projeto Resolução, no seu ponto 1, tem pelo menos duas

fragilidades e eu gostaria aqui de partilhar com esta Casa aquelas que são as fragilidades.

São fragilidades, não apenas e só de uma opção legítima da Sra. Deputada, mas são fragilidades de que poderão pôr em causa, inclusive, numa eventual prática, contratos, concursos a zero, concursos vazios, concursos desertos. Eu passo a explicar:

A Sra. Deputada vem dizer que pretende que o valor anormalmente baixo seja considerado de 35% para todas as escolas.

Sra. Deputada, isto é não considerar desde logo as realidades de cada uma das ilhas, é não considerar a realidade de cada uma das escolas, é tratar de forma igual situações completamente diferentes.

É dizer que todas as escolas passarão a ter um valor fixo anormalmente baixo.

Eu dar-lhe-ei um exemplo:

Há pouco o Sr. Deputado Paulo Mendes referiu um conjunto de valores associados a um conjunto de contratos elaborados com as escolas e, por exemplo, na aplicação deste Projeto de Resolução, por exemplo, a Escola Básica Integrada das Flores, não poderia, nunca, realizar o concurso, que 2 euros e 18 cêntimos estaria acima do preço anormalmente baixo.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Mas pode contratualizar acima, não pode é contratualizar abaixo, Sra. Deputada!

A Oradora: Portanto, aqui o que se estaria a fazer era dizer que todas as escolas, de todas as ilhas, passariam a ter o preço anormalmente baixo único. Repito: seria tratar igual o que é diferente. Isso para nós não faz qualquer sentido. Nós vivemos em ilhas diferentes, com condições de mercado diferentes, com capacidade de intervenção diferente e isso deve ser respeitado pelas escolas que devem considerar, na elaboração do caderno de encargos, aquele que é, face à sua realidade, o preço considerado anormalmente baixo.

Esta é a primeira razão no seu ponto resolutivo que é de querer tratar de forma igual aquilo que não é diferente, e o Partido Socialista respeita a autonomia das escolas e como tal os graus de liberdade que elas devem ter.

Em segundo lugar, na leitura que nós fazemos relativamente à apreciação deste ponto resolutivo no que respeita ao Código de Contratação Pública, eu gostaria de partilhar com a Sra. Deputada algo que também me parece ser importante.

Foi referido em sede de Comissão, e a Sra. Deputada, e muito bem tentou defender, mas sinceramente não conseguimos ir ao encontro, porque não nos consegue explicar algo tão básico como isto: o Código de Contratação Pública, a versão de 2008, Sra. Deputada (e isso nós, quase em jeito de apartes falamos em sede de Comissão), efetivamente estipulava uma percentagem para o preço anormalmente baixo. Estipulava 40% e noutra condição 50%.

Com a revisão relativamente recente, em 2019, foi abolida esta possibilidade de fixar percentagens.

Eu acho que todos nós devemos perguntar por que razão o legislador, a dada altura, quase 11 anos depois, decide retirar os 40% e os 50% no Decreto-lei 18/2008, naquela que é a sua revisão, no Decreto-Lei 170/2019, no artigo 71.º? Por que é que faz isso?

O entendimento que nós temos na leitura que fazemos, e também de outras leituras que cruzadas feitas no que diz respeito a esta atualização é algo que nos parece simples. Não se deve obrigar a entidade a um valor fixo, mas sim dar graus de liberdade. Efetivamente podem ser os 35, podem ser os 40, podem ser os 50, só o que a Sra. Deputada veio aqui dizer não é que as escolas estipulem valores normalmente baixos, com uma percentagem. Vem é fixar uma percentagem. Vem dizer que é 35%.

Ora, isto contraria aquela que é a inovação da própria legislação no âmbito do Código de Contratação Pública.

Em terceiro lugar, nós também lemos os pareceres e o que nos parece é que há um conjunto de pareceres que de certa forma são favoráveis àquilo que todos

nós nesta Casa somos favoráveis, uma alimentação melhor, uma alimentação mais equilibrada, uma alimentação que vá ao encontro das nossas crianças.

Cá já falámos várias vezes sobre este conceito de alimentação que vai ao encontro da comunidade escolar. É um conceito subjetivo. O que nós temos aqui de garantir é que a refeição tenha aqueles que são os valores nutricionais, os valores calóricos, os valores energéticos. Estas são as condições que temos de garantir.

Para isso há um conjunto de nutricionistas, há ementas que são elaboradas, porque nunca nas nossas escolas poderemos ter as refeições que temos nos restaurantes de *fast-food* ou até na nossa casa. Isto é uma realidade e nós sabemos disso.

O que se passa é que também a proposta da Sra. Deputada, como também se pode bem ler nos pareceres, não foi perceptível às entidades escolares, à comunidade educativa, à Assembleia de Escola. Algumas, efetivamente, Sra. Deputada, disseram que sim, favoravelmente ao Projeto de Resolução, mas escolas como a das Flores, como a da Maia, a de Santa Maria e a de Angra do Heroísmo que não conseguiram perceber o que efetivamente a proposta em si vinculava.

Este também é algo que fragiliza, no nosso entendimento, a proposta que a Sra. Deputada aqui nos traz, que é uma proposta que, como nós dissemos, quer tratar igual aquilo que é diferente, não vai ao encontro da inovação do Código de Contratação Pública.

Há, por parte das Assembleias de Escolas, uma dificuldade na interpretação daquilo que é feito, e o que queremos aqui realçar, que nos parece bastante positivo, é o caminho que tem sido feito.

Esse caminho que tem sido feito, Sra. Deputada, como também a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras disse, vai muito para além do valor.

É um processo de construção, é um processo de trabalho e nesse processo de trabalho é inegável que tem sido feito por este Governo Regional, no âmbito da

alimentação nas escolas. E há pouco dizia o Sr. Deputado Paulo Mendes, referindo uma intervenção do Sr. Deputado Iasalde Nunes, que não me parece que foi dita dessa forma...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Disse, disse!

A Oradora: ... mas o Sr. Deputado disse assim, mas esqueceu-se o Sr. Deputado Paulo Mendes de dizer algo bastante interessante. É que na escola do Corvo, que as refeições são fornecidas por uma empresa, a Santa Casa da Misericórdia que está ali ao lado, não há reclamações.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Pagam 5 euros por cada refeição por isso não há reclamações!

A Oradora: O Sr. Deputado esqueceu-se dessa questão. Essa questão foi esquecida.

Portanto, Sra. Deputada, aqui é importante o trabalho que tem sido feito, o trabalho de criar regras para as escolas, para a concessão das ementas, o trabalho de ter um caderno de encargos que respeite mais fiscalização, mais apuramento daquele que tem sido o trabalho feito.

Não podemos nunca esquecer aquele que foi o investimento do Governo Regional neste Orçamento de 2020, que foi de aumentar de 50% para 75% o valor base da refeição, mas este, Sras. e Srs. Deputados, no nosso entendimento, em termos de alimentação é um combate de todos.

Não é unicamente um combate do Governo Regional, não é unicamente um combate do valor anormalmente baixo, não é unicamente o combate do valor inscrito no caderno de encargos, isto é um combate de todos. É o combate de uma alimentação saudável, que começa na casa, que continua na escola.

Esse é um trabalho de todos, que todos devemos fazer.

Achar que é um valor anormalmente baixo tratar todas as escolas por igual, não olhando às suas especificidades, não indo ao encontro da evolução do Código de Contratação Pública, é negar a evolução, é negar a capacidade que cada um tem de responder a este enorme desafio que é da alimentação saudável, e aí nós

temos feito um trabalho, que é um trabalho de evolução e onde a saúde escolar é inevitável, tem feito um enorme esforço.

Quero terminar dizendo que não é possível dizer o que este Governo não tem feito, mas é possível sim dizer o que este Governo tem feito: são mais de 46 mil consultas na área na nutrição, são mais de 142 vistorias contínuas feitas às nossas escolas em termos de inspeção, de fiscalização, de verificação.

Isto é um trabalho de quem se orgulha de que é possível fazer a mudança; é um trabalho de quem se orgulha que a alimentação saudável é uma função de todos e o valor inscrito no caderno de encargos é apenas e só uma “pequena areia” no meio de toda esta situação.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A alimentação saudável nas escolas da região deve ser uma prioridade dos decisores políticos, nomeadamente se tivermos em conta que a Região Autónoma dos Açores é a região com a maior taxa de obesidade infantil...

Deputada Mónica Seidi e Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e que os maus hábitos alimentares têm repercussões ao nível da saúde, com consequência do aproveitamento escolar dos Açores. Já aí podemos questionar a tal eficácia das consultas de nutrição.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Uma em cada três crianças!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não podemos ignorar que um número significativo de crianças e jovens açorianos não tem recursos financeiros e sociais que garantam o consumo de fruta e de vegetais na quantidade e regularidade desejáveis, e que

são essenciais para qualquer criança e jovem que esteja em idade escolar e que esteja em desenvolvimento.

A infância, como sabemos, e a adolescência são períodos de um rápido crescimento físico e desenvolvimento cognitivo, e aquisição de competências sociais e comportamentais, pelo que um padrão alimentar adequado e ajustado às necessidades de cada um assume um papel preponderante na promoção e desenvolvimento adequado a estes períodos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não há qualquer dúvida que a alimentação das crianças e jovens é concessionada pela escola, pela família, pela comunidade em geral, pelo que os refeitórios escolares assumem espaços privilegiados na educação para a saúde, na promoção de estilos de vida saudáveis e de equidade social.

Muitos alunos passam grande parte do seu dia na escola, onde almoçam, logo cabe à escola a responsabilidade acrescida de oferecer refeições saudáveis, equilibradas e seguras que ajudem a preencher as necessidades nutricionais dos nossos alunos.

A opção dos alunos pelo refeitório é, ou pelo menos devia ser, vantajosa, quer do ponto de vista nutricional, quer do ponto de vista energético, quer da relação entre os diferentes nutrientes.

Assim sendo, o PSD Açores entende que as escolas enquanto espaços educativos e promotores da saúde devem criar cenários valorizadores de uma alimentação saudável, não só através dos conteúdos curriculares que vão sendo administrados, como também através da oferta alimentar em meio escolar, para que todas as crianças, adolescentes e jovens, sejam progressivamente capacitados a fazer as escolhas saudáveis.

A verdade é que cada vez mais a confeção das refeições é assegurada por empresas no ramo e nesse sentido o que se exige é que os cadernos de encargos obedeçam aos requisitos de segurança alimentar, qualidade nutricional e

quantidade recomendada para estas crianças e jovens em idade escolar, mas também o que se exige é uma rigorosa ação fiscalizadora...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... por parte da tutela e das escolas quanto ao cumprimento dos critérios exigidos.

Os próprios pareceres alertam para esta necessidade, para uma fiscalização rigorosa relativamente ao cumprimento dos cadernos de encargos.

Em concreto, no que ao valor da contratualização das refeições escolares diz respeito:

Em primeiro lugar, queremos registar positivamente, como já tive o cuidado de o dizer em sede de Comissão de Assuntos Sociais ao Sr. Secretário, a norma introduzida em sede de orçamento regional para 2020 no qual reforçou o custo máximo das refeições. No entanto, a norma por si só não é garante da qualidade e valor nutricional das refeições confeccionadas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... porque entendemos que pagar mais não significa melhor qualidade do serviço prestado.

No entanto, em segundo lugar, é necessário garantir que o valor da contratualização das refeições escolares permita que a entidade adjudicada garanta, ao fornecer estas refeições, qualidade e quantidade nutricional desejada.

Só que consultados os vários cadernos de encargos e os valores contratualizados será uma missão impossível fornecer uma refeição nutricionalmente equilibrada por um 1 euro e 70 cêntimos, por 1 euro e 54 cêntimos e por 1 euro e 28 cêntimos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Conforme refere o parecer da Escola Básica e Secundária das Flores, e passo a citar, “no fundo, o melhor dos dois mundos, é o que se tenta atingir nos refeitórios das escolas públicas”, pelo que o Grupo Parlamentar do

PSD-Açores reconhece o princípio subjacente à iniciativa apresentada pela Sra. Deputada Graça Silveira.

Contudo, no nosso entendimento, a mesma não foi bem materializada. Senão vejamos:

A Sra. Deputada Graça Silveira pretende na sua iniciativa que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que as peças processuais do concurso de fornecimento das refeições, completa, ligeira e lanche, às escolas da Região, fixe como preço anormalmente baixo, o valor inferior a 35% aos custos fixados no artigo 109.º do Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário.

Ora, no nosso entendimento, o que fazia sentido era que a Sra. Deputada Graça Silveira apresentasse uma alteração legislativa ao Estatuto do Aluno, em que aditasse uma norma, caso pretendesse avançar com este propósito, que dispusesse que para os efeitos do procedimento de aquisição das refeições pelas escolas da Região, deverá considerar-se que o preço anormalmente baixo deve ter como limite 35% do preço base fixado nas peças do procedimento. Não é isso que está lá escrito.

Disse.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não deixa de ser interessante verificar que este é um assunto que é trazido recorrentemente a esta casa, que toda a gente reconhece como pertinente e que ninguém quer mexer. Basicamente é isto.

Em relação ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, eu reconheço a coerência, mas a verdade é que não sendo possível voltar a um regime em que todas as escolas tenham as suas próprias cantinas, que eu concordo que seria a forma

mais eficaz de controlar a qualidade das refeições que ficaria completamente na tutela da Direção Regional da Educação, não sendo possível isso, também não se quer aprovar uma medida que na realidade atual, que é o que se passa, que é na contratualização às empresas de *catering*, pelo menos colocar um travão num valor mínimo onde se garanta que pela via do preço, não é que um preço elevado vá poder garantir uma melhor qualidade, mas um preço miserável seguramente não o permite. Basicamente é isto que estamos aqui a discutir.

Exatamente por isso é que existe o segundo ponto resolutivo.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, com todo o reconhecimento da sua competência, e não só, devo dizer-lhe que na sua argumentação diz: eu reconheço que um preço anormalmente baixo não pode garantir nunca uma refeição de qualidade, mas nós achamos, Grupo Parlamentar do CDS, que é pela via da fiscalização que se chega lá.

Eu também concordo, mas é exatamente por isso que existe o segundo ponto resolutivo. Por um lado tem de haver fiscalização, e não é fiscalização dos contratos, é fiscalização das refeições que é o que eu digo, que é o que falta, é uma monitorização da qualidade das refeições que é o que não existe, porque uma coisa é uma fiscalização às escolas... Está dito que hoje a ementa era grão de bico com não sei quê e salada de peixe.

Pronto! E olha-se para o prato e efetivamente é o que está lá. Agora se tem 5% de peixe, ou se tem 50% de peixe faz toda a diferença, porque a maior parte das vezes a salada de peixe é salada de batata.

Portanto aquilo que tinha de haver é efetivamente um controlo da qualidade das refeições, e isso é o que está faltando nas escolas e como a Sra. Deputada Catarina disse, e bem, as escolas não têm meios para o fazer e está no segundo ponto resolutivo.

Agora se me dissesse “eu não posso, em projetos de resolução, votar os dois pontos separadamente, portanto concordo com o segundo, mas não concordo com o primeiro”, eu até entendia. Agora, concorda com o primeiro, mas acha

que se chega é pelo segundo e por isso não pode acompanhar, eu, sinceramente, não compreendo.

Em relação à Sra. Deputada Sónia Nicolau, diz que uma das principais fragilidades desta iniciativa (são duas, mas a principal, vou começar por uma, já sei que foram duas ou três, vou começar pela primeira) é tratar por igual tudo o que é diferente.

Olha, Sra. Deputada, eu pergunto-lhe uma coisa: qual é que é o preço base a contratualizar por todas as escolas?

Eu digo-lhe: é 75% do subsídio de refeição que a senhora aprovou aqui no Plano e Orçamento, igual para todas as escolas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Qual é que é o preço de uma senha de cantina nas escolas da Região? É 2 euros e 39 cêntimos, igual em todas as escolas da Região.

E então vem me dizer que no contrato tem de ser o preço anormalmente abaixo, tem de ser calculado com base no preço base de contratualização que está definido no 109.º.

O preço base que está fixado no 109.º diz: 75% do subsídio de refeição. Até posso dizer-lhe que o subsídio de refeição é 4 euros e 77 cêntimos e dá 3 euros e qualquer coisa o preço máximo; 35% disso, que é o anormalmente baixo, na prática é 2 euros e 33 cêntimos.

Basicamente aquilo que estamos aqui a conversar e que muitas escolas acharam que era meio confuso, basicamente aquilo que se pretende no ponto 1 resolutivo é não poder contratualizar nenhuma escola da Região com uma empresa de *catering* a um valor inferior a 2 euros e 33 cêntimos.

Eu não posso dizer isto desta forma uma vez que o preço base no DLR está indexado ao subsídio de refeição que é variável, que agora por acaso é 4 euros e 77 cêntimos, portanto dá 2 euros e 33 cêntimos, mas amanhã deixa de ser.

Portanto, a redação tinha de ser esta e só esta: 35%.

A segunda fragilidade da Sra. Deputada que eu não acompanho a inovação...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Vai contra!

A Oradora: Não vai nada contra, Sra. Deputada. Eu ouvi-a atentamente e sei o que me custou. Agora vai ter de fazer um compasso de espera e vai ter de me ouvir também.

A alteração que houve e que era inconstitucional antes, dizia, no 29.º, e tenho aqui a redação, na omissão de estar definido no contrato um preço anormalmente baixo, na Região, e era só na Região, assumia-se que o preço anormalmente baixo era 40% e isso não era constitucional.

Portanto, retiraram isso.

Ou seja, neste momento, para realizar um contrato, se quiser fixar um preço anormalmente baixo, tem de ser lá dito quanto é: se é 35%, se é 20%, se é 10%.

Antigamente, que foi a alteração que a senhora disse, na omissão da fixação deste valor, era automaticamente assumido para todos os contratos que seria 40% e isso é que desapareceu. Portanto, ainda vai dar mais razão,...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não vem não!

A Oradora: ... porque se tivesse os 40% a funcionar, de 40% para 35% era uma diferença de 15 cêntimos que estaríamos a falar.

Portanto, por maioria de razão agora faz todo o sentido que tenha de estar lá fixo o preço anormalmente baixo.

Em relação à posição da bancada do Grupo Parlamentar do PSD, eu não percebi bem qual era a parte que não podiam acompanhar, porque isto é um Projeto de Resolução e ainda ontem o PSD aprovou um Projeto de Resolução ao Bloco de Esquerda que propunha alterar o artigo 40.º e com o princípio concordavam, puderam acompanhar.

Eu não faço a alteração, mas até explico-lhe: eu não faço alteração ao 109.º porque o 109.º remete para 2007, que já devia ter sido alterado. Neste momento está valendo o de 2013 e só os artigos que se referem à ação social escolar é que ficaram pendurados, digamos assim, e que continuam a valer, nomeadamente o das refeições, porque a regulamentação da Ação Social Escolar está por

publicar desde 2013, quando passou a vigorar o novo Estatuto do Aluno e foram mantidos pendurados só estes artigos do 91.º ao 130 e não sei quê.

Como este é o 109.º que se refere à Ação Social Escolar, eu não vou fazer uma alteração ao artigo 109.º quando eu acho que ele não tem de ser alterado. Ele tem de sair dali, do DLR de 2013, que continua a fazer valer o de 2007, porque no artigo 2.º diz claramente que continua a valer, porque fica a aguardar a publicação da regulamentação da Ação Social Escolar.

Portanto, quando houver a publicação da regulamentação da Ação Social Escolar, e se voltar a definir o preço das refeições escolares, além de definir o teto máximo, como está atualmente, que é 75% do subsídio de refeição, colocam lá também um valor mínimo, 35% que me parece justo, que dá o preço de contratualização de 2 euros e 33 cêntimos e nem sequer vai ter custos acrescidos, porque as crianças pagam 2 euros e 39 cêntimos.

Ou seja, o que se paga por uma senha atualmente nas nossas escolas cobre os 2 euros e 33 cêntimos da contratualização e as crianças que não podem pagar, que têm escalão, a Ação Social Escolar é que tem de cobrir (ponto), porque aquilo que as crianças pagam na escola, se se definiu que o preço que uma criança paga na escola é de 2 euros e 39 cêntimos, é porque se considera que esse é um valor justo para se conseguir fazer uma refeição de qualidade e nutricionalmente equilibrada.

Portanto, se é isso que a criança paga é isso que a escola tem de pagar pelos custos da sua confeção. Não faz sentido que não seja de outra forma e mesmo assim já é um valor relativamente baixo.

A Sra. Deputada diz que não sabe o que é a qualidade nutricional, mas todos nós sabemos que rendas baixas optam sempre por hidratos de carbone, ou seja, massas, batatas, etc., etc., que é aquilo que está disponível mais barato no mercado, que antigamente se dizia que era pão, e que são tudo aquilo que é do mais desequilibrado nutricionalmente, porque as fontes proteicas, as fontes de vitamina, etc., etc.,...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

... é tudo aquilo que no mercado tem um preço muito mais elevado.

Portanto, fazia o apelo se todas as bancadas conseguem acompanhar naquilo que é efetivamente necessário fazer, sabemos que não é por aumentar o preço base de contratualização que se vai se resolver o problema, mas é um princípio e é dar um sinal que as coisas não podem continuar assim.

Caso contrário, ao continuarmos omissos e a permitir que na Região se contratualizem refeições a 1 euro e 70 cêntimos e a 1 euro e 20 cêntimos e depois não têm como vir dizer que afinal não se concorda com a qualidade das refeições.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Ao longo desta legislatura e na anterior legislatura eu tenho acompanhado esta questão de forma pormenorizada, tive até a oportunidade de solicitar, através de requerimento muita informação sobre esta matéria, os cadernos de encargos, por exemplo. E não estando alguma dessa informação disponível, nós próprios telefonámos para as escolas e solicitámos esta informação e pude fazer uma listagem dos preços, dos custos das refeições escolares nas diversas escolas e há de tudo: há preços de 1.38€ e no Corvo está a pagar-se 3€.

Há uma diferença, há uma diversidade enorme, em relação aos preços e a qualidade, a diversidade da qualidade é também enorme.

Eu devo dizer que, à partida, tenho de fazer esta referência, que não é pessoal, à Sra. Deputada Sónia Nicolau, a Sra. Deputada neste debate tem uma fragilidade (várias, mas há uma que é evidente). É que a Sra. Deputada foi um dos

deputados que votou contra a construção de um refeitório escolar na ilha do Corvo.

A Sra. Deputada foi uma das deputadas que votou contra que fossem servidas refeições aos alunos de uma escola e de uma ilha, excluindo esses alunos dessa oportunidade. Essa é uma enorme fragilidade.

Depois dizer que valoriza muito os nutricionistas quando deixa dezena de miúdos de uma ilha sem oportunidade de terem acesso a refeições, que foi o que V. Exa. fez no início desta legislatura, fragiliza a sua posição.

Votou contra! Foi um dos deputados (e eu não me esqueço!) que votou contra.

Depois também é uma das Sras. Deputadas que tem outra fragilidade, porque é uma das Sras. Deputadas que eu acabei de referenciar numa discussão anterior, que tem tudo a ver com as refeições escolares e as condições em que elas são tomadas. Dizer que há um conjunto de alunos que em plena pandemia, sabe onde é que estão a comer, na ilha do Corvo (da região toda)? Mas sabe onde é que esses alunos estão a comer? Eu tive oportunidade de lhe dizer que esses alunos estão a comer na Santa Casa da Misericórdia, junto dos idosos.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Podemos repetir o debate anterior, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, é nesse tipo de condições e sobre isso, Sra. Deputada, a senhora não disse nada, absolutamente nada.

E sobre as condições de segurança, deste conjunto de alunos comer em 17 metros quadrados...

Deputada Sónia Nicolau (PS): O que é que isso tem a ver com este diploma?

O Orador: 16 alunos estarem a tomar as suas refeições em 17 metros quadrados...

Presidente: Sr. Deputado, não vamos repetir o debate.

O Orador: ... sobre isso o que é que a Sra. Deputada disse?

Nada! Também não disse nada!

Portanto, a sua fragilidade é estar calada em relação a este tipo de situações,...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Ó Sr. Deputado!

O Orador: ... porque perde o sentido ético, o sentido ético tem de ser universal em todas as situações e não apenas quando interessa.

Eu tento ter esse sentido ético, não digo o sentido ético no sentido pejorativo; o sentido ético de termos uma posição em que todas as vidas, todas as situações nos merecem igual respeito.

Portanto, é essa a fragilidade.

Agora vou dizer-lhe que em relação a esta proposta, de forma concreta, há aqui uma questão essencial. É uma desigualdade tremenda.

A Sra. Deputada acabou de dizer, para quem estava a dizer que se trata de forma igual situações diferentes, isso é o que os senhores estão a fazer, não olharam para as diferentes realidades e é por isso que depois concretamente nós temos esta diferença de preços e esta diferença de qualidade. Isso foi o que os senhores fizeram ao longo deste período.

Portanto, esta questão... Dizia-me a Sra. Deputada também, a fiscalização.

Deputada Sónia Nicolau (PS): São questões de técnicos!

O Orador: Olhe, eu não acredito na qualidade da fiscalização, digo-lhe já. Não acredito na fiscalização que é feita. Não acredito na qualidade e na independência da fiscalização que está a ser feita nas nossas escolas, porque nós temos conhecimento de situações que nos são relatadas pelas famílias e pelos alunos em que as refeições têm uma falta de qualidade incrível e as inspeções que são feitas não retratam essa situação.

Numa segunda intervenção eu vou referenciar-lhe mais alguns aspetos que considero essenciais nesta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É reconhecido que as refeições escolares são muitas vezes a única refeição completa que muitos alunos têm, aliás como dissemos no diploma anterior a este e já referenciámos por várias vezes e nós, Representação Parlamentar do PCP, defendemos que as cantinas deveriam ser públicas para que as condições nutricionais, para que houvesse outras condições em termos de alimentação para estes alunos que muitas vezes veem naquela refeição da escola a única forma completa nutricional.

Em relação à proposta apresentada nós achamos que nenhuma das questões da proposta dá resposta cabal, nem apresenta as soluções eficazes. Esta é a posição do PCP em relação a esta proposta e por isso não acompanha a proposta, nem vota a favor da seguinte proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu não estava a pensar intervir, mas em verdade venho em resposta ao apelo da Sra. Deputada Graça Silveira, para que não restem dúvidas quanto à nossa posição relativamente a esta matéria.

O que nós dissemos e reiteramos é que nós reconhecemos o princípio subjacente ao Projeto de Resolução. Os pareceres dão bem nota que os preços praticados e os valores contratualizados entre entidades adjudicantes e entidades adjudicadas nem sempre é possível garantir o valor nutricional e a qualidade que se exige para as crianças e jovens que estão em idade escolar.

Agora o nosso entendimento é que relativamente ao ponto resolutivo, o n.º 1, a Sra. Deputada está aqui a fazer uma confusão entre o artigo 109.º e o preço base. Foi isso que nós dissemos.

Deputada Graça Silveira (Independente): O preço base está definido no 109.º. O que eu fiz foi do Governo!

A Oradora: Não está.

É este o nosso entendimento. No Estatuto do Aluno, no artigo 109.º, fixa o custo máximo que se pode atribuir às refeições. Não diz qual é o preço base.

Deputada Graça Silveira (Independente): É o preço base de um concurso público, Sra. Deputada!

A Oradora: Sra. Deputada, só para terminar e reiterando o meu pensamento, para ver se chego a bom porto. É o seguinte:

Analisando o Decreto Legislativo Regional 18/2007, de 19 de julho, que reporta ao Estatuto do Aluno, o artigo 109.º, custo das refeições, remete: “o custo máximo das refeições...”, e atribui percentagens ao custo máximo, não diz que é ao preço base.

O que a Sra. Deputada pretende, se queria que se estabelecesse um teto mínimo, em particular os 35%, teria de ser sobre o preço base fixado nas peças do procedimento. É este o nosso entendimento, daí a razão pela qual nós não acompanhamos, é precisamente nesta parte do ponto 1.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria esta minha intervenção dizendo que na Região Autónoma dos Açores há um bom tempo a esta parte, o trabalho nas escolas e no âmbito das refeições tem sido feito de uma forma vincada, de uma forma que garante resultados.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não tem a menor pretensão de desconfiar dos técnicos.

Se o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem terá de assumir nesta Casa e fora dela que não acredita nos técnicos,...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que desconfia dos técnicos da administração pública, que acham que eles não fazem o seu trabalho. Nós não desconfiamos.

Nós temos confiança no trabalho que é feito. Aliás, há um relatório da Inspeção Regional da Educação que de certa forma foi aqui abordado, que no relatório de 2018 a um conjunto de escolas, refere algo que passo a citar:

“Na maioria das unidades orgânicas intervencionadas os interlocutores consideram de boa qualidade o serviço de refeições, que foi confirmado nalgumas escolas também *in loco* pelas equipas inspetivas”.

Se o Sr. Deputado quer desacreditar estas equipas inspetivas fará essa posição sozinho.

O Grupo Parlamentar não se associa de forma nenhuma...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: ... a essa desconfiança à administração pública regional.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Esta é desde logo a primeira questão.

A segunda: Sr. Deputado, as questões éticas... Sabe, eu não me costumo incomodar com as suas intervenções no que diz respeito à minha postura ética nesta Casa. Sabe? Eu tenho, permita-me aqui recorrer àquilo que sou, católica, graças a Deus, muito orgulho no meu percurso profissional e no meu percurso partidário e político. Portanto, as questões éticas, sejam elas no âmbito que o Sr. Deputado quer aludir, a mim não me fazem qualquer moossa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: O meu percurso político é coerente: Partido Socialista, Partido Socialista, Partido Socialista!

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Quanto a isso, Sr. Deputado, não entra minimamente em qualquer desconforto que eu possa ter.

Mas, há pouco, no debate anterior, eu não intervim, sabe porquê, Sr. Deputado? Eu olho para a esquerda e eu vejo quase 10 deputados; eu olho para a minha

direita e vejo tantos outros 10 deputados. Eu não estou sozinha! A nossa bancada não é de um só deputado.

O Sr. Deputado Iasalde Nunes fez uma excelente intervenção, defendeu aquilo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entendia. Portanto, nós não estamos sozinhos. Nós somos um grupo parlamentar de 30 deputados. Foi um voto de confiança que os açorianos nos deram.

Portanto, Sr. Deputado, não há necessidade de todos intervirem porque tivemos uma excelente intervenção por parte do Sr. Deputado Iasalde Nunes.

Por fim, quero aqui reforçar aquele que tem sido o trabalho da Secretaria Regional da Educação, o trabalho que tem sido feito das vistorias, o trabalho das consultas de nutrição, o trabalho das nutricionistas a acompanhar as ementas das escolas, a fiscalização, tudo isso.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Mas o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não está, nunca está completamente satisfeito. A nossa ânsia é estar sempre à procura de novos desafios e é essa ânsia de novos desafios que nos fez fazer este percurso de construção.

Repito: hoje, olha-se para aquele que é o trabalho no âmbito do fornecimento de refeições escolares e vemos o Manual de Indicação de Refeições Escolares, um Manual de Indicação para a Construção das ementas, uma saúde escolar que funciona permanentemente. Vemos aqui condições robustas para garantir mais e melhor qualidade nas nossas escolas e este será o nosso trabalho, Sr. Deputado e não é um preço anormalmente baixo que irá alterar esta situação.

Muito obrigada.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, a coerência não é ter estado sempre no mesmo partido. Eu estou a olhar aí para a sua bancada e vejo 8 pessoas que estiveram no PSD, 8 desses deputados.

Esses Srs. Deputados, seus colegas, que se juntam ao seu lado, são menos coerentes? Não!... Não são!...

Às vezes, Sra. Deputada, dizia o Churchill, é preciso mudar muito para ficar no mesmo partido.

Por isso, o que eu lhe quero dizer, Sra. Deputada, é que os partidos mudam, os programas defendidos mudam. Portanto, a Sra. Deputada acha que estando sempre no PS, no PS, no PS, que isso é muito coerente da sua parte, e que é incoerente dos seus colegas que estiveram noutros partidos, e no PSD, terem saído?

Bom, isso é uma acusação que V. Exa. faz, mas, deixe-me dizer-lhe que acho essa acusação dogmática e de certeza absoluta que não é justa para os seus colegas que deixaram de acreditar num determinado ideário programático, ou na linha que esse partido seguido, e passaram obviamente a achar que a linha era outra.

A mesma coisa em relação às pessoas que votam. As pessoas que deixam de votar no PSD ou no PPM (no PPM são poucas), mas aqueles que deixam de votar no PPM e votam no Partido Socialista, também não são incoerentes, os eleitores mudam.

Então se os eleitores podem mudar só a Sra. Deputada é que não muda nunca, porque acha que é do PS, como se aquilo fosse uma bandeira e pronto, não há mais nada?

E se as ideias mudarem tanto?

Oiça! Se eu estivesse no partido por altura do José Sócrates tinha mudado de certeza absoluta, tinha fugido logo de lá. Digo-lhe já que tinha fugido do Partido Socialista nessa altura, se tivesse que estar de acordo com os procedimentos do político em causa.

Devo dizer-lhe, Sra. Deputada, que quando eu falei de ética é a questão de nos preocuparmos. Essa questão para mim é muito importante. Eu preocupo-me com o Corvo. Mas sabe, eu fui o primeiro político a fazer este levantamento de tudo o que estava a acontecer na região.

Quando lhe falei de ética, não é na ética pessoal. Eu respeito V. Exa. como respeito todos os colegas que aqui estão e todos sabem isso. É uma questão de termos de nos preocupar com os mais desfavorecidos e com aqueles que, de facto, não têm os mesmos direitos, ou pelo menos têm os mesmos direitos, mas não têm o acesso às mesmas coisas que os outros.

E os alunos do Corvo é uma vergonha. Acabei de lhe levantar esse problema.

O que é que a Sra. Deputada tem a dizer quanto a alunos...

Presidente: Sr. Deputado, não vamos repetir o debate de há pouco.

O Orador: ... que estão a tomar as suas refeições (termino, Sra. Presidente).

Presidente: Não precisa terminar. É só para não repetir o debate.

O orador: ... num lar de idosos? Não tem nada a dizer!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente e para esclarecer o que foi dito pela Sra. Deputada Graça Silveira, dizer que para além de defendermos o cumprimento na íntegra da obrigação contratual dos cadernos de encargos das escolas, e as escolas terem essas ferramentas e o apoio administrativo para poderem fazer, também foi dito nessa mesma intervenção inicial a importância de uma fiscalização efetiva *in loco*, e na prática, e não ser só através do cumprimento das ementas em papel e isso foi dito na minha primeira intervenção.

Continuamos a acreditar que esse controle efetivo das refeições oferecidas pelas empresas vai fazer com que também essas empresas apresentem de uma forma responsável as suas propostas.

Também queria, para finalizar, perguntar à Sra. Deputada Sónia Nicolau, no âmbito daquilo que tem sido as suas intervenções e à eficácia desse caminho brilhante no que se refere às refeições escolares e à qualidade das mesmas, e no cumprimento dos cadernos de encargos, quando temos refeições e quando sabemos que existem refeições que estão a ser oferecidas, que são dois rissóis e um bocadinho de arroz, se considera que uma refeição destas está a ser cumprido o caderno de encargos? Porque não está a ser a cumprido o caderno de encargos.

Portanto, existem aqui falhas que neste momento acontecem no que se considera o fornecimento das refeições escolares.

Também queria perguntar-lhe qual é o caminho? Porque fico aqui na dúvida se a Sra. Deputada considera que efetivamente há um caminho que tem de ser feito para garantir essa qualidade ou se assume que está tudo bem relativamente à qualidade destas mesmas refeições? Efetivamente fiquei com a dúvida no âmbito das suas intervenções.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento a Mesa não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao contrário do vertido em diversos considerandos deste Projeto de Resolução nitidamente desalinhados em relação à verdade, não são recorrentes nem as queixas....

Deputada Graça Silveira (*Independente*): O senhor é que respondeu em requerimento e ainda diz isso!

O Orador: ... dos agentes do sistema educativo regional, nem as discussões públicas...

Deputada Graça Silveira (Independente): Respondeu em requerimento e diz que está desalinhado!

O Orador: ... sobre a qualidade e o funcionamento dos serviços de refeições escolares.

Aliás, tal qualidade e tal funcionamento dependem da aceitação de cadernos de encargos rigorosos, independentemente do preço da contratualização que reflete, como é óbvio, as condições do mercado, com montantes mais baixos nas ilhas centrais, com montantes mais elevados nas ilhas periféricas, aonde com maior dificuldade chegam alguns produtos, por exemplo os frescos.

Este Projeto de Resolução visa a fixação de um preço anormalmente baixo no âmbito dos concursos para o fornecimento de refeições escolares, desde que a contratualização se faça por um valor inferior em 35 ou mais por cento do montante oficialmente estabelecido.

A preocupação da Sra. Deputada fixa-se também nos alunos do dito 5.º escalão da Ação Social Escolar, por outras palavras, nos não beneficiários da Ação Social Escolar, por sinal os mais abonados que segundo a nossa parlamentar independente pagam por cada refeição um preço superior ao custo da própria refeição.

Deputada Graça Silveira (Independente): Muito superior, às vezes o dobro!

O Orador: Se tempos houve em que esta questão foi eventualmente premente, agora não o é de todo.

A acontecer uma semelhante ocorrência ela sucederá esporadicamente e é ainda de crer que jamais aconteça após as alterações introduzidas ao regime de contratualização de refeições escolares, por altura da aprovação do Plano e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2020.

Entretanto, comecemos pelo princípio.

O fornecimento de refeições escolares confeccionadas por funcionários públicos nas escolas ou contratualizadas a empresas da especialidade independentemente do local de confeção, é uma incumbência das unidades orgânicas do sistema educativo regional que gozam de autonomia nos domínios estratégico, organizacional, cultural, pedagógico, administrativo, patrimonial e financeiro.

Só elas, isto é, as escolas, podem proceder individualmente à fixação de um preço anormalmente baixo para a contratualização de alimentação, desde que justificada a necessidade e os critérios do cálculo.

Ao contrário da pretensão da Sra. Deputada, quer isto dizer que esse tal preço anormalmente baixo não pode ser fixado de forma transversal para todas as unidades orgânicas do Sistema Educativo Regional através da aprovação de um Projeto de Resolução que vem alterar partes de um Decreto Legislativo Regional, a saber, o n.º 18/2007/A, de 19 de julho, que “Aprova o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário”. É pelo menos esse o entendimento das pessoas que me rodeiam, do ponto de vista jurídico.

Sobre a suposta penalização dos alunos não beneficiários da Ação Social Escolar, como se sabe, a resposta encontra-se estampada na norma introduzida pelo Governo dos Açores no Orçamento da Região para 2020, concretamente no acréscimo em 50% dos preços base de contratualização de refeições escolares que sobem de 50 para 75% do subsídio de refeição, isto é, de 2 euros e 39 cêntimos para 3 euros e 59 cêntimos nas refeições completas, que sobem de 35 para 60% do subsídio de refeição, isto é, 1.67€ para 2.87€ nas refeições ligeiras.

Esta aproximação dos valores de referência aos preços do mercado só pode naturalmente reverter em benefício da qualificação do nosso serviço de refeições escolares.

Esta aproximação dos valores de referência aos preços do mercado protege também os alunos não beneficiários da Ação Social Escolar que, por certo não

pagarão pelas refeições escolares um preço superior ao custo da sua aquisição pelas unidades orgânicas.

De facto, desembolsam por cada almoço somente um valor equivalente a 50% do subsídio de refeição da administração regional, podendo as empresas da especialidade proceder à cobrança de 75% do montante do mesmo subsídio, eventualmente acrescidos de mais 20% se ao adjudicatário também competir o fornecimento do pessoal e do equipamento.

Nesta matéria há, entretanto, uns mais e uns menos que importa esclarecer.

Como se deixou dito logo no começo, os considerandos deste Projeto de Resolução apresentam um considerável desvio da verdade.

Não é verdade, é mesmo mentira que o preço médio da contratualização de refeições escolares na Região Autónoma dos Açores seja de somente 1 euro e 69 cêntimos.

Em vez disso, o preço médio de contratualização de refeições escolares, na Região Autónoma dos Açores, é de 2 euros e 36 cêntimos.

Deputada Graça Silveira (Independente): Onde senhor?! Não é o que é público!

O Orador: Os alunos beneficiários da Ação Social Escolar pagam por cada refeição 2 euros e 39 cêntimos, mais uns míseros 3 cêntimos...

Deputada Graça Silveira (Independente): Tire os 5 euros do Corvo, se faz favor!

O Orador: ... mas nem tudo o que parece é.

Eles, os alunos do dito 5.º escalão, não pagam 3 cêntimos a mais. Eles pagarão vários, mesmo muitos cêntimos a menos, se considerarmos o preço real das refeições. Nesse preço efetivamente real é preciso, por exemplo, incorporar algumas despesas não consideradas, casos de custos como a manutenção e amortização de equipamentos, também os custos de água, de luz e de funcionamento dos refeitórios.

Deputada Graça Silveira (Independente): Outra vez a luz!

O Orador: E se por qualquer motivo ou acaso houver um ou mais alunos não beneficiários da Ação Social Escolar a desembolsar pelas refeições um preço superior ao do seu efetivo custo, que persista sempre a certeza de que todos os fundos gerados em cantinas e bufetes revertem em benefício da própria Ação Social Escolar, isto é, de todos, e inclusivamente dos próprios alunos do dito 5.º escalão.

Além disso, sugere a proponente o exercício de maior vigilância sobre a qualidade das refeições escolares, um facto que constitui uma preocupação permanente da Direção Regional da Educação que, ciente da importância da educação para a saúde, procura incutir nos estudantes hábitos alimentares saudáveis, suscetíveis de estimular o bem-estar físico, económico e educativo.

Neste contexto, e entre iniciativas várias, atente-se no lançamento, a partir de 2017/18, de um questionário anual de satisfação sobre os serviços de fornecimento de refeições escolares tendente à identificação de melhorias e de correções.

A título de exemplo, no questionário de 2018/19, participaram 94% das escolas sede e 52% das EBI com Jardim-de-Infância de toda a Região.

Em matérias de resultados, 90% das escolas considerou satisfatório, ou muito satisfatório, o serviço prestado pelas empresas. Ao mesmo tempo, ficou evidente o progresso da supervisão patente no facto de cerca de 90% das escolas proceder ao controlo diário dos refeitórios por intermédio de um responsável próprio, mas as iniciativas de controlo da qualidade alimentar não se ficaram, sem se ficam, por aqui.

No ano letivo transato de 2018/19, foram realizadas 142 vistorias a cantinas, refeitórios e bufetes.

No ano letivo em curso 2019/2020 estava prevista a realização de 115 vistorias, um objetivo naturalmente prejudicado pelos efeitos da pandemia que motivaram o encerramento das escolas no dia 16 de março.

Mesmo assim, foram feitas 96 vistorias: 79 em São Miguel, 14 na Terceira e 3 em Santa Maria e ficaram suspensas aquelas 19 que deveriam ocorrer nas ilhas do Faial, do Pico, de São Jorge, da Graciosa e das Flores, entre março e junho deste ano.

De resto, não aconteceram vistorias extraordinárias por inexistência de reclamações dos agentes educativos que justificassem uma intervenção imediata.

De cada vistoria resulta um relatório técnico, com a individualização dos pontos fortes e dos pontos fracos resultantes da averiguação dos factos.

A maioria desses relatórios encontra-se concluída, tendo sido remetida às respetivas unidades orgânicas que os farão chegar às empresas fornecedoras de alimentação para a ponderação e observação das críticas para a sua conseqüente correção.

Na generalidade, em cantinas, refeitórios e bufetes registamos o cumprimento das cláusulas dos cadernos de encargos e das orientações da Direção Regional da Educação, avultando pontualmente por menos positivo a insuficiência de leguminosas, a utilização de plásticos descartáveis e o desperdício alimentar cuja superação exige sobretudo o reforço da educação para a saúde, para que os estudantes interiorizem a necessidade de consumir alimentos mais saudáveis, nem sempre os mais saborosos, na aceção mais comum.

Ao invés das expetativas da Sra. Deputada, esta iniciativa parlamentar não suscitou entusiasmo nas escolas. Não calou fundo nos agentes do sistema educativo regional. Não!... Muito longe disso!

Terá até gerado alguma incompreensão, mas em abono da verdade diga-se que a compreensão dos nossos propósitos demanda que os saibamos expor, se não com superioridade, pelo menos com alguma correção, com alguma clareza, e a espaços, a clareza e a correção escasseiam no texto deste Projeto de Resolução. Talvez por isso a Presidente da Assembleia de Escola de Santa Maria tenha escrito, e passo a citar:

“Ainda em relação à proposta da Deputada Regional, e uma vez que nos suscitou algumas dúvidas, recomendamos que a redação do ponto 1 seja mais esclarecedora e completa, mas, bem vistas as coisas, também o ponto 2 clama por maior atenção”.

Sra. Deputada, a sua consciência política, a sua responsabilidade académica, deviam impedi-la de escrever como escreveu os pontos 1 e 2 do seu Projeto de Resolução.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é isto? O que é isto? Ao ponto que isto chegou!

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, desta vez vai ser logo a seguir, para não haver dúvidas!

O Orador: No ponto 1 é de todo intolerável que haja um sujeito no plural, um verbo no singular e tudo isto interrompido por uma vírgula que jamais poderia lá estar.

No ponto 2, em vez do substantivo feminino “satisfação”, deveria estar a forma verbal “satisfaçam”.

Ignorância certamente não será! Mas talvez devesse também, a Sra. Deputada, cuidar melhor dos seus papelinhos como eu tento fazer.

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Sra. Deputada Graça Silveira pede a palavra para?

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Para a defesa da honra.

Presidente: Tem de explicar as expressões.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, o Sr. Secretário acabou de pôr em causa não só a minha seriedade política, como a minha formação académica.

Presidente: Tem a palavra, dispõe de 3 minutos, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sr. Secretário, que haja uma Presidente de um Conselho de Administrativo de Santa Maria que não entenda a redação de um Projeto de Resolução, eu até entendo e dou de barato. A forma como o fez, fez com alguma elegância.

Agora, sendo este um Projeto de Resolução que quem tem de perceber o primeiro ponto resolutivo é o Sr. Secretário Regional, e que ele é claríssimo, ele diz tão claramente que se defina um preço anormalmente baixo, que é de 35% do preço base e esse preço base está definido no 109.º. Eu já disse que podia ter escrito numa forma mais clara a dizer “não se pode contratualizar abaixo de 2 euros e 33 cêntimos”. Eu não posso fazer isso, porque isso está indexado ao subsídio de refeição. Eu tenho de dizer que é aquela percentagem.

Que o senhor não tenha percebido, o assumo que não percebeu, precise de usar um parecer de uma escola para dizer que também não percebeu e ainda ser de uma enorme deselegância, e porque não percebeu o que está lá escrito vir dizer que é duvidosa a minha forma de fazer política e que era inadmissível com a formação académica que eu tenho... Sr. Secretário, não me obrigue a ter que usar a minha formação académica a explicar a uma pessoa, que já foi meu reitor, o que é que está escrito em português, no primeiro ponto resolutivo.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, não sei se quer usar os três minutos para justificar?

Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, e Srs. Membros do Governo:

Eu não duvido minimamente da forma como a Sra. Deputada Graça Silveira faz política, como não duvido minimamente da forma como qualquer outro Deputado desta Assembleia faz política. Isso não está minimamente em causa.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Não foi o que disse!

O Orador: O que está aqui em causa é que no ponto 1 e no ponto 2, do ponto de vista linguístico, há erros grosseiros que não deviam estar cá.

Não afetam o meu entendimento sobre as suas pretensões expressas no ponto 1 ou no ponto 2, ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Não foi o que disse!

O Orador: ... mas há erros grosseiros que não deveriam e não poderiam estar cá. Desculpe!

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Então faça a correção e diga quais são.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Eu já disse!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sras. e Srs. Deputados, atingimos o nosso horário regimental. Continuamos os nossos trabalhos amanhã, às 10h00.

Eram 20 horas e 10 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

Partido Social Democrata (PSD)

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Jaime Luís Melo Vieira

Mónica Reis Simões Seidi

Marco José Freitas da Costa

(*) Texto não revisto pelo orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco